UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Programa de Mestrado em Gestão de Negócios

Análise das informações de riscos empresariais e socioambientais de empresas do setor de telecomunicações, listadas na BOVESPA e na *NYSE*, no contexto da Governança Corporativa: estudo de caso

José Romanucci Neto

SANTOS

2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Programa de Mestrado em Gestão de Negócios

Análise das informações de riscos empresariais e socioambientais de empresas do setor de telecomunicações, listadas na BOVESPA e na *NYSE*, no contexto da Governança Corporativa: estudo de caso

José Romanucci Neto

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, como requisito para obtenção do título de Mestre em gestão de Negócios. Área de concentração: Organização e Gestão

SANTOS

2009

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
SibiU

R761g Romanucci, Neto, José.
Título da dissertação: Análise das informações de riscos empresariais e socioambientais de empresas do setor de telecomunicações, listadas na Bovespa e na *NYSE* , no contexto da Governança Corporativa: estudo de caso / José Romanucci Neto - Santos: [s.n.] 2009.
200f.; 30 cm. (Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de Santos, Programa em Gestão de Negócios)

I. Romanucci, Neto, José. II. Título.

CDU 65.01(043.3)

Análise das informações de riscos empresariais e socioambientais de empresas do setor de telecomunicações, listadas na BOVESPA e na *NYSE*, no contexto da Governança Corporativa: estudo de caso

José Romanucci Neto

Esta dissertação será julgada pelo programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios.

Coordenador do Curso

Prof. Dr. Getulio Kazue Akabane

Orientador

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco

Prof. Dr. Jose Alberto C. S. Claro

Prof. Dr. Mariano Yoshitake

DEDICATÓRIA

A minha adorada esposa Daisy, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me e apoiando-me nas horas mais difíceis, como sempre o fez, nestes 43 anos de convivência.

Aos meus filhos Giancarla e Cesar Augusto, que tanto me incentivaram a me tornar mestre, acreditando sempre em minha capacidade e força de vontade.

Aos meus netos Letícia e Gabriel, que durante o mestrado, mesmo estando longe deles nesse período, os poucos momentos juntos, trouxeram-me alegria e incentivo para concluir o curso.

Aos meus pais José Romanucci Filho (*in memorian*) e Lydia Amendola Romanucci, pelo homem que sou e pelo orgulho que sempre demonstraram a cada vitória conseguida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, pela orientação, incentivando-me e auxiliando nesta dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Belmiro do Nascimento João e ao Prof. Dr. José Alberto C. S. Claro, pelas suas observações e orientações precisas, na banca de qualificação, que muito contribuíram para a execução e conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo principal pesquisar, descrever, identificar, analisar e comparar as informações dos riscos relativos às empresas brasileiras do setor de telecomunicações, listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo-BOVESPA e de *New York-NYSE*, particularmente riscos regulatórios, cambiais, da taxa de juros, de crédito, contingenciais, operacionais, energéticos, bem como identificar e comentar as informações socioambientais, que essas empresas evidenciam, no contexto da governança corporativa. Utilizou-se como fonte de pesquisa documental principal os relatórios anuais, demonstrações contábeis e financeiras das empresas: Brasil Telecom Participações S.A., GVT (HOLDING) S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A., Telemig Celular Participações S.A., TIM Participações S.A. e VIVO Participações S.A, obtidos através de documentação indireta, da coleta de Relatórios Anuais e outros relatórios, que são divulgados através do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e relatórios 20F da *Securities and Exchange Commission (SEC*), revistas, ou mesmo nos sítios das empresas que disponibilizaram essas informações ao público em geral, entre os anos de 2005 e 2007. Os procedimentos metodológicos adotados caracterizam a pesquisa como exploratória, bibliográfica e documental. No que tange à pesquisa exploratória e bibliográfica empreendeu-se leituras em obras de diversos pesquisadores, dentre outros, Andrade e Rossetti (2006), Iudícibus (1997), Jensen e Meckling (1976), Jorion (2003), Kimura e Perera (2005), KPMG (2002 e 2004), Lodi (2000), Martin et al (2004) Silveira et al (2004), e Tinoco (2001). No que tange aos resultados da pesquisa, observou-se que os tipos de riscos evidenciados pelas empresas seguem padrões pré-estabelecidos, ou seja, sem grandes variações de uma empresa para outra, diferindo o conteúdo qualitativo e quantitativo. Embora todas as empresas analisadas afirmem nos relatórios analisados, que os investimentos em derivativos só foram contraídos com a função de se defender de oscilações cambias (*hedge)*, não é possível afirmar pelas evidenciações quantitativas apresentadas, que de fato não existiam posições para alavancar suas aplicações, consideradas como investimentos especulativos. Outro aspecto a destacar é que nenhuma das empresas tanto nos relatórios enviados à CVM como os enviados à *SEC*, evidenciaram risco energético (como o apagão que acometeu o Brasil em 2001), que pode influenciar adversamente as atividades operacionais das empresas. Finalmente deve-se destacar que várias das empresas contraíram empréstimos com cláusulas de "*covenants"*, porém nenhuma delas evidenciaram quantitativamente os riscos a que estão expostas, caso não sejam cumpridos os indicadores econômico-financeiros constantes dos contratos de financiamentos. No que tange aos indicadores socioambientais, particularmente informações próprias do Balanço Social, relativas a Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado, Inserção Ambiental e Inserção Social, verificou-se que somente algumas das empresas analisadas, possuem nível de evidenciação qualitativo e abrangente em todos esses aspectos, e que melhoram a evidenciação a cada ano, enquanto as outras empresas divulgam informações restritas ou não o fazem.

Palavras-chaves: Governança Corporativa. Evidenciação. Riscos. Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

This dissertation had as main objective to research, describe, identify, analyze and compare the information of the relative risks to Brazilian companies in the telecommunication sector listed on the stock exchanges of São Paulo - BOVESPA and New York - NYSE, particularly

regarding regulatory risks, exchange, interest rates, credit, contingencies, operations, energy, as well as to identify and comment on socio-environmental information that those companies evidence in the context of corporate governance. Used as a source of principal research documentation were the annual reports and accounting and financial statements of the companies *Brasil Telecom Participações S.A., GVT (HOLDING) S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A., Telemig Celular Participações S.A., TIM Participações S.A. and VIVO Participações S.A,* obtained through indirect documentation of the collection of annual and other types of reports that are divulged through the electronic site of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), the Profit Reconciliation Table of the U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) Form 20-F, magazines or from the electronic sites of the companies that make that information available to the general public, between the years of 2005 and 2007. The adopted methodological procedures characterize the research as exploratory, bibliographical and documental. With respect to the exploratory and bibliographical research, undertaken were readings of several researchers' works, among others: Andrade and Rossetti (2006); Iudícibus (1997); Jensen and Meckling (1976); Jorion (2003); Kimura and Perera (2005); KPMG (2002 and 2004); Lodi (2000); Martin et al. (2004); Silveira et al. (2004) and Tinoco (2001). With respect to the results of the research, it was observed that the types of risks evidenced by the companies follow pre-established patterns, in other words, without great variations from one company to the other, only differing in the qualitative and quantitative content. Though all the analyzed enterprises affirm in the analyzed reports that the investments in derivatives were only contracted with the function of defending monetary oscillations (hedge), it is not possible to affirm from the presented quantitative evidence that in fact there were not positions for leverage applications considered as speculative investments. Another highlighted aspect is that none of the companies, as much in the reports sent to the CVM as sent to the SEC, evidenced energy risk (as the blackout that affected Brazil in 2001), that can adversely influence the operational activities of the companies. Finally, it should be highlighted that several of the companies contracted loans with covenant clauses; however, none of them quantitatively evidenced the risks that are exposed, in the case the constant economic-financial indicators of the financing contracts are not fulfilled. With respect to the socio-environmental indicators, particularly the company´s own information of the Social Audit relative to human resources, Statement of Added Value, Environmental Insertion and Social Insertion, it was verified that only some of the companies analyzed possess a level of qualitative and wide-ranging disclosure in all those aspects and who improve disclosure every year, while the other companies divulge restricted information or none at all.

KEYWORDS: Corporate Governance; Disclosure; Risks; Socio-Environmental Responsibility

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEL	Associação Nacional dos Prestadores de Serviços Móvel Celular
ADR	*American Depositary Receipt*
AGA	Assembleia Geral de Acionistas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações

BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BR GAAP	Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (Generally Accepted Accounting Principles)
ADS	*American Depositary Share*
CA	Conselho de Administração
CDB	Certificado de Depósito Interbancário
CDI	Certificados de Depósito Interbancário
CF	Conselho Fiscal
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DF	Demonstrações Financeiras
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
EBITDA	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
GC	Governança Corporativa
GSM	*Global System for Móbile Communicatios*
ICMS	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IP	*Internet Protocol*
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
LAJIDA	Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
LIBOR	*London Interbank Offered Rate*
NM	Novo Mercado
NYSE	*New York Stock Exchange*
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	*Organisation for Economic Co-operation and Development*
ONG(s)	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SEC	*Securities and Exchange Commission*
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado
UMBNDES	Unidade Monetária BNDES

U.S. GAAP	*Generally Accepted Accountig Principles*
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFIR	Unidade Fiscal de Referência
VoIP	*Voice-over-IP* (voz sobre IP)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Empresas pesquisadas..... 53
Tabela 2: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – Brasil Telecom Participações..... 107
Tabela 3: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – Tele Norte Leste Participações..... 108
Tabela 4: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – Telecomunicações de São Paulo.... 108
Tabela 5: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – Tele Norte Celular Partic..... 108
Tabela 6: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – Telemig Celular Participações..... 109
Tabela 7: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – TIM Participações..... 109

Tabela 8: Diferenças entre o BR GAAP e US GAAP – VIVO Participações..... 109
Tabela 5.1.1.1: Distribuição por tempo de Serviço..... 110
Tabela 5.1.1.2: Quantidade de Colaboradores por Empresa..... 111
Tabela 5.1.1.3: Quantidade de Colaboradores por Função..... 111
Tabela 5.1.1.4: Distribuição por Gênero..... 111
Tabela 5.1.1.5: Distribuição por Grau de Instrução..... 111
Tabela 5.1.2.1: DVA - BRASIL Telecom Participações S.A..... 114
Tabela 5.2.2.1: DVA – GVT *Holging* S/A 115
Tabela 5.3.1.1: Pessoal Tele Norte Leste Partic. S.A..... 116
Tabela 5.3.2.1: DVA – Tele Norte Leste Participações S/A..... 119
Tabela 5.4.2.1: DVA - Telefônica..... 125
Tabela 5.7.2.1: DVA da TIM..... 138
Tabela 5.8.2.1: DVA - VIVO..... 142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empresas Listadas na BOVESPA / *NYSE* – Setor de Telecomunicações..... 22
Quadro 2: Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM – BRT..... 73
Quadro 3: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – TNL..... 81
Quadro 4: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – TELESP..... 88
Quadro 5: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – TNC..... 94
Quadro 6: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – TELEMIG..... 99
Quadro 7: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – TIM..... 103
Quadro 8: Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM – VIVO..... 107

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 17
1.1 TEMA E FORMULAÇÃO PROBLEMA..... 19
1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA..... 20
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA..... 20

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA..... 21
1.5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO..... 23
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO..... 24
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 26
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA..... 26
2.1.1Introdução..... 26
2.1.2 Accountability..... 28
2.1.3 Escândalos Corporativos..... 29
2.1.4 Lei Sarbanes-Oxley. 30
2.2 *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS – IFRS*…….. 32
2.3 O MERCADO DE CAPITAIS: NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA..... 32
2.4 RISCOS CORPORATIVOS..... 35
2.5 EVIDENCIAÇÕES DOS RISCOS..... 40
2.6 CONTROLES INTERNOS..... 42
2.7 INDICADORES SÓCIOS AMBIENTAL..... 44
3. PERFIS DAS EMPRESAS ANALISADAS..... 53
3.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS..... 53
a) Brasil Telecom Participações S.A..... 53
b) GVT (*HOLDING*) S.A..... 55
c) Tele Norte Leste Participações S.A..... 57
d) Telecomunicações de São Paulo S.A..... 59
e) Tele Norte Celular Participações S.A..... 61
f) Telemig Celular Participações S.A..... 62
g) TIM Participações S.A..... 63
h) VIVO Participações S.A..... 64
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS EMPRESARIAIS EVIDENCIADOS..... 66
4.1 DESCRIÇÃO DE PESQUISA EMPÍRICA..... 66
4.2. DESEMPENHO DAS EMPRESAS ANALISADAS..... 66
4.2.1 Faturamento Líquido e DVA..... 66

4.2.2 Evolução do EBITDA e do Retorno do Patrimônio Líquido..... 66
4.3 DIFERENÇAS ENCONTRADAS NAS ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA CVM E A SEC..... 67
4.4 EVIDENCIAÇÕES DAS EMPRESAS ANALISADAS..... 70
4.4.1 Brasil Telecom Participações S.A...... 70
a) Governança Corporativa..... 70
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 70
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 73
4.4.2 *GVT (HOLDING) S.A.*..... 73
a) Governança Corporativa..... 73
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 74
4*.4.3 Tele Norte Leste Participações S.A.*..... 76
a) Governança Corporativa..... 76
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 77
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 81
4.4.4. Telecomunicações de São Paulo S.A...... 82
a) Governança Corporativa..... 82
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 84
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 88
4.4.5 Tele Norte Celular Participações S.A...... 89
a) Governança Corporativa..... 89
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 91
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 94
4.4.6. Telemig Celular Participações S.A...... 94
a) Governança Corporativa..... 94
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 97
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 99
4.4.7 TIM Participações S.A...... 100
a)Governança Corporativa..... 100
b)Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM..... 101
c)Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM..... 103

4.4.8. VIVO Participações S.A. 104
a) Governança Corporativa 104
b) Evidenciação dos Riscos Corporativos nos Relatórios Enviados à CVM 105
c) Comparação da Evidenciação dos Riscos Corporativos entre SEC e CVM 107
4.5 DIFERENÇAS ENTRE BR GAAP E US GAAP 107
4.5.1 Brasil Telecom Participações S.A. 107
4.5.2 Gvt (Holdig) S.A. 108
4.5.3 Tele Norte Leste Participações S.A. 108
4.5.4 Telecomunicações De São Paulo S.A. 108
4.5.5 Tele Norte Celular Participações S.A. 108
4.5.6 Telemig Celular Participações S.A. 109
4.5.7 Tim Participações S.A. 109
4.5.8 Vivo Participações S.A. 109
5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 110
5.1 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A. 110
5.1.1 Pessoal 110
5.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA 113
5.1.3 Inserção Ambiental 114
5.2 GVT (HOLDING) S.A. 115
5.2.1 Pessoal 115
5.2.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA 115
5.2.3 Inserção Ambiental 116
5.3 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. 116
5.3.1 Pessoal 116
5.3.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA 119
5.3.3 Inserção Ambiental 120
5.4 TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. 120
5.4.1 Pessoal 120
5.4.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA 125
5.4.3 Inserção Ambiental 126
5.5 TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 126

5.5.1 *Pessoal*..... 126
5.5.2 *Demonstração do Valor Adicionado – DVA*..... 129
5.5.3 *Inserção Ambiental*..... 129
5.6 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A..... 129
5.6.1 Pessoal..... 129
5.6.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA..... 131
5.6.3 Inserção Ambiental..... 132
5.7 TIM PARTICIPAÇÕES S.A..... 132
5.7.1 Pessoal..... 132
5.7.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA..... 138
5.7.3 Inserção Ambiental..... 139
5.8 VIVO PARTICIPAÇÕES S.A..... 139
5.8.1 Pessoal..... 139
5.8.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA..... 141
5.8.3 Inserção Ambiental..... 142
6. CONSIDERAÇÕES E COMPARAÇÕES DAS EVIDENCIAÇÕES..... 144
6.1 CONSIDERAÇÕES RELATIVAS ÀS INFORMAÇÕES EVIDENCIADAS..... 144
6.2 ANÁLISES COMPARATIVAS DAS EMPRESAS……. 146
6.2.1 Risco de Negócio..... 146
6.2.2 Risco de Aspecto Regulatório..... 146
6.2.3 Risco Cambial..... 147
6.2.4 Risco da Taxa de Juros..... 151
6.2.5 Risco de Crédito..... 154
6.2.6 Riscos Contingenciais..... 155
6.2.7 Risco Operacional..... 158
6.2.8 Responsabilidade Socioambiental..... 159
6.3 CONCLUSÕES..... 164
REFERÊNCIAS……. 167
ANEXOS..... 174

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Governança Corporativa vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas e na mídia financeira nos últimos anos, especialmente em decorrência de uma série de escândalos ocorridos com empresas do porte da Enron (2001), Worldcom (2002), Arthur Andersen (2002) e Parmalat (2003), e outras pelo mundo afora, que abalaram, sobretudo os mercados financeiros e os investimentos realizados por *shareholders* e *stakeholders*, infligindo prejuízos de monta aos detentores de ativos

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2003, p.6):

> Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Ainda, segundo Silveira (2004, IV) "governança corporativa pode ser entendida como o conjunto de mecanismos de incentivo e controle, internos e externos, que visam a minimizar os custos decorrentes do problema de agência".

Na teoria econômica tradicional, a governança corporativa surge para procurar superar o chamado "conflito de agência", presente a partir do fenômeno da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. O "principal", titular da propriedade, delega ao "agente" o poder de decisão sobre essa propriedade. A partir daí surgem os chamados conflitos de agência, pois os interesses daquele que administra a propriedade nem sempre estão alinhados com os de seu titular. Sob a perspectiva da teoria da agência, a preocupação maior é criar mecanismos eficientes (sistemas de monitoramento e incentivos) para garantir que o comportamento dos executivos esteja alinhado com o interesse dos acionistas, como explicitado por Silveira, Barros e Famá (2005).

Winckler e Tinoco (2004)**,** observaram que as questões éticas e de responsabilidade social estão inseridas também no contexto da governança. Uma das abordagens de governança corporativa mais comumente conhecida visa a proteger os acionistas e sócios (*shareholders*) nos seus relacionamentos com a empresa.

Ferreira (2006**,** p. 190) entende que os conceitos de Governança Corporativa e Responsabilidade Social estão integrados, na medida em que se procura estabelecer padrões de conduta da empresa com seus diversos *stakeholders*. A maioria das empresas tem como objetivo principal o resultado positivo (lucro) e sua realização financeira para atender aos

investidores. Essa realidade aos poucos vem mudando, em virtude da conscientização dos consumidores e das próprias organizações, que em certas circunstâncias começaram a perceber a necessidade de assumirem uma postura ética e entenderem sua função, levando-se em conta a responsabilidade social.

A dissertação evidencia a necessidade de se rever e de se reforçar a divulgação, em notas explicativas e outros relatórios suplementares, devidamente auditados, dos vários riscos que conformam uma companhia: financeiros, econômicos, energéticos, operacionais, ambientais, cambiais e contingenciais, no precípuo interesse de se informar, claramente, com equidade e responsabilidade os usuários das informações contábeis, econômicas, financeiras, sociais e ambientais e seus parceiros sociais, como explicitaram Winckler e Tinoco (2004).

A forma de divulgação dessas informações é importante, incluindo-se num capítulo especial da Contabilidade denominado evidenciação. Segundo Iudícubus (1997, p. 110), a evidenciação está ligada aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

O *Accounting Research Study nº 1,* editado pelo O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) — Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, em 1961, estabelece na página 50: “Os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não torná-los enganosos.” É importante focalizar que esta e outras opiniões sobre o assunto quase sempre insistem no problema de não tornar as demonstrações enganosas para o usuário. Hendriksen e Van Breda (1999) destacam as seguintes situações que poderiam tornar enganosos os demonstrativos, se não reveladas:

1. uso de procedimentos que afetam materialmente as apresentações de resultados ou de balanço comparados com métodos alternativos que poderiam ser supostos pelo leitor, na ausência da evidenciação;

2. mudança importante nos procedimentos de um período a outro;

3. eventos significativos ou relações que não derivam das atividades normais;

4. contratos especiais ou arranjos que afetam as relações de contratantes envolvidos;

5. mudanças relevantes ou eventos que afetariam normalmente as expectativas, e

6. mudanças sensíveis nas atividades ou operações que afetariam as decisões relativas à empresa.

Ainda, segundo Iudícibus (1997, p. 112-113), embora a evidenciação se refira a todo quadro das demonstrações contábeis, vários métodos de realizar a evidenciação estão disponíveis.

A mais conhecida e comentada, notas de rodapé ou notas explicativas, o objetivo é evidenciar informação que não pode ser apresentada no corpo dos demonstrativos contábeis e/ou, se fizéssemos, diminuiríamos sua clareza.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), as vantagens principais das notas explicativas são as seguintes:

1. Apresentação de informação não quantitativa como parte integral dos relatórios contábeis;

2. Evidenciação das qualificações e restrições para certos itens nos demonstrativos;

3. Evidenciação de maior volume de detalhes do que poderíamos apresentar nos demonstrativos; e

4. Apresentação da informação quantitativa ou descritiva de importância secundaria.

Por fim, é importante destacar que entre as principais iniciativas de estimulo e aperfeiçoamento ao modelo de Governança das empresas no Brasil destacam-se, a lei nº 10.303 de 31/10/2001, que altera e acrescenta dispositivo na Lei 6404 de 15/11/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a criação do Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, as linhas de crédito especiais oferecidas pelo BNDES, as novas regras de investimento por parte dos fundos de pensão e o projeto de reforma das demonstrações contábeis.

1.1 TEMA E FORMULAÇÃO PROBLEMA

No Brasil, no ano de 2000, a BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), implantou segmentos especiais que, inspirados no *Neuer Markt* alemão, foram desenvolvidos com o objetivo de aumentar a segurança do investidor e proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Assim, foram criados o Novo Mercado e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa 1 e 2. Embora com fundamentos semelhantes, o Novo Mercado é mais voltado à listagem de empresas que venham a abrir o capital e os Níveis Diferenciados são mais direcionados para as empresas que já possuem ações na BOVESPA (STEINBERG, 2001).

Dependendo do grau de compromisso de governança corporativa assumido pelas empresas, elas podem ser classificadas como Novo Mercado ou Níveis 1 ou 2 de Governança

Corporativa. Em linhas gerais, segundo a BOVESPA (2002), estão entre os requisitos para listagem nos níveis diferenciados: para o Novo Mercado, a empresa deve ter e emitir exclusivamente ações ordinárias, para o Nível 1, as empresas comprometem-se principalmente com melhorias na prestação de informações ao mercado e a dispersão acionária e, para o Nível 2, além da aceitação das obrigações contidas no Nível 1, as empresas e seus controladores devem adotar um conjunto bem mais amplo de práticas de governança e de direitos adicionais para os acionistas minoritários.

Com a globalização da economia e das relações de negócios internacionais, algumas empresas brasileiras passaram a ter ações negociadas em bolsas no exterior, especialmente na norte-americana *NYSE*. As empresas listadas em bolsas de valores devem prestar informações ao órgão responsável pela emissão, distribuição e fiscalização de valores mobiliários no mercado de capitais. No Brasil o órgão responsável é a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e nos Estados Unidos é a SEC (*Securities and Exchange Commission*).

Nesse contexto, a pequisa objetiva verificar se as empresas brasileiras do setor de telecomunicações, com ações listadas na BOVESPA e na *NYSE,* têm apresentado variação qualitativa relativamente ao nível de evidenciação contábil de informações de riscos empresariais e informações socioambientais prestadas a CVM e a *SEC*?

1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

a) Como as práticas de governança corporativa e evidenciação dos riscos se inter-relacionam, promovendo ações efetivas de sustentabilidade do negócio nas empresas do setor de telecomunicações?

b) Quais são os pressupostos estabelecidos pela Lei Sarbanes-Oxley, promulgada em 2002, na evidenciação da gestão de riscos, no contexto da governança corporativa?

c) Como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, tem exigido e incentivado as empresas sobre as práticas de evidenciação dos riscos e informações socioambientais nos relatórios financeiros?

d) Informações socioambientais são divulgadas em seus relatórios em conformidade com o sugerido por pesquisadores?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa busca alcançar os objetivos a seguir descritos:

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar se as empresas brasileiras do setor de telecomunicações com ações listadas na BOVESPA e na *NYSE*, no período 2005 a 2007, divulgaram através dos seus relatórios anuais, alguma variação qualitativa relativamente em nível de evidenciação da Governança Corporativa e, em particular as informações dos riscos relativos à indústria brasileira de telecomunicações, relativos ao Brasil, associados as ações preferenciais ou *American Depositary Shares*, e empresariais, tais como: riscos de aspecto regulatório, cambial, da taxa de juros, de crédito, contingenciais, operacional, energético, bem como se as empresas evidenciam informações socioambientais.

1.3.2 Objetivos Específicos

1-Comparar e avaliar a evolução das informações sobre evidenciação das práticas de gerenciamento de riscos no período 2005 a 2007, nas empresas do setor de telecomunicações, listadas na Bovespa e na NYSE.

2-Examinar a inter-relação dos princípios de governança corporativa, controles internos e evidenciação dos riscos.

3 -Traçar um quadro comparativo no período 2005 e 2007, verificando as variações qualitativas na evidenciação dos riscos.

4- Verificar a evidenciação de informações socioambientais nos relatórios anuais das empresas.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, verifica-se que o mesmo enquadra-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Beuren *et a*l (2006, p. 80),

> a caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório busca-se conhecer com mais profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Oliveira (2003, p. 65) define a pesquisa exploratória como uma

> pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos.

Ainda, quanto aos meios de investigação, a base será em pesquisa documental, mediante a análise dos relatórios anuais publicados por empresas de capital aberto, que

operam no Brasil e divulgam informações no País e no exterior e bibliográfica, tanto de fonte primária como secundária.

O presente estudo classifica-se quanto aos procedimentos utilizados, como pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, pertencente ao campo da pesquisa teórica, e tendo como função conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes acerca de um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa (KOCHE, 1997).

A revisão bibliográfica baseou-se na consulta a artigos em periódicos, dissertações, monografias, teses de doutorados, livros, bem como o material disponibilizado em páginas da *internet* de organismos nacionais e internacionais, com o objetivo de identificar e analisar as principais contribuições teóricas existentes acerca do tema evidenciação dos riscos e o inter-relacionamento entre boas práticas de governança corporativa e a existência de sistemas de controles internos adequados.

Utilizou-se pesquisa documental, para avaliação do grau de evidenciação de riscos e de informações socioambientais pelas empresas do setor de telecomunicações. São utilizados como parâmetros de avaliação as informações disponibilizadas por essas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e em seus sítios na *WEB* e Bolsa de Valores de *New York (NYSE)*, através das demonstrações financeiras anuais divulgadas. A seguir se demonstram as empresas do setor de telecomunicações listadas na BOVESPA (níveis 1 e 2 e Novo Mercado) e/ou as listadas na NYSE (New York Stock Exchange):

QUADRO 1 - Empresas Listadas na BOVESPA / *NYSE* – Setor de Telecomunicações:

Telefonia Fixa

Nome do pregão	Razão Social	Segmento de Negociação
		Adesão
BRASIL T PAR	BRASIL TELECOM PARTIC. S.A.	**N1**
GVT HOLDING	GVT (HOLDING) S.A	**NM**
TELEMAR	TELE NORTE LESTE PARTIC. S.A.	MB
TELESP	TELEC. DE SÃO PAULO S.A. – TELESP	MB

Telefonia Móvel

Nome do pregão	Razão Social	Segmento de Negociação
		Adesão
TELE NORT CL	TELE NORTE CELULAR PARTIC. S.A.	MB
TELEMIG PART	TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	MB
TIM PART S/A	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	MB
VIVO	VIVO PARTIPAÇÕES S.A	MB

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa
(N2) Nível 2 de Governança Corporativa
(NM) Novo Mercado
(MB) Balcão Org. Tradicional

1.5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A internacionalização dos negócios, fenômeno que vem crescendo ao longo das duas últimas décadas, ampliou o horizonte empresarial, mas também trouxe a necessidade de se proceder a uma reestruturação da filosofia das companhias, no sentido de se ajustarem às expectativas de um mercado ampliado, onde os direta e indiretamente envolvidos nesses negócios demandam maior transparência de informação contábil, econômica, financeira, social e ambiental na maneira em como estão sendo conduzidos os processos e os negócios empresariais; suas expectativas de curto, médio e longo prazo, seus planos contingenciais, sua saúde financeira e seu desempenho.

As ciências de Contabilidade e de Finanças têm tentado acompanhar esse processo, adequando-se à nova realidade econômico-negocial mundializada. Observe-se, que o registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, bem como a divulgação das atividades e operações das Entidades, dos governos e das organizações em geral são feitas pela Contabilidade, desde há muito tempo, de forma sistêmica através das demonstrações contábeis, como bem explicita Tinoco (1996).

Segundo Martin et al (2004, p. 8-16), a governança vem sendo cada vez mais associada, com eventos e transformações empresariais, tais como, os movimentos de fusão e aquisição de empresas, o elevado custo de capital e a necessidade da privatização de empresas estatais. Além disso, a qualidade da governança tem sido questionada em qualquer discussão mais séria sobre as grandes crises empresarias das últimas duas décadas.

Para entender o novo papel e os novos problemas da governança é preciso atentar para duas características do mundo moderno empresarial. A primeira é que a propriedade das empresas, antes concentrada numa única pessoa ou num pequeno grupo, hoje está bastante dividida e disseminada num grande número de acionistas, que são os que contribuem com o capital social. A segunda é que diferente do passado em que o dono, "*o capitão da empresa*", também era o principal executivo, há nas empresas modernas uma clara separação entre os que detêm a propriedade e os que realizam a gestão do capital investido (Tedlow e John Jr. 1986; Rajan e Zingales, 2000).

Entretanto, ainda hoje, na maior parte das empresas, os administradores, que já tem o poder de decidir e fazer tem também, paradoxalmente, o poder de informar sobre o que fazem, tanto para o Conselho como para os proprietários/acionistas. Como são eles que

aplicam os recursos investidos na empresa e também os que produzem as informações relacionadas sobre suas decisões, podem se formar substanciais assimetrias de informação favorecendo os administradores. Esse risco, um dos maiores que cercam uma empresa e sua governança, é conhecido como risco do agenciamento (Harris e Townsend, 1981).

Importante salientar que, para se estabelecer um sistema de controle da gestão dos recursos, a governança se depara, inevitavelmente, com a necessidade de tratar os riscos empresariais, que são "eventos futuros e incertos que podem influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de uma firma" (Mccrimmon e Wehrung, 1986).

A primeira vista, pode-se ter dos riscos uma visão desfavorável, isto é, entendê-los apenas como a possível ocorrência de eventos que tem impactos prejudiciais sobre os resultados ou sobre o patrimônio da empresa.

Entretanto os riscos são inerentes a todos os negócios e, como se fossem duas faces de uma moeda, é impossível perseguir oportunidades de gerar lucros sem correr riscos. Possíveis ocorrências de "*acts of god*", tais como inundações, fogo, vendavais, tremores de terra etc., que podem levar a perdas dos ativos envolvidos no projeto, são alguns desses riscos. Outros, todavia, são ligados à própria natureza do negócio, entre os quais uma possível reação dos concorrentes, tentando impedir ou se antecipar à expansão pretendida com o projeto, o que também acarretaria efeitos negativos sobre os resultados e os retornos previstos.

Assim, a tarefa central da governança moderna é implantar na empresa um conjunto de controles e incentivos para solucionar de forma integrada os problemas da custódia e do desempenho dos recursos nela investidos dentro de um ambiente de riscos, o que significa, inclusive, considerar que *all business risks are also risks of poor management (todos riscos de negócios são também decorrentes de incompetência gerenciais)* (Jensen e Meckling, 1976), ou seja, atentar para o risco de agenciamento e evitar que tais controles possam ser infectados pela manipulação deliberada ou incompetente das informações.

Importante salientar que o setor de telecomunicações foi escolhido por ter passado por processo de privatizações (Programa Nacional de Desestatização de julho de 1998) com impactos significativos na forma de gestão das empresas, além de possuir uma expressiva participação em termos de volume de negociação no mercado acionário.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta introdução, o capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica que embasa este trabalho. São apresentados em sete seções: governança corporativa, *International Financial Reporting Standards - IFRS*, mercado de capitais: níveis diferenciados de

governança corporativa, riscos corporativos, evidenciação dos riscos, controles internos e indicadores socioambientais, não só destacando a importância das práticas dos valores da governança corporativa nas empresas, mas também seu inter-relacionamento com as evidenciações de riscos e informações concernentes a indicadores socioambientais.

No capítulo 3 é apresentado o perfil das empresas analisadas destacando sua estrutura societária. Nos capítulos 4 e 5 são destacados o desempenho operacional das empresas, bem como são evidenciadas as informações, objeto dessa pesquisa, com base em seus relatórios anuais, com referência aos aspectos de governança corporativa, particularmente informações de riscos empresariais e de responsabilidade socioambiental das empresas do setor de telecomunicações no período 2005 a 2007, listadas na BOVESPA e *NYSE.*

Por fim, no capítulo 6 são apresentadas as análises comparativas, conclusões e considerações, das evidenciações de riscos e informações socioambientais, apresentadas pelas empresas analisadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por finalidade apresentar alguns dos pesquisadores e outros profissionais, que vêm estudando questões relativas a governança corporativa, contabilidade e finanças, balanço social e outros aspectos pertinentes ao desenvolvimento da dissertação, particularmente a abordagem dos riscos que conformam as empresas e os controles internos que essas adotam, para preservar seu patrimônio e agregar valor para os acionistas e outras partes interessadas.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1.1 Introdução

A governança corporativa é um amplo tema de pesquisa para as áreas de contabilidade, administração, economia, direito e outras, em virtude da grande transformação ocorrida no ambiente empresarial nas últimas décadas. Na área contábil, o assunto ganhou destaque nos últimos anos com a descoberta de fraudes em grandes corporações como as norte-americanas Enron e WorldCom, da italiana Parmalat e, das brasileiras Banco Nacional, Casa Anglo Brasileira S/A, Mesbla e o Banco Santos S/A, entre outras, conforme Hundzinski (2005).

Nos Estados Unidos, a Lei *Sarbanes-Oxley* aprovada em 2002 mudou significativamente o ambiente empresarial norte-americano alterando as regras para a governança corporativa relativas à emissão e divulgação de relatórios financeiros. O contexto da aprovação da Lei *Sarbanes-Oxley* evidencia a preocupação das autoridades norte-americanas em garantir a qualidade da informação ao investidor, bem como as outras partes interessadas que pretendam investir e negociar. Estas regras norte-americanas sobre os mecanismos de governança corporativa têm reflexo nas subsidiárias brasileiras, já que acabam sendo indiretamente afetadas, devido à necessidade de harmonizar os mecanismos de controle locais com os da matriz.

No Brasil o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC (2003, P. 06) explicitou que a governança corporativa é representada pelo,

> sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm por finalidade aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Winckler e Tinoco (2004) aduziram ao conceito exposto pelo IBGC, que a governança corporativa incorpora as relações de gestão entre os acionistas (*shareholders*) e demais parceiros sociais (*stakeholders*): clientes, colaboradores, financiadores, fornecedores, ambientalistas e as comunidades entre outras partes interessadas.

Rabelo e Silveira (1999) explicitam que governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas organizações. Está claro, desde logo, que este sistema está intimamente vinculado à estrutura de propriedade, às características do sistema financeiro, a densidade e profundidade dos mercados de capitais e ao arcabouço legal de cada economia.

Já a responsabilidade social das entidades, segundo Tinoco (2001), consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de maneira o mais eqüitativa possível, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando aos que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado perspectivas de ingresso neste, particularmente no Brasil, que atravessa grave crise de crescimento, de desenvolvimento e, por conseguinte, de geração de emprego e de exclusão social.

Estudos desenvolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2000), sob o título "Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social (Relato Setorial n. º 1, da AS/Geset) e Balanço Social e Outros Aspectos da Responsabilidade Social Corporativa (Relato Setorial n. º 2, da AS/Geset)", explicitam que:

> o conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das companhias alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas (*shareholders*). Desta forma, a responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (*stakeholders*): empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidade. Explicitam, ademais, que este conceito expressa compromissos que vão além daqueles já compulsórios para as empresas, tais como o cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, da legislação ambiental, de usos do solo e outros. Expressa, assim, a adoção e a difusão de valores, condutas e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental.

Tinoco (2001), com base na exposição dos estudos apresentados pelo BNDES, comenta que o tema da responsabilidade social integra-se, portanto, ao da *governança corporativa*, ou seja, com a administração das relações contratuais e institucionais

estabelecidas pelas companhias e as medidas adotadas para o atendimento das demandas e dos interesses dos diversos participantes envolvidos.

É mais do que certo que, quanto maior a interação da empresa com o seu meio, maior será sua responsabilidade em prestar contas dos seus pontos positivos e negativos, pois maior será o número de setores da sociedade e de indivíduos que passam a cobrar uma responsabilidade maior da companhia, em termos de questões ambientais e sociais.

Como parece ser de praxe, o contexto conceitual das inovações na gestão empresarial – a exemplo da governança corporativa – carece de uma resposta imediata e à altura das expectativas daqueles que desenvolvem tais inovações e, até, da própria sociedade expectante em seus resultados. Embora já possuindo mais de vinte anos de existência, a governança corporativa impõe às companhias uma nova forma de gestão, mais comprometida com seu meio econômico, social e ambiental. Todavia, na prática continuam a observar-se posturas diametralmente distintas ao apregoado nas teorias sociais, dando a entender que há resistência permanente em se assumir novas responsabilidades, além daquelas que o próprio sistema atual impõe às organizações empresariais.

2.1.2 Accountability – (prestação de contas)

Considerado um dos princípios fundamentais da boa governança, a prestação de contas, *accountability* em inglês, segundo Malieni Junior (2003, p. 56), pode ser entendida "como a cobrança e senso de responsabilidade entre pessoas e instituições no cumprimento de suas funções e na necessidade de prestação de contas, no caso em estudo, entre executivos, conselhos e acionistas".

Ademais, a *accountability* está relacionada com o sexto princípio listado no documento emitido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*OECD* em ingles) em 2004 sobre os Princípios da Governança Corporativa (vide seção 2.2.2.4), princípios estes considerados essenciais para o desenvolvimento de boas práticas de governança.

Este princípio relaciona-se com as responsabilidades do Conselho de Administração e estabelece que a estrutura de governança corporativa deve assegurar a direção estratégica da empresa, a efetiva monitoração da gerência pelo Conselho, e a prestação de contas do Conselho para a empresa e os acionistas.

Compartilhando o entendimento de Perez Junior; Pestana; Franco (1997, pag. 32), a autoridade e o poder são delegados através de toda a organização: "as responsabilidades de

cada um são, portanto, determinadas em todos os níveis da organização; ao mesmo tempo são delegados poderes específicos e fornecidos os recursos necessários para o seu cumprimento".

Nesse enfoque, a *accountability* dos resultados obtidos tem direta correspondência com a autoridade delegada ao agente, o que pode ser observado no quadro a seguir, através da representação da cadeia de prestação de contas em uma estrutura organizacional:

QUADRO 2– Representação da cadeia de prestação de contas em uma organização

Agente	Executa	Reporta
Supervisores e Assistentes	As atividades operacionais do negócio.	À gerência o resultado de suas atividades através de documentos e relatórios.
Gerência	O gerenciamento do negócio.	À diretoria o resultado de suas atividades, através de relatórios gerenciais.
Diretoria	A direção do negócio.	Ao conselho de administração o resultado de suas atividades, através das demonstrações contábeis e dos relatórios gerenciais.
Conselho de Administração	A administração do negócio.	Aos acionistas majoritários e minoritários o resultado de suas atividades, através das demonstrações contábeis e do relatório da administração.

Fonte: PEREZ JUNIOR, José Hernandez; PESTANA, Armando Oliveira; FRANCO, Sérgio Paulo Cintra. Controladoria de Gestão. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 34.

A prestação de contas presente em toda a cadeia organizacional contribui, entre outras coisas, para o alinhamento de interesses dos agentes no sentido do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. Especificamente com relação ao Conselho de Administração, através da *accountability*, pode ser avaliado o desempenho do mesmo quanto à maximização da geração de valor ao acionista.

A prática da *accountability*, citada como um dos princípios fundamentais da boa governança, foi reforçada com a promulgação, em 2002, do *Sarbanes-Oxley Act* nos Estados Unidos, com forte repercussão no mundo todo. A promulgação da referida Lei visou recuperar a credibilidade do investidor norte-americano, através a adoção de regras mais rígidas quanto à transparência na prestação de informações e a responsabilização do administrador, afetando inclusive empresas de outros países que possuem títulos negociados na Bolsa de Valores de *New York* (*NYSE – New York Stock Exchange*).

2.1.3 Escândalos Corporativos

Mesmo com o empenho da divulgação e disseminação dos valores da boa governança, por organismos internacionais e nacionais, isso não evitou que ocorressem escândalos corporativos com empresas tidas como orgulho em seus países de origem, tais como, *Enron* (2001), *WorldCom* (2002), *Parmalat* (2003) e instituições financeiras no Brasil e no mundo, as quais manipularam informações "maquiando" as demonstrações financeiras, para conseguirem benefícios de valorização de suas ações, obtenção de empréstimos com custos menores que os praticados, entre outros.

Esses fatos resultaram em uma crise de confiança em níveis inéditos desde a quebra da bolsa norte-americana em 1929 (BORGERTH, 2007, pág. XV-XVI). Ainda segundo Borgerth (2007, pág. XV-XVI) a reação do mercado financeiro foi imediata, as bolsas caíram no mundo inteiro. Empresas de auditoria perceberam quão rápido é o processo de decadência e aniquilação de um negócio de décadas, a partir do momento em que o seu trabalho perde o nível de confiabilidade necessária. Órgãos reguladores se viram pressionados a rever suas normas, a fim de detectar falhas em seus sistemas que não lhes permitira diagnosticar o problema antes que ele tivesse atingido proporções tão gigantescas.

Pesquisa realizada pela Bolsa de *New York* em 2002, citado por Borgerth (2007), no período de 28 de março a 1º de abril de 2002, abrangendo um universo de 2050 pessoas (homens e mulheres de idade e perfis variados), revelou que o nível de confiança na economia e no mercado, e, principalmente, nas informações divulgadas pelas empresas havia se reduzido consideravelmente pós-Enron. Do universo consultado, em uma escala de 0 a 5, apenas 5% dos entrevistados responderam possuir absoluta confiança nas informações divulgadas pelas empresas norte americanas. O governo dos Estados Unidos se viu pressionado a intervir com medidas legislativas que fossem fortes o bastante para restaurar a confiança perdida.

Neste contexto, uma série de medidas regulatórias foi introduzida ao longo de 2002, tanto nos Estados Unidos quanto no mundo, inclusive no Brasil. Dentre estas medidas, destaca-se a Lei *Sarbanes-Oxley*, de 30 de julho de 2002.

2.1.4 Lei *Sarbanes-Oxley*

A Lei *Sarbanes-Oxley*, também conhecida por SOX é considerada como um divisor de águas na gestão das corporações. A partir da promulgação da SOX, o que era recomendável passa a ser obrigação legal.

A lei tem por objetivo estabelecer sanções que coíbam procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuantes do mercado norte-americano.

Escândalos corporativos sem precedentes, ocorridos em grandes companhias americanas, cujos administradores ocultaram dos investidores grandes perdas econômicas decorrentes de baixo desempenho, provocaram a intervenção do Estado no mercado de capitais norte-americano.

A propósito da Lei *Sarbanes-Oxley*, Hasset e Mahoney (2002, p. 21), enfatizam na introdução de um longo artigo:

> Conselheiros, executivos, investidores, contadores, auditores, advogados e analistas – comportam-se. Os escândalos, as fraudes contábeis e os conflitos com analistas de investimentos trouxeram novas leis e regulamentos que disciplinam o comportamento no mundo corporativo.

Segundo Andrade e Rossetti (2006, pag.183):

> o alerta é pertinente. A Lei *Sarbanes-Oxley*, promoveu ampla regulamentação da vida corporativa, fundamentada nas boas práticas de governança. Seus focos são exatamente os quatros valores que há duas décadas vinham sendo enfatizados pelo ativismo pioneiro: 1. *compliance*, conformidade legal; 2. *accountability*, prestação responsável de contas; 3. *disclosure*, mais transparência; e 4. *fairness*, senso de justiça.

Dentre as regras impostas por essa lei, destacam-se: a) Tanto o presidente da empresa e o diretor financeiro devem assinar declarações segundo o modelo estabelecido pela *SEC*, atestando que as informações fornecidas pelas instituições são fidedignas e que os controles internos para a geração dessas informações são eficientes. Esses certificados comprometem os dirigentes em relação à confiabilidade da informação fornecida; e b) no Certificado , os administradores atestam a efetividade dos controles internos da empresa. Todos os relatórios financeiros da empresa devem apresentar informações sobre os sistemas de controles internos e procedimentos de teste para verificar sua precisão.

Essas exigências são deveres de diligência impostos aos executivos das companhias, que aumentam significativamente sua responsabilidade, uma vez que a eventual descoberta de problemas nas demonstrações financeiras, ainda que involuntárias, poderá sujeitar os executivos a processos tanto na *Security Exchange Comission* (*SEC*) como no Judiciário.

A Lei Sarbanes-Oxley impõe também a constituição de um comitê de auditoria composto por membros independentes e dotado de um *financial expert*, que terá funções

relevantes em relação à elaboração das demonstrações contábeis da companhia, em especial no acompanhamento do trabalho feito pelo auditor independente. Além disso, seus membros estão sujeitos a responder a processos judiciais e punitivos perante *SEC* se algo de errado for encontrado no balanço da companhia.

2.2 *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* - IFRS

As *IFRS* (normas contábeis internacionais) foram implantadas inicialmente, visando harmonizar as informações financeiras publicadas pelas empresas pertencentes ao Mercado Comum Europeu. Sua implementação teve como objetivo a padronização das demonstrações financeiras, permitindo aos analistas de mercado, investidores e da própria empresa, analisarem dentro de um mesmo padrão contábil, o desempenho econômico financeiro, comparando com os resultados de outras companhias. Sua relação com alguns dos valores da governança corporativa, particularmente com a *accountability,* bem como com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley, são importantes segundo a KPMG (2005)

Ainda segundo a KPMG**,** os países da União Européia, bem como outros aderiram às normas contábeis internacionais em 2005, data de sua implementação. No Brasil, o processo de conversão das demonstrações financeiras consolidadas para os padrões IFRS está previsto para implantação em 2010, com possibilidade de antecipação e, deverá ser apresentado de forma comparativa com o ano anterior.

Gannon (2008) enfatiza, que historicamente, o foco da divulgação de informações financeiras sempre recaiu no cumprimento de padrões aceitos (i.e. princípios contábeis geralmente aceitos, ou GAAP - normas contábeis norte-americanas). Reinava um pressuposto de que, se a entidade cumprisse o padrão aceito, o resultado contábil nas demonstrações financeiras seria adequado. Agora o foco na emissão de relatórios financeiro, em especial do IFRS, está na "transparência" (*Disclosure*).

Ainda segundo Gannon, para que os padrões "baseados em princípios" funcionem, é necessário que todos os elementos do esquema de divulgação de informações financeira estejam operando com eficiência, inclusive todos os objetivos e reformas contemplados na Lei *Sarbanes-Oxley*. Em seu Comunicado Final ("Padrões Contábeis Internacionais"), a *SEC* enfatizou a importância de promover padrões contábeis com uma estrutura que garanta que esses padrões sejam rigorosamente interpretados e efetivamente aplicados.

2.3 O MERCADO DE CAPITAIS: NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo Andrade e Rossetti (2006 p. 436-442) a criação, em 2000, do Novo Mercado e dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo inseriu-se entre as iniciativas que têm respondido, nos últimos anos, à demanda por melhores padrões de governança das empresas no Brasil. A sinalização dessa iniciativa não difere da emitida pela CVM quando da edição de sua "cartilha" de melhores práticas: os institutos das sociedades por ações e o próprio modelo institucional do mercado acionário têm vícios de origem difíceis de ser removidos pela reforma da lei.

Andrade e Rossetti (2006), destacam que o modelo adotado no Brasil desde o início dos anos 70 para as sociedades por ações e para o mercado acionário alinha-se às concepções de conceder forte proteção às empresas e a seus controladores e de atrelar o seu desenvolvimento à criação de incentivos oficiais. As leis da década de 70 que disciplinaram o mercado de capitais e definiram os princípios de funcionamento das sociedades não tiveram por objetivo definir condições sólidas para governança e, por esta via criar um mercado de ações alavancador do desenvolvimento empresarial e estimulador de melhores práticas de gestão. As questões centrais eram outras. Em síntese:

1. Atender à necessidade de financiamento dos investimentos das empresas via emissão de ações, mas sem o risco de perda de controle, mantido preponderantemente por grupos familiares ou pelo Estado-empresário;
2. Criar um mercado comprador de ações, quer por incentivos fiscais, quer por via compulsória;
3. Manter o órgão regulador do mercado sob o controle do Estado, pela ausência de autonomia financeira e pela ingerência direta do poder Executivo na nomeação e destituição de seus diretores;

Para atender a estes três propósitos, as iniciativas oficiais foram, respectivamente:

a) Elevação do limite de emissão de ações sem direito a voto (preferenciais) para 66%.
b) Instituição do Fundo 157, constituído por "ações incentivadas" (cuja aquisição era abatível do imposto de renda dos adquirentes) e obrigatoriedade dos fundos de pensão a manterem ações em suas carteiras de investimentos.
c) Limitação da autonomia da CVM, que por não ter dotação orçamentária própria, seus diretores, nomeados e exonerados pelo Presidente da República, não terem mandato administrativo.

Andrade e Rossetti (2006) enfatizam ainda, que um amplo conjunto de fatores levou à revisão das condições institucionais e dos processos de governança das empresas a partir dos

anos 90 e, mais fortemente, na virada do século, entre elas as exigências decorrentes de abertura do mercado à participação mais ativa dos investidores institucionais nas empresas. Mas, ainda que tenham ocorrido mudanças, as resistências políticas à remoção do regime de duas classes de ações foram muito fortes , o máximo que passou foi o recuo para o limite de 50% e a garantia de *tag along* (em caso de venda do controle acionário, extensão da oferta de compra para todos os acionistas detentores de ações ordinárias, com pagamento do mesmo valor de aquisição das ações do grupo de controle), mas com deságio de 20%, para ações com direito a voto fora de controle acionário, além de outras alterações sem dúvida expressivas, mas menos essenciais.

Segundo Carvalho, (2002):

> *reformas da legislação referente à governança de empresas de capital aberto geralmente enfrentam barreiras políticas . Obviamente, a principal fonte de oposição é formada pelos grupos que controlam essas empresas, pois o aumento da proteção aos minoritários equivale à redução do valor do controle. A grande dificuldade em viabilizar uma reforma plena reside no elevado poder político dos grupos controladores.*

A adesão ao Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo é voluntária. Mas, dadas as condições estruturais em que opera o sistema corporativo no Brasil, as regras estabelecidas para a adesão a esse mercado são fortemente restritivas, entre elas a da existência de apenas uma classe de ações, as ordinárias, com direito a voto. Tais são as restrições, que foram também criadas duas outras opções para adesão voluntária: os Níveis Diferenciados de Governança. Tentando superar as inadequações da lei, estão estabelecidos na realidade quatro mercados no país:

1. O mercado tradicional, com regras de listagem definidas em lei e regulamentadas pela CVM.
2. O mercado diferenciado, para listagem de empresa Nível 1 de Governança Corporativa.
3. O mercado diferenciado para listagem de empresas Nível 2 de Governança Corporativa.
4. O Novo Mercado

Os mercados para listagem de empresas diferenciadas segundo os níveis de governança corporativa foram implantados em dezembro de 2000. Em fevereiro de 2006, foram introduzidas alterações nos regulamentos para listagem com três objetivos: 1. adequar

as normas à evolução das próprias companhias; 2. atender às crescentes exigências dos investidores; 3. uniformizar as definições do mercado com as dos órgãos reguladores.

Esses segmentos especiais de listagem foram criados com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimule, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Os Níveis 1 e 2 são para empresas já negociadas no mercado tradicional que aderirem às condições exigidas para diferenciação. O Novo Mercado é mais voltado à listagem de empresas que venham a abrir o capital.

Nesses novos segmentos, a adesão às práticas diferenciadas de governança corporativa é voluntária e implica a assinatura de contrato de adesão envolvendo os controladores, os administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e a bolsa. Mesmo que, por hipótese, uma companhia já atenda, reconhecidamente, às práticas exigidas, a bolsa não a classifica sem a adesão contratual. A migração para os mercados diferenciados é, assim, um ato que implica compromissos que vão além das disposições legais, na expectativa de que as ações da empresa passem a apresentar maior valorização, retornos positivos mais expressivos e maior volume de negociação. Se, realmente, o mercado valoriza as boas práticas de governança, a migração para as listagens diferenciadas implicará maiores retornos e maior liquidez para os investidores e, para empresas, maiores preços para suas ações e, conseqüentemente, menores custos de acesso ao mercado.

O ponto-chave exigido para listagem das empresas nesses segmentos diferenciados de mercado é a maior proteção e, como decorrência esperada, a maior presença do investidor minoritário no mercado. Maior número de investidores, em princípio, é condição necessária para maior liquidez e para a criação de círculo virtuoso que, a partir de um mercado de capitais mais robustos, trarão benefícios para os próprios investidores, para as empresas e para economia como um todo. Além desta condição necessária, outras se impõem como transparência, prestação responsável de contas, equanimidade no tratamento dos acionistas, regras claras e *enforcement* das condições contratadas.

2.4 RISCOS CORPORATIVOS

Como reflexo dos escândalos contábeis, de crises econômicas, de ataques terroristas, racionamento energético e de insucessos empresarias com as conseqüentes perdas financeiras, o tema “riscos empresariais” vem sendo amplamente debatido em diversos aspectos. Sua relação com a governança corporativa tem sido o foco das discussões, em função da ênfase que a estrutura de controles internos das companhias e a divulgação transparente de

informações têm recebido após a promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, conforme HUNDZINSKI **(**2005, p. 48).

"Para Emmett (1986, p.4), entende-se por risco uma condição em que existe a possibilidade de ocorrer um desvio adverso em relação a um resultado desejado que foi planejado ou que se espera que ocorra (HUNDZINSKI, 2005, p. 48)

Segundo Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p. 206), risco é uma "possibilidade de perda financeira; está constantemente relacionado ao retorno obtido, ou seja, quanto maior o risco, maior o retorno e quanto menor o risco, menor o retorno".

Santos (2002, p. 23), o define como um "grau de incerteza em relação à possibilidade de ocorrência de um determinado evento, o que, em caso afirmativo, redundará em prejuízos".

Em um contexto empresarial, evidencia-se que uma organização está exposta a uma ampla variedade de riscos durante a condução de seus negócios e saber quais são é fundamental para um bom desempenho e até questão de sobrivivência. Inúmeros fatores internos e externos levam as organizações a se preocuparem com o seu entendimento e evidenciação. Para Baraldi (2004 p. 13):

> Riscos empresariais são todos os eventos e expectativas de eventos que impedem a empresa e as pessoas da empresa de ganharem dinheiro e respeito. (...) Os riscos são os elementos incertos e as expectativas que agem constantemente sobre os meios estratégicos e o ambiente e que provocam os desastres financeiros e morais e, por conseqüência, se bem gerenciados, forçam a criatividade e fazem nascerem as oportunidades.

Verifica-se que o conceito de gerenciamento de riscos, que tradicionalmente envolvia apenas aspectos como seguro patrimonial, políticas de crédito e operação de *hedge* ou derivativos, passa a englobar áreas como tecnologia da informação e meio ambiente e, por conseguinte os controles internos para propiciarem a seus usuários base segura as suas decisões de investimentos, devem evidenciá-los.

Segundo Bernstein, (1997, p. 104):

> se todos avaliassem cada risco exatamente da mesma forma, muitas oportunidades arriscadas seriam perdidas. (...). Onde um vê tempo bom, outro vê tormenta. Sem o aventureiro, o mundo progrediria bem mais lentamente. Pense em como seria a vida se todos tivessem fobia de raios, de voar de avião e de investir em empresas novas, É realmente uma sorte que os seres humanos difiram em sua atração pelo risco.

A utilização da teoria dos jogos (guia para executivos que enfrentam turbulência nos mercados, lançam e reposicionam produtos ou convivem com concorrência agressiva), é

vista por Nalebuff e Brandenburger (1996, p. 17), como “ particularmente eficaz quando há muitos fatores independentes e nenhuma decisão pode ser tomada isoladamente de um conjunto de outras decisões”. A complexidade do mundo dos negócios faz com que a determinação dos fatores de sucesso ou fracasso seja no mínimo uma árdua tarefa, o que faz com que a teoria do jogo possa ser considerada uma ferramenta valiosa.

Adentrando um pouco na teoria geral da tomada de decisões verificam-se as inúmeras possibilidades de ações que podem estar disponíveis ao indivíduo e as conseqüências destas, o perfil deste indivíduo e sua atração, neutralidade ou aversão ao risco. Todos esses fatores têm parte importante na avaliação de riscos e na tomada de decisões, mas o papel proeminente fica com os controles internos contábeis, através da evidenciação de informações que atenda imparcialmente todos os usuários, independentemente do perfil destes.

Segundo Baraldi (2004), riscos relevantes podem ser definidos, descritos e classificados de distintas maneiras, por diferentes autores e instituições, as variações conceituais, na sua essência, podem não ser significativas, o que importa é o gerenciamento dos mesmos e sua relação com os meios relevantes para realização dos objetivos estratégicos da empresa.

A classificação de riscos segundo o ambiente externo ou interno é utilizado por Santos (2002). Os riscos externos são definidos como aqueles que surgem fora dos portões da empresa e os internos, em contrapartida, são aqueles que normalmente surgem do portão da fábrica para dentro.

Com relação a classificação de riscos, Santos (2002, p. 26) salienta que uma abordagem completa é inviável em função “da existência de muitos riscos específicos aos diversos ramos de atividades das empresas e do constante surgimento de novos riscos”.

Os riscos do macro-ambiente afetam diretamente a sobrevivência e o crescimento à longo prazo, enquanto que os riscos do ambiente setorial têm impacto na rentabilidade dos negócios a curto prazo. (SANTOS, 2002).

A análise de riscos do ambiente externo, em especial riscos do macro-ambiente, sofreu grande mudança com o advento da globalização, demandando assim, uma avaliação mais ampla. As empresas inseridas em um ambiente de maior complexidade necessitam considerar riscos de forma mais abrangente do que antes.

Casos de corrupção nos governos e crises econômicas podem causar oscilações nas Bolsas de Valores e repercutir de maneira global e imediata. A título de exemplificação citam-se a crise asiática em 1997 e a da Argentina em 2001 e suas repercussões no Brasil.

Ademais, entre os riscos macro-ambiente e político-legal está a ocorrência de novos atentados terroristas. As perdas com a destruição das torres gêmeas nos Estados Unidos da América no atentado de 11 de setembro de 2001 são avaliadas em US$ 40 bilhões, para as seguradoras, e US$ 160 bilhões em perdas comerciais, noticiado no jornal Folha de São Paulo, 16 de janeiro de 2002.

Outro desafio no contexto do macro-ambiente inclui a avaliação do esgotamento dos recursos naturais e seu impacto no processo produtivo. Um exemplo neste aspecto é a escassez de água pelo mau uso, pela contaminação e por mau gerenciamento das bacias hidrográficas.

Segundo estudo da WWF-Brasil (2001), uma organização não-governamental brasileira (área de atuação temática: meio ambiente pesquisa e políticas públicas) que integra a maior rede mundial de conservação da natureza, é importante ressaltar que a escassez de água além de pôr em risco a vida animal e vegetal, afeta diversas atividades, entre elas a geração de energia elétrica. Segundo essa organização a crise de energia que afeta a população brasileira desde junho de 2001 é o resultado mais claro de má gestão dos recursos hídricos do país.

Ainda segundo essa mesma organização, os dados mais alarmantes são encontrados quando o uso de combustíveis fósseis (gás, carvão e petróleo) é analisado. O aumento acelerado do uso de energia acarreta cenários de risco preocupantes para os empreendimentos (WWF, 2001).

Mais um aspecto a ser considerado na avaliação de riscos oriundos do macro-ambiente é a ocorrência de desastres naturais como furacões, terremotos e os gigantescos tsunamis (ondas marítimas de grande comprimento, ocasionadas principalmente por terremotos submarinos). Mencionando-se o tremor ocorrido em 26 de dezembro de 2004, a noroeste da ilha de Sumatra, na Indonésia e que devastou o sudeste asiático e atingiu o continente africano, verificaram-se além de prejuízos locais, perdas em cadeias hoteleiras e por conseqüência também em empresas seguradoras.

A esse respeito, a agência de notícias *British Broadcasting Corporation*, da Grã-Bretanha, veiculou em 27 dez 2004 estimativa da seguradora *Swiss Re*, empresa especializada

na análise de riscos, de que os desastres naturais ocorridos em 2004 trouxeram prejuízos recordes a companhias de seguro no mundo todo. Segundo a empresa, as perdas causadas por desastres naturais como os furacões nos Estados Unidos e os tufões no Japão, por exemplo, chegaram a mais de US$ 100 bilhões, sem considerar o maremoto ocorrido na Indonésia. De acordo com empresas de seguro ouvidas, as perdas econômicas devido aos maremotos na Ásia podem demorar meses ou até anos para serem calculadas.

Assim, revisando-se apenas os aspectos relacionados aqui ao macro-ambiente, pode-se verificar que a sobrevivência corporativa e a ocorrência de impactos em seu crescimento a longo-prazo depende essencialmente do poder de avaliação e prevenção dos gestores corporativos.

O risco operacional pode ser considerado como um termo novo sobre cuja definição ainda não há consenso. Riscos operacionais segundo (JORION, 2003):

> Referem-se às perdas potenciais resultantes de sistemas inadequados, má administração, fraudes, falhas sistêmicas, controles defeituosos ou falha humana, a qual inclui o risco de execução, correspondente a situações em que as operações não são executadas, resultando, às vezes, em atrasos onerosos ou em penalidades. Ou, simplesmente, o risco de arcar com perdas ocasionadas por falhas em processo (DONOUGH, 2003).

Falências como as da *Enron*, *Parmalat*, *WorldCom* e de instituições financeiras, por exemplo, tem ocorrido devido, principalmente, à exposição a riscos operacionais, como é o caso de fraudes. Um ramo de negócio que enfrenta perdas bilionárias em função da gestão inadequada de riscos operacionais é o de telecomunicações. As empresas do setor em questão têm buscado implantar estruturas voltadas para a garantia de receita – *Revenue Assurance*. O objetivo primordial do processo de garantia da receita no ramo de telecomunicações consiste no constante monitoramento do ciclo de receita (prestação de serviços, faturamento, arrecadação, cobrança e contabilização) das empresas, a fim de minimizar a ocorrência de vultosas perdas financeiras, decorrentes de fraudes, por exemplo.

Doti e Tiburcio (p.1) destacam também que a fim de minimizar o impacto da exposição a riscos, responsáveis, dentre outros, pela redução no valor de mercado das empresas, entidades reguladoras tem criado regras ou diretrizes, tais como a Lei Sarbanes-Oxley, Praticas de Governança Corporativa e a nova versão do Acordo da Basiléia, este último específico para instituições financeiras. Paralelamente a Firma tem adotado ferramentas de controles internos, bem como vêm desenvolvendo metodologias sofisticadas

de mensuração de risco e investindo em sistemas de informação especializados em gestão de riscos (GIBSON, 1997).

Winckler e Tinoco (2004) expuseram que no âmbito da realidade operacional, econômica, financeira, social e ambiental em que as empresas operam, podem ser citadas, basicamente, seis áreas consideradas de risco e que deveriam ser objeto de exposição em notas explicativas pormenorizadas, a saber:

a) risco financeiro;

b) risco econômico

c)risco energético;

d) risco ambiental;

e) risco cambial;

f) riscos contingenciais de forma geral.

No tocante ao assunto energético, observou-se o colapso havido em 2001 no setor e que afetou, de maneira expressiva, toda a sociedade brasileira. O subdimensionamento das fontes de energia e a falta de verbas direcionadas a pesquisa para desenvolvimento de outras fontes alternativas, por parte do Governo Federal do Brasil e da sua política energética, acabaram por criar um impasse que teve conseqüências diretas sobre todo o parque industrial brasileiro, forçando as companhias a racionar o uso de eletricidade e, em decorrência, a ajustar seus sistemas de produção, não raro redundando em prejuízos de monta.

O risco ambiental é, por outro lado, preocupação crescente no país e no mundo. Devido a crescente e assustadora degradação ambiental, as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade, como um todo, e a referida responsabilidade social abrangem o bem-estar da população em sua integridade.

A proteção ao meio ambiente vem tornando-se uma preocupação de muitas empresas, de formadores de opinião e de parcela significativa da população, em várias partes do mundo. Isso decorre do elevado nível de degradação do Patrimônio Ambiental da humanidade, e leva as organizações a se adaptarem para que haja uma convivência equilibrada como o meio ambiente. Os recursos naturais do planeta exaurem-se a olhos vistos, tendo as indústrias, papel fundamental nesse processo de deterioração, ao fazerem coro à crescente necessidade de consumo do homem em amplo sentido, conforme Tinoco e Kraemer (2008).

2.5 EVIDENCIAÇÃO DOS RISCOS

A questão da evidenciação de riscos vem apresentando crescente importância no contexto empresarial. Com o aumento da interdependência dos mercados, as empresas tornam-se mais vulneráveis aos diversos fatores de risco. Aspectos econômicos, financeiros e até mesmo movimentações competitivas propagam-se rapidamente, podendo afetar consideravelmente os resultados das empresas.

Para Jorion (2003, p. 3) os negócios das empresas estão relacionados à administração de riscos. Aquelas com maior competência obtêm êxitos; outras fracassam. Embora algumas aceitem riscos financeiros incorridos de forma passiva, outras se esforçam em conseguir algumas vantagens competitivas, expondo-se a riscos de maneira estratégica. Porém, em ambos os casos, esses riscos devem ser monitorados cuidadosamente, visto que podem acarretar grandes perdas.

Segundo Doti e Tibúrcio (pág. 1) a administração de riscos está intrinsecamente relacionada a uma das tantas preocupações do mundo empresarial em minimizar perdas financeiras (Jorion, 2003). Qualquer instituição está exposta a diversos tipos de risco, tais como: riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de liquidez e riscos operacionais ou de negócios, dentre outros.

A gestão de riscos consiste em um processo de identificação, mensuração e controle dos diversos tipos de riscos das quais organizações estão sujeitas. Problemas na gestão de riscos podem levar organizações a perdas de receitas significativas. No caso de exposição a riscos operacionais, segundo pesquisa da Bolsa de Mercadorias e Futuros, as perdas operacionais acumuladas divulgadas já superam US$ 200 bilhões no mercado financeiro internacional desde 1980 (Jorion, 2003).

Doti e Tiburcio enfatizam ainda que segundo estudos do Comitê da Basiléia tais perdas são decorrentes de:

- Práticas de negócio que desconsideram a preocupação com riscos operacionais;
- Ausência de gestão do histórico de perdas operacionais;
- Falha de mensuração e de monitoramento dos riscos operacionais

Assumir e evidenciar risco é parte do que as empresas precisam para obter lucros e criar valor para seus acionistas. Na medida em que todas as atividades empresariais envolvem riscos, o empresário deve avaliar e mensurar os riscos envolvidos em determinada decisão e deve administrá-los com base em sua propensão ou apetite para o risco.

Bergamini (2005) destaca que para a adequada evidenciação dos riscos é necessário ter-se uma política de boa governança que considere transparência e segurança das informações. Para tanto controles internos consistentes são peças fundamentais, visando à realização dos objetivos específicos da empresa, tais como: observar o alinhamento das ações ao direcionamento estratégico; conceder efetividade e eficiência às operações; obter confiabilidade no processo de comunicação, especialmente por meio das demonstrações contábeis; e assegurar a conformidade com as leis e os regulamentos [Fuzinato (2004)].

Com relação à "quantidade" de evidenciação, muitas expressões e conceitos têm sido utilizados; alguns falam em evidenciação adequada *(adequate disclosure),* outros ainda em evidenciação justa *(fair disclosure)* e outros ainda em evidenciação plena (*full disclosure).* Na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos; toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. Afinal, o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente.

Os conceitos de materialidade e relevância invadem a área da evidenciação e estão intimamente ligados. Os limites e a extensão do que deve ser evidenciado podem referir-se a informações quantitativas e qualitativas.

Iudícibus (1997, p. 115) enfatiza que:

> a evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário. Ocultar ou fornecer informação demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso.

2.6 CONTROLES INTERNOS

Em pesquisa recente sobre o sucesso e insucesso nas empresas desenvolvida pela *International Federation of Accountants* conforme Sá (2005) com base na avaliação de 27 empresas em dez países, indicou que somente uma boa governança não garante o sucesso empresarial, embora uma governança fraca possa destruir uma empresa. A pesquisa revelou que três dos quatro fatores determinantes do sucesso empresarial identificados referiam-se a prática de governança corporativa e um ao uso de controles internos, a saber: a atitude da alta administração na formação da cultura da empresa; o papel de liderança do diretor-presidente;

o desempenho proativo do Conselho de Administração e a existência de um bom sistema de controles internos (BERGAMINI, 2005, P. 150).

De acordo com Figueiredo (2006), controles são políticas, procedimentos, atividades e mecanismos, desenvolvidos para assegurar que os objetivos de negócios sejam atingidos e que eventos indesejáveis sejam prevenidos ou detectados e corrigidos. Ainda segundo Figueiredo, os controles podem ser classificados em :

Preventivo – Executados no início do processo. Previnem o acontecimento de erros ou irregularidades e minimizam os riscos na fonte.

Detectivo – Executados ao longo do processo. Detectam erros que são difíceis de definir ou prever.

Automatizado – Controles executados por sistemas automatizados, não dependendo de julgamentos pessoais. Para garantir sua consistência, precisão e tempestividade, é preciso ter um sistema seguro e confiável.

Manual – Controles manuais executados por pessoas.

Com periodicidade diversificada - (a cada evento, diário, semanal, trimestral, anual...)

A promulgação da Lei *Sarbanes-Oxley* ou SOX, em 2002, foi uma reação das autoridades reguladoras e fiscalizadoras norte-americana para proteger seu mercado de capitais. A SOX, aplicável às grandes corporações norte-americanas e às estrangeiras com acesso ao mercado de capitais norte-americano, é uma lei composta por 11 títulos ou capítulos. Os requisitos dos títulos 3 e 4, dão ênfase a importância nos controles internos, no que diz respeito a transparência, consistência, responsabilidade, efetividade e avaliação periódica. Além disso, exige que faça parte do Comitê de Auditoria um perito em finanças com formação e experiência como contador e ainda prevê penalidades criminais por alteração de documentos ao estabelecer multa e ou prisão por alteração intencional, destruição, mutilação, ocultação, dissimulação, disfarce, falsificação ou falsa entrada de dados em qualquer relatório, documento ou objeto tangível de mesmo intento (BERGAMINI, 2005, P. 166).

Ainda segundo Bergamini, (2005, P. 167-160), a SOX teve a finalidade de melhorar as demonstrações contábeis apresentadas pelas grandes empresas que acessam o mercado de capitais e procurou conceder maior robustez (ou menor fragilidade) aos controles internos contábeis. Nessa linha, o objetivo inicial era limitado a melhorar os controles envolvidos na fidedignidade dos registros contábeis e que incluem, entre outros procedimentos, a clara atribuição de responsabilidades, a segregação das funções de escrituração e elaboração de relatórios contábeis *(back office)* daquelas ligadas às operações, e o aperfeiçoamento dos

sistemas de autorização e aprovação. A situação de fragilidade desses controles internos administrativos, induziram a modificações no plano de organização geral da empresa e nos seus métodos e procedimentos.

O aprimoramento dos controles internos também tem sido um grande desafio às empresas brasileiras. O trabalho envolve identificar as áreas de negócio, documentar processos e garantir que as informações precisas e corretas fluam até chegar à administração da companhia, responsável pelos resultados financeiros (SETUBAL,2006).

Setubal (2006), enfatiza que o empenho das empresas brasileiras no desenvolvimento do mecanismo de controle teve que ser grande, sendo que muitas custaram a se conscientizar disso. Muito tempo foi gasto na análise de melhor – ou mais adequada – escolha: adaptar o Conselho Fiscal existente ou instituir o Comitê de Auditoria. A maioria vem optando pela segunda possibilidade.

2.7 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

Neste tópico com base em investigações realizadas por diversos pesquisadores, apresentam-se informações concernentes a indicadores socioambientais, no contexto do Balanço Social, e que presentemente várias empresas no Brasil, já divulgam.

Para Tinoco (1984, p. 45):

> O Balanço Social tem por ambição descrever certa realidade econômica e social de uma entidade, através do qual é suscetível de avaliação. Em decorrência dele as relações entre o fator capital e o fator trabalho podem ser melhor regulados e harmonizados, na medida em que as forças sociais avancem e tomem posição, especialmente nos países de Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, onde se observa a ocorrência de um capitalismo selvagem. Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido várias empresas já vêm consagrando o balanço social como instrumento de gestão e de informação. Essas empresas divulgam normalmente informação econômica e social a seus trabalhadores, pois sua estrutura não é posta em causa, sendo o lucro aceito como uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados torne-se consensual e não conflituosa.

A França foi o primeiro país do mundo a implantar o Balanço Social, com a Lei nº. 77.769 de 12 de julho de 1977, também conhecida como *rapport Sudreau*.

Conforme Tinoco (1984, p.34) "esta lei foi posta em prática pela primeira vez em 1979, submetendo as empresas que possuíam 300 ou mais funcionários a publicar o Balanço Social". Todavia, segundo o autor desde a década de 60 o Balanço Social já era elaborado em França por várias empresas. Ela reconhece pela primeira vez de forma institucional a importância dos trabalhadores no seio da empresa, como usuários da informação contábil e social.

O tipo de informação que a lei compele as empresas a fornecerem aos seus trabalhadores e aos diferentes sindicatos de classe é do ponto de vista social relevante, ao arrolar dados relativos a:

a) Remuneração e encargos acessórios

b) Condições de higiene e de segurança

c) Outras condições de trabalho

c) Formação profissional

d) Relações profissionais

e) Outras condições de vida relevantes na empresa

Entende-se ser essa informação de grande importância, já que permite a todos os analistas, trabalhadores, sindicalistas, pesquisadores e outros *stakeholders* (parceiros sociais) efetuarem comparações e extraírem conclusões sobre o desempenho da empresa no âmbito social.

A Lei, todavia, pelo seu ineditismo, conforme Tinoco (1984) não contemplou uma série de informações de caráter econômico, que os trabalhadores e outros agentes sociais gostariam de ver publicadas, nas peças contábeis.

Uma dessas informações, que se considera importante é o valor adicionado. A noção de valor adicionado é utilizada em macroeconomia como elemento da Contabilidade Nacional.

A demonstração do valor adicionado evidencia de forma transparente esse valor gerado pelas corporações, ou seja, a riqueza nova gerada a partir de sua atividade operacional e sua repartição aos segmentos beneficiários.

Rahman, apud Santos (1999:100) em trabalho sobre a importância do DVA na relação entre as empresas multinacionais e os países hospedeiros do capital estrangeiro afirma o seguinte:

> Há muitas vantagens em se apresentar a Demonstração do Valor Adicionado de uma empresa multinacional em um país que a hospeda. As vantagens apóiam-se no fato de que essa demonstração oferece à empresa multinacional a oportunidade de apresentar sua contribuição a esse país. A empresa multinacional pode utilizar essa demonstração para estabelecer o interesse da comunidade e de seus legisladores num país qualquer. Isso daria à empresa a oportunidade para formação de *goodwill*, expansão do mercado, redução de conflitos com o governo local e outros grupos da sociedade, e evitaria diversos desgastes políticos. Como conseqüência disso a empresa provavelmente alcançaria maior crescimento e estabilidade de seus lucros.

Do ponto de vista dos agentes sociais importa saber como o valor adicionado gerado pela empresa, é repartido e quais são os segmentos beneficiários.

Estes são, conforme Tinoco (2001: 66-67):

a)O Pessoal, que aporta seu trabalho à empresa, recebendo em contrapartida salários e benefícios sociais;

b)Os Acionistas, que ao integralizarem o capital da empresa recebem em troca uma remuneração repartível, o dividendo, e outra de caráter não repartível, as reservas, que aumentam o Patrimônio Líquido da entidade e, portanto, a avaliação da participação de cada um dos acionistas;

c)O Estado, via imposto de renda e outros impostos diretos, indiretos e taxas;

d)Os Financiadores, aqueles que aportam recursos à empresa a título de financiamento, sendo remunerados por juros.

A elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, pelas empresas, em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras, das organizações.

Ainda, segundo Tinoco (1984, p.40):

> Julgamos, até que quando os contadores no Brasil passarem a utilizar esta metodologia terão dado um grande passo, no sentido de aproximarem a contabilidade comercial (geral) da contabilidade nacional. Como sabemos as contas nacionais no Brasil são hoje elaboradas, tomando por base dados estatísticos, muitas vezes estimados, que podem estar enviesados. Na medida em que as entidades fossem obrigadas a publicar nos seus relatórios contábeis o valor adicionado (pelo menos as grandes e as médias empresas) ter-se-ia informação mais fidedigna e mais eqüitativa. Seria um grande passo para o reconhecimento da importância crescente, que a Contabilidade vem *tendo* ultimamente, como ciência da comunicação.

Para Santos (2003, p.35), a Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais eficaz criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade.

Conforme Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.9), há autores que colocam em dúvida o potencial social das informações contidas na demonstração, como, por exemplo, Freire e Rebouças (2001), que afirma que a DVA pode ser um importante componente contábil do balanço social, mas apresenta informações muito aquém daquelas que seriam necessárias para seu reconhecimento como balanço social.

De fato, as informações prestadas pela DVA estão aquém daquelas prestadas pelo balanço social, porém, nunca teve pretensões de ser o próprio, mas apenas de compô-lo, como é destacado por Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9): “A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço social, deve ser entendida como a forma mais

competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade".

Neste sentido, de acordo com Rodrigues Junior (2003, p.28), diz que:

> DVA é uma explanação de como a empresa criou riquezas (valor de suas vendas de bens e serviços deduzidos dos bens e serviços adquiridos de terceiros) e como a distribuiu entre: fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, à parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via *royalties*); aos de recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados, etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos. Extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação da riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar tanta ênfase à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado e como este resultado foi gerado. Essa demonstração apresentada de forma resumida e agrupada, pouco revela ao público externo sobre o que a empresa está fazendo pela comunidade e pelo País, ou seja, como a organização está distribuindo esta riqueza gerada entre seus agentes.

A CVM, em sua Nota Explicativa á Instrução CVM Nº 469, de 2 de Maio de 2008, explicita que:

> A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto - PIB. Existe, entretanto, uma diferença temporal entre o modelo econômico e modelo contábil de DVA. Enquanto o primeiro utiliza o conceito de produção, a demonstração contábil utiliza o conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa..

A Demonstração do Valor Adicionado, a partir dos dados retirados da Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram direta ou indiretamente, para a geração dessa riqueza, enquanto a DRE tem suas informações voltadas, principalmente, para os investidores (de uma maneira geral e dentre eles, os proprietários) e o governo, ou seja, visa informar os usuários interessados no lucro líquido.

Segundo De Luca (1998, p.32), "para o proprietário, os salários, juros, impostos, etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte na riqueza criada, ou seja, do seu lucro. E a Demonstração do Valor Adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa".

De acordo com a citação acima, a DRE não se preocupa, diferentemente da DVA, em demonstrar aos mais variados usuários das informações contábeis qual a parcela que cabe a

cada um dos envolvidos da riqueza gerada pela empresa. No caso de uma empresa que vem tendo prejuízo, a DVA passa a ocupar uma importância ainda maior dentre os vários demonstrativos contábeis, pois evidenciará se apesar de haver prejuízo, a empresa agregou valor e distribuiu entre aqueles que participaram na produção do produto ou serviços gerados por ela. (OLIVEIRA, et. al, 1999, p. 43).

O Balanço Social dirige-se a numerosos usuários, porém dentro destes alguns se destacam, assim por ordem tem-se:

a) Os grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa que são os trabalhadores;

b) Os grupos que se relacionam com a empresa que são os clientes, pois de sua confiança vive a empresa;

c) Os acionistas que aportam recursos à empresas;

d) Os sindicatos dos trabalhadores;

e) As instituições financeiras, fornecedores e credores;

f) As autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado;

g) A comunidade local;

h) Os pesquisadores, professores, todos aqueles formadores de opinião.

No Brasil, a elaboração e divulgação do Balanço Social não são obrigatórias. Já existiram diversas ações, no âmbito municipal, estadual e nacional, no sentido da obrigatoriedade deste relatório, como também da Demonstração do Valor Adicionado, através de legislação própria para este fim. Porém, apenas em dezembro de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.638/07, alterando significativamente a Lei das Sociedades por Ações, que entrou em vigor em 01/01/2008, incluindo também a obrigatoriedade do DVA.

Essas mudanças colocam os relatórios contábeis brasileiros dentro do padrão internacional do IFRS (*International Financial Reporting Standard*), que será obrigatório para as companhias abertas do Brasil a partir de 2008, de acordo com a CVM.

Entre as alterações impostas pela lei, o artigo 176, obriga as empresas de capital aberto a elaborar e publicar a DVA (Demonstração de Valor Adicionado).

A CVM, ainda neste Oficio Circular, mostra o modelo de DVA a ser seguido pelas empresas que irão demonstrar e publicar estas informações, como também sua instrução de preenchimento. Segue abaixo modelo proposto pela CVM:

Demonstração do Valor Adicionado		
em R$ mil	20X1	20X2
DESCRIÇÃO		
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Figura 2. MODELO DVA - Fonte CVM - Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01, de 2007

O Balanço Social é confundido por boa parte da população empresarial e demais usuários dos relatórios sociais das empresas, como sendo apenas o relatório que exprime as

questões referentes aos recursos humanos das empresas, cujo título é conhecido por Balanço Social das empresas.

Porém, o termo Balanço Social é algo bem mais abrangente que apenas este relatório, pois engloba uma série de informações relevantes sobre as várias vertentes da empresa socialmente responsável.

A DVA, ampliou, sobremaneira o conceito de Balanço Social. O Prof. Eliseu Martins, em artigo publicado no Jornal Gazeta Mercantil, do dia 18/09/97, explicita que esta demonstração representa: "extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação de riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar ênfase apenas à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários".

Ademais, expõe Martins: finalmente o balanço social veio, mais recentemente, a encampar o conjunto de informações à sociedade sobre a relação da empresa com o meio ambiente, evidenciando o que é obrigada a gastar, ou voluntariamente o faz, para prevenir ou remediar o que produz de conseqüências sobre ele, quais as metas de controle de poluição está obrigada a cumprir, quais as restrições que possui para operar, etc. Esta nova postura de respeito ao meio ambiente deixou de ser uma simples bandeira de alguns movimentos sociais e tornou-se uma exigência legal no mundo dos negócios.

A inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais, ampliou o escopo do Balanço Social, denominando-o de Balanço Social em sentido amplo, conforme Tinoco (2001) compreendendo:

a) O Balanço Social em Sentido Restrito (Balanço das Pessoas)

b) A Demonstração do Valor Adicionado

c) O Balanço Ecológico

d) A Responsabilidade Social da Empresa

Conforme Ashley (2002, p.21), a idéia de responsabilidade social nas empresas, sem ainda o sentido atual da expressão, teve sua divulgação no caso Dodge versus Ford, em 1919, nos Estados Unidos. Este caso tratava da amplitude dos atos praticados por Henry Ford, como presidente e acionista majoritário, em tomar decisões que iriam contra os interesses de um grupo de acionistas da Ford, representados por John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, argumentando a realização de objetivos sociais, decidiu por conta própria, não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo este valor para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários dos funcionários entre outras coisas. A Suprema Corte de Michigan se posicionou a favor dos Dodge e justificou sua decisão explicando que a empresa

existia para beneficio de seus acionistas e que diretores têm liberdade apenas quanto aos meios de se alcançar tal fim, não podendo usar os lucros auferidos pra outros fins. Portanto, a filantropia corporativa e, de certa forma, uma forma de se praticar a responsabilidade social, antes mesmo de se conhecer este termo, só poderia ser realizada, na medida em que tal ato favorecesse os resultados da empresa e a posterior distribuição deste entre os acionistas.

Neste sentido, Pinto e Ribeiro (2004, p.22) escreveram que,

> o que se discute hoje é que a empresa não pode somente visar a lucros. Em seu relacionamento com a sociedade existem obrigações implícitas, tais como: a preservação do meio ambiente mediante uso adequado dos recursos naturais e investimentos em processos produtivos compatíveis com a conservação ambiental, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional visando à qualificação, a qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado, e outras que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável.

Pode-se afirmar que o lucro e a rentabilidade são questões importantes para as empresas, já que todas buscam otimizar seus resultados, inclusive visando sua continuidade e sobrevivência. Porém, outras variáveis, além das econômicas e financeiras, passaram a possuir valor relevante na vida das empresas, pois estão intimamente ligadas. Para se produzir, é necessário utilizar-se de mão de obra, de bens naturais e do meio ambiente.

Já, de acordo com Tunca e Crowther (2005, p.13),

> A maioria das pessoas concorda que a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) está preocupada com aquilo que é (ou deveria ser) a relação entre a empresa e as partes interessadas, tais como clientes, empregados, os governos e os cidadãos. Infelizmente, é o foco sobre os lucros das empresas e da criação de valor do acionista (normalmente com aumento do preço), que tanto tem causado preocupação pública e publicidade negativa sobre o comportamento das empresas. (tradução livre).

Neste mesmo sentido de que a Responsabilidade Social e o lucro podem e devem, andar lado a lado. Abreu et al (2003, p.23), expressam que,

> defendemos que a responsabilidade social das empresas fornece um caminho que anula os efeitos negativos de um livre mercado global desregulado. Este argumento baseia-se na importância da ética e comportamento ético - para cada um de nós como indivíduos e para cada corporação – que nada mais é do que um coletivo de pessoas que se uniram para uma finalidade específica.

Porém, o significado do termo responsabilidade social, é algo que ainda não há um consenso conceitual. Como apresentado, existem variações sobre o tema e várias vertentes conceituais. Neste sentido, conforme Reis e Medeiros (2007, p.12), “o tema pode ser considerado em construção, e outras terminologias estão sendo incorporadas à responsabilidade social, além de expressões usualmente utilizadas como responsabilidade social empresarial ou corporativa”.

Muito se tem ouvido falar, tanto no meio empresarial quanto na mídia, juntamente ao termo Responsabilidade Social, do termo cidadania empresarial ou empresa cidadã. Popularmente, este conceito tem sido tratado de maneira bastante simplista, ou seja, como algo que traz vantagem competitiva à organização frente à crescente concorrência e seu aspecto mais ressaltado tem sido o de investimento na comunidade através de projetos ou ações sociais com recursos transferidos por empresas.

Ainda com referencia a Responsabilidade Social, Reis e Medeiros (2007, p.9), escrevem que "é possível compreender-se a responsabilidade social na Filosofia como a responsabilidade individual e de livre escolha pela realização ou não de um ato, em função de antever as conseqüências sociais que poderão ocorrer; mas, uma vez realizado, este ato deve ser assumido por quem o realizou".

Quanto ao tema, consta do Livro Verde, da *Comission de las Comunidades Europeas*, (2001, p.7) a seguinte afirmação:

> Ser socialmente responsable no significa solamente cumplir plenamente las obligaciones jurídicas, sino también ir más allá de su cumplimiento invirtiendo «más» en el capital humano, el entorno y las relaciones con los interlocutores. La experiencia adquirida con la inversión en tecnologías y prácticas comerciales respetuosas del medio ambiente sugiere que ir más allá del cumplimiento de la legislación puede aumentar la competitividad de las empresas. La aplicación de normas más estrictas que los requisitos de la legislación del ámbito social, por ejemplo en materia de formación, condiciones laborales o relaciones entre la dirección y los trabajadores, puede tener también un impacto directo en la productividad. Abre una vía para administrar el cambio y conciliar el desarrollo social con el aumento de la competitividad.

3 PERFIS DAS EMPRESAS ANALISADAS

3.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

O conceito de sustentabilidade insere-se nas discussões da sociedade tanto em nível nacional como global, e é neste cenário que o setor de telecomunicações apresenta-se como atividade essencial.

Apresentam-se a seguir perfil das empresas brasileiras, referidas na tabela 1, objeto dessa dissertação, que explicita pontos relevantes dessas empresas de telecomunicações.

Tabela 1: Empresas pesquisadas

Nome da Empresa	Nome de Pregão	Segmento de Listagem	Listadas na NYSE
BRASIL TELECOM PARTIC. S.A	BRASIL T. PAR	N1	Sim
GVT (HOLDING) S.A.	GVT HOLDING	NM	Não
TELE NORTE LESTE PART. S.A.	TELEMAR	MB	Sim
TELEC. DE SÃO PAULO S.A.	TELESP	MB	Sim
TELE NORTE CELULAR PARTIC. S.A	TELE NORTE CL	MB	Sim
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	TELEMIG PART	MB	Sim
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	TIM PART S/A	MB	Sim
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A	VIVO	MB	Sim

a) BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

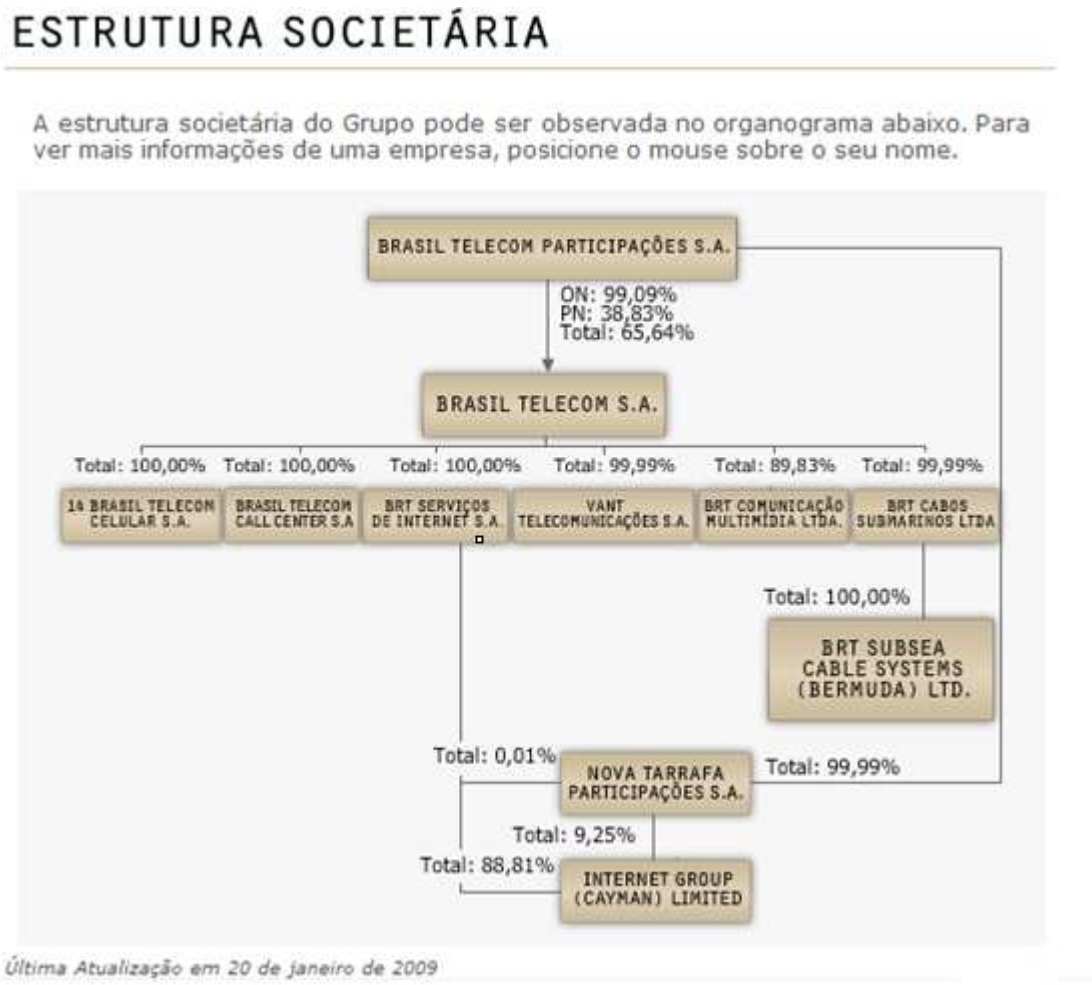
Em 27 de novembro de 1963 a Telepar foi constituída como uma sociedade anônima sob as leis brasileiras. Em 5 de junho de 1975, o controle da companhia foi transferido para o governo brasileiro e a empresa se tornou uma subsidiária da Telebrás.

Em 22 de maio de 1998, houve a reestruturação do Sistema Telebrás, com a criação da Tele Centro Sul Participações S.A (**atualmente Brasil Telecom Participações S.A),** a holding da Telesc, Telepar, Telegoiás, Telebrasília, Telemat, Telems, Teleron, Teleacre e CTMR.(sítio da empresa WWW.brasiltlecom.com.br) .

A Brasil Telecom Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº. 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações, como parte do processo de cisão da TELEBRAS, cujo protocolo e justificação da cisão foram aprovados em 22 de maio de 1998 em assembléia de acionistas.

O controle da Sociedade é exercido pela SOLPART Participações S.A. (“SOLPART”), correspondendo, na data de encerramento do exercício, a 51,00% do capital votante e 18, 78% do capital total.

A empresa tem como único ativo a Brasil Telecom S.A, operadora de serviços de telecomunicações. Merece destaque o fato de a empresa ter uma ampla base de acionistas no exterior.



É uma das maiores do setor de telecomunicações da América Latina. Sua atuação compreende serviços nas áreas de: telefonia fixa e móvel; soluções de dados; internet, vídeo e *data center* – unidade de negócios que fornece infra-estrutura de informática e telecom para outras empresas, conforme evidenciado (DFP – 2007- Relatório da Administração).

A Brasil Telecom Participações S.A, entre as empresas analisadas neste trabalho, é a única que está listada na BOVESPA no segmento Nível 1 de Governança Corporativa. A Brasil Telecom em 2007, recebeu a certificação Sarbanes-Oxley, conhecido também como SOX.

A Brasil Telecom encerrou o ano com 16.769 colaboradoras. Do número total de funcionários, vale destacar que 10.866 passaram a integrar o quadro de colaboradores da empresa a partir da internalização da operação de *call center*.

A receita líquida total da empresa atingiu R$ 10.138 milhões em 2005, R$ 10.296 milhões em 2006 e R$ 11.069 em 2007, com crescimentos respectivos de 11,8% em relação a 2004, de 1,6% em relação a 2005 e 7,4% em relação a 2006, em termos nominais.

Gerou de valor adicionado os montantes de R$ 7.720 milhões em 2007 e, R$ 6.999 milhões em 2006.

b) GVT (*HOLDING*) S.A.

A GVT foi constituída em 20 de setembro de 1999, com sede na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, conforme informações obtidas em seu sítio na WEB. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída por prazo indeterminado, tem por objeto social a gestão de participações societárias em sociedades que explorem serviços de telecomunicações, transmissão de voz e informações, mídia e atividades correlatas ou complementares.

Em 1999, a Anatel concedeu à GVT a licença espelho para a Região II (Distrito Federal e dos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins), mais de um ano após a criação da Brasil Telecom, a partir da privatização da Telebrás. Em 2000, após completar a montagem de sua infra-estrutura de rede, incorporando a primeira Rede NGN do país e uma plataforma avançada de TI, a Companhia iniciou a prestação de serviços de telecomunicações em 24 cidades. Em seu primeiro ano de operação, a GVT atingiu cerca de 250.000 LIS, com receita líquida de R$97,6 milhões. Até o final de 2001, a Companhia passou a operar em outras 30 cidades na Região II, cobrindo todas as 54 grandes cidades da Região II (fonte: sítio da empresa www.gvt.com.br " A Companhia").

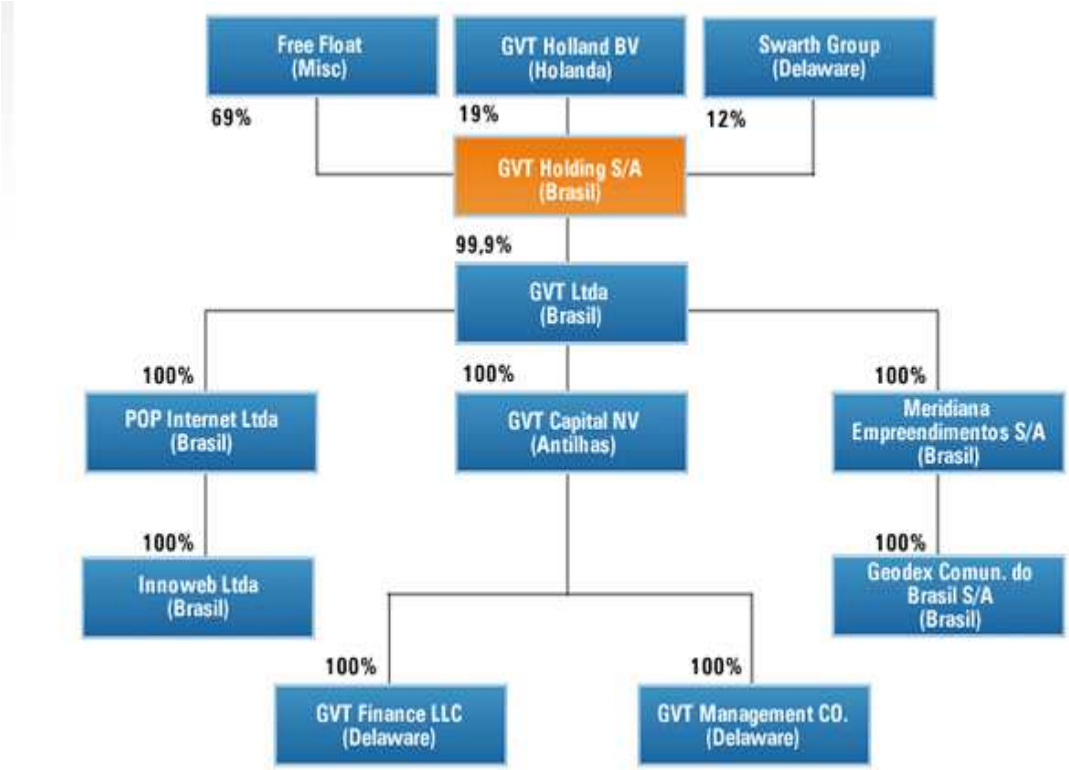
Estrutura Societária

A GVT *Holding* S.A. conduz a maior parte de suas operações por meio da sua subsidiária direta Global Village Telecom Ltda., empresa na qual a Companhia detém 99,9% do capital social, e das suas subsidiárias indiretas POP Internet Ltda. e Innoweb Ltda., que desenvolvem as unidades de negócio POP e VONO, respectivamente, bem como a GVT Capital, a GVT Management e a GVT *Finance.*

A GVT Capital, sediada nas Antilhas Holandesas, atua como um veículo em algumas das atividades financeiras internacionais da Companhia. A GVT Management, constituída nos Estados Unidos, atua como um escritório de representação no exterior, no qual são

centralizados todos os aspectos internacionais relacionados ao negócio da Companhia, incluindo o seu relacionamento com credores e fornecedores internacionais. A GVT *Finance*, sediada nos Estados Unidos, é uma sociedade de propósito específico, tendo sido criada em março de 2006 para servir como veículo para a conversão e a repactuação de dívida.

A Meridiana Empreendimentos é subsidiária integral da GVT Ltda. que possui 100% da Geodox Communications do Brasil.



A GVT Ltda., concentra a maior parte das operações da Companhia e detêm licenças da Anatel de Telefonia Fixas e Dadas.

A Geodex Communications do Brasil S/A é controlada pela Holding Meridiana Empreendimentos S/A. A Geodex também controla 100% do capital da Mokong Telecomunicações e Participações S/A. A Meridiana Empreendimentos S/A e a Geodex Communications do Brasil S/A planejam ser incorporadas pela GVT Ltda. tão logo receba aprovação pela Anatel (fonte : sítio da empresa www.gvt.com.br " A Companhia" – Última Atualização: 9 de janeiro de 2009).

A GVT *Holding* S/A, entre as empresas analisadas é a única que está listada na BOVESPA no segmento de governança, denominado Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia contava com 3.125 colaboradores. Desse total, 1539 estão alocados nas três unidades de negócios e o restante em atividades administrativas e operacionais que dão suporte às unidades de negócios.

A receita líquida da GVT *Holding* S/A em 2007, foi de R$ 981 milhões, contra R$ 768,5 em 2006 e R$ 654,2 em 2005. A Receita Líquida teve um crescimento nominal em comparação a 2006 de 27,6% (fonte: DFP 2007).

Gerou de DVA em 2007 o valor de R$ 205 milhões.

c) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A

Antes da criação da Telecomunicação Brasileira S.A.- ou Telebrás-, em 1972, havia mais de 900 sociedades de telecomunicações operando no Brasil. Entre 1972 e 1975, a Telebrás e suas subsidiárias operacionais adquiriram quase todas as demais empresas de telefonia no Brasil, obtendo o monopólio de fato no fornecimento de serviços públicos de telecomunicações em quase todas as áreas do país.

Em julho de 1997, o Congresso Brasileiro adotou a Lei Geral de Telecomunicações (juntamente com regulamentos, decretos, ordens e planos sobre telecomunicações expedidos pelo poder executivo do Brasil, o Marco Regulatório de Telecomunicações), que significou o estabelecimento de uma nova estrutura regulamentadora, introduzindo a concorrência no setor de telecomunicações brasileiro e promovendo a privatização da Telebrás e suas subsidiárias.

Em maio de 1998, a Telebrás foi reestruturada para formar 12 novas empresas holdings, ou as Novas *Holdings*, por meio de um procedimento previsto na Lei das Sociedades Anônimas, chamado de cisão. Quase todos os ativos e passivos da Telebrás foram alocados às Novas Holdings, incluindo a participação da Telebrás em suas subsidiárias operacionais.

A Tele Norte Leste Part. S/A é uma das Novas *Holdings* das operadoras de telefonia fixa. Na reestruturação e privatização da Telebrás, todo capital acionário controlado pela Telebrás nas subsidiárias operacionais que ofereciam STFC na Região I, foi alocado à Tele Norte Leste. Em julho de 1998, o governo brasileiro privatizou a Telebrás, vendendo todas suas ações com direito a voto nas Novas *Holdings*, incluindo a Tele Norte Leste, para compradores do setor privado. As ações do governo brasileiro na Tele Norte Leste, foram compradas pelo Consórcio Telemar, um consórcio compreendendo a Construtora Andrade Gutierrez S.A., a Brasil Veículos Companhia de Seguros e a Companhia de Seguros Aliança do Brasil. A Tele Norte Leste Participações S.A, foi criada em 22 de maio de 1998.(fonte: Informações anuais – IAN, 2007).

As participações na Tele Norte Leste que, davam o controle da empresa aos membros do Consórcio Telemar foram adquiridas pela TmarPart,uma companhia brasileira fechada, em julho de 1999. A principal finalidade da TmarPart é controlar as ações da Tele Norte Leste.

Após a sua constituição, a Tele Norte Leste fornecia STFC através de 16 subsidiarias operacionais distintas. Em agosto de 2001, foi implementada reorganização societária que resultou na incorporação das subsidiárias operacionais em uma única companhia operacional – a TMAR.

Em 30 de maio de 2003, Tele Norte Leste, vendeu para a TMAR todas as ações da Oi controladas pela empresa, representando 99,99% do capital social da Oi.

Após a empresa ter unificado a organização, no começo de 2004, combinando Oi e a TMAR em uma mesma estrutura organizacional, a Tele Norte Leste passou a oferecer produtos convergentes, através de pacotes de serviços (*bundles)* que incluem telefonia fixa, móvel e de banda larga.

Em fevereiro de 2007, a Tele Norte Leste adotou a Oi como a marca monolítica para todos os produtos, conforme explicitado em Informações Anuais – IAN, 2007, da empresa.

A Tele Norte Leste, acredita que a convergência de meios e serviço é uma tendência geral no mercado de telecomunicações. Através dela, *players* até então focados em um único segmento ou tipo de rede, passam a ter possibilidade de ofertar serviços de outros segmentos. A Oi foi a pioneira no mercado brasileiro a dispor da convergência fixa-móvel integrando suas operações e ofertas.

Neste contexto, a empresa através da parceria estabelecida com a Sky, passou a oferecer pacotes integrando também os serviços de TV por assinatura (fonte: Informações Anuais – IAN, 2007).

A estratégia da Tele Norte Leste é atuar como um agente consolidador.

O movimento de consolidação de teles que deve ocorrer no Brasil, já gerou a formação de pelo menos dois grupos econômicos: o das empresas controladas pela Telefônica e outro das empresas controladas pela Telmex ou América Móvil (fonte: Informações Anuais – IAN, 2007).

A tabela a seguir mostra as participações diretas e indiretas da Tele Norte Leste, em cada de suas principais controladas em 15 de abril de 2008 (fonte: Informações Anuais – IAN, 2007):

Participações diretas e indiretas da Tele Norte Leste

	Participação da TNL	
Controlada	% do capital social	% do capital votante
Telemar Norte Leste S.A. (Tmar)	81,9%	97,4%
Oi (1)	81,9%	97,4%
Telemar Internet Ltda (1)	81,9%	97,4%

AIX S.A (2)	41,0%	48,7%
Paggo Empreendimentos S.A (3)	81,9%	97,4%
Way TV S.A. (4)	99,9%	99,9%
SEREDE S.A. (5)	81,9%	97,4%
Amazônia Celular S.A. (5)	11,9%	45,4%

(1) Controladas integrais da TMAR

(2) Subsidiária da TMAR

(3) Controlada Integral da Oi

(4) Subsidiária da TNL PCS Participações S.A

(5) Subsidiária indireta da TMAR

Por concessão da União, o Governo Federal autorizou a empresa controlada pela TNL, a TMAR, a fornecer serviços de telefonia fixa na Região I, formada por 16 estados do Brasil localizados ao Norte, Nordeste e Sudeste do país. Ocupando uma área de 5,4 milhões de quilômetros quadrados, a Região I representa aproximadamente 64% da área geográfica, 41% do PIB e 55% da população do país.

Em Outubro de 2008, a Oi obteve licenças para operar 2G e 3G na Região III (São Paulo) **e em Janeiro de 2009 adquiriu o controle acionário da Brasil Telecom Participações, controladora da Brasil Telecom Operadora**, que possui a concessão de telefonia fixa nos 9 estados da Região II e autorização para operar telefonia móvel nesses estados.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia contava com 9.936 colaboradores, sendo 3.133 mulheres, representando 31,5 % do total.

A receita líquida da Tele Norte Leste Part. S.A. em 2007, foi de R$ 17,6 milhões, contra R$ 16.9 em 2006 e R$ 16,7 em 2005. A receita líquida teve um aumento nominal em comparação a 2006 de 4,2% .

Gerou novas riquezas conforme a DVA de R$13.848 milhões em 2007.

d) TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A

Telecomunicações de São Paulo S/A – TELESP desde 30 de novembro de 1999 (devido a reestruturação societária) é a nova denominação da Telesp Participações S/A., uma corporação organizada sob as leis da República Federativa do Brasil, formada a partir da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A., em 22 de maio de 1998. A TELESP é a principal provedora de serviços públicos de telecomunicações de linha fixa no estado de São Paulo. Em

29 de julho de 1998, o governo brasileiro privatizou a companhia, vendendo as ações de controle da TELESP PARTICIPAÇÔES (fonte: www.telefonica.com.br).

Com a privatização do sistema TELEBRÁS, em julho de 1998, a Telesp e a Telesp Celular foram divididas. A Telesp passou ao controle da Telefônica e a Telesp Celular foi adquirida pela Portugal Telecom (fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Telesp Celular.

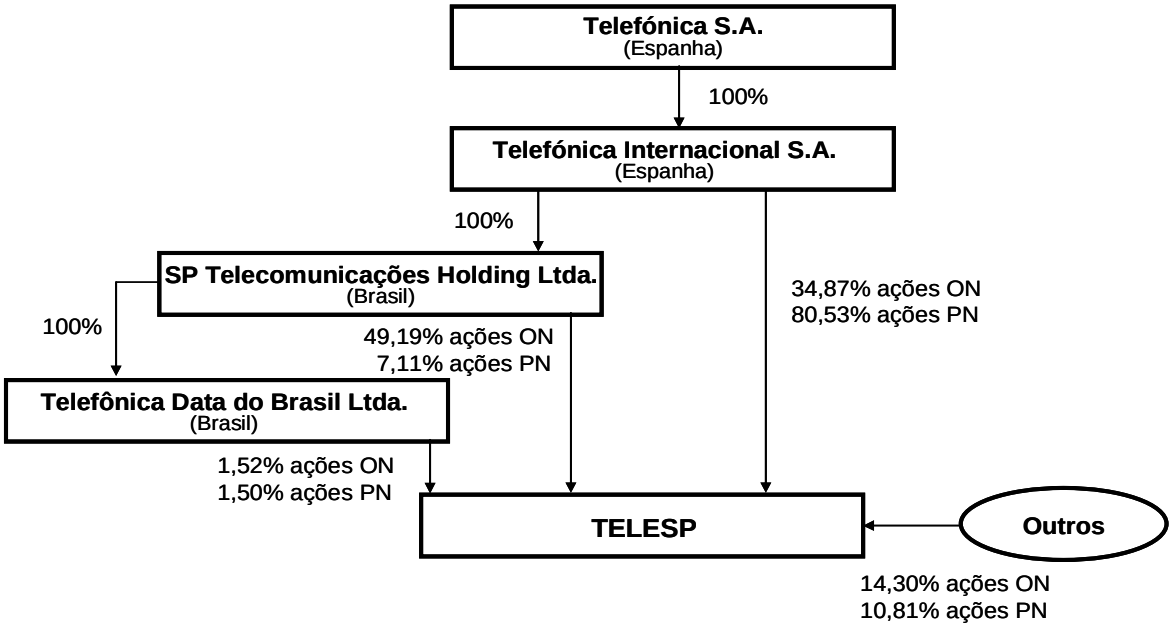
A Telesp pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2007, a Telefônica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total indireta no capital social da Sociedade de 87,95%, sendo 85,57% nas ações ordinárias e 89,13% nas ações preferenciais.

A TELESP atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil (Nota 1.c adiante). A Sociedade também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy*) e recentemente para serviços de TV por assinatura via satélite em todo país. A principal área de atuação da empresa é o Estado de São Paulo, inclusive o município de São Paulo, a maior cidade do Brasil.

A TELESP é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas nos setores 31, 32 e 34 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo, estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO).

Empresas controladas	2007	2006
A. Telecom S.A	100%	100%
Telefônica Empresas S.A.	100%	100%
Aliança Atlântica Holding B.V	50%	50%
Companhia AIX de Participações	50%	50%
Companhia ACT de Participações	50%	50%
Navytree Particpações S.A	100%	-

Estrutura societária:



Fonte: DFP – 2007 de Telesp S/A

Gerou de riqueza Valores Adicionados de R$11.146 milhões em 2005, R$11.940 milhões em 2006 e R$11.503 milhões em 2007.

Em 31.12.2007 o número de colaboradores do grupo atingiu 75.839.

e) TELE NORTE CELULAR PARTIC. S.A

A empresa foi formada a partir do processo da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRAS ocorrida em 22/05/98, originando a formação da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A, como uma das doze novas companhias holding – permitindo mais autonomia e competitividade para o setor.

Setor de Atuação e Economia

Em julho de 1997 o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Telecomunicações, de forma a introduzir a competição e o estabelecimento das regras para privatização do Sistema TELEBRAS. A lei estabeleceu uma agência de regulamentação independente chamada Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Em preparação á privatização do sistema TELEBRÁS, as Companhias Operadoras do Sistema foram organizadas em 12 (doze) grupos, utilizando o procedimento da Lei das Sociedades Anônimas, denominado Cisão. As novas Companhias Holdings, juntamente com suas respectivas subsidiárias, compreendem três operadoras regionais de Telefonia Fixa, oito

operadoras de Telefonia Celular, e uma operadora nacional de longa distancia, as quais foram levadas a leilão em 29 de julho de 1998, fechando assim o processo de privatização.

No leilão, a *Telesystem International Wireless* – TIW e o consórcio de empresas liderado pelo Banco *Opportunity* adquiriu a TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A, empresa que possui participação no capital social de outras cinco operadoras, a saber: 69,04% na TELEPARÁ CELULAR S.A, 80,26% na TELAMAZON CELULAR S.A., 66,79% na TELMA CELULAR S.A., 90,64% TELEAMAPÁ CELULAR S.A. e 86,19%na TELAIMA CELULAR S.A .

Negócio

A TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., através das suas operadoras, é autorizada a prover os serviços de telefonia celular na sua área de concessão que compreende os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Amapá e Roraima, estendendo-se por todo o Brasil através de contratos firmados de *Roaming* Automático (fonte : www.infoinvest.com.br).

A receita líquida da TELE NORTE CELULAR em 2007 foi de R$ 486,7 milhões, 11,6% maior do que 2006 (crescimento nominal, sem descontar a inflação.

Em 31 de dezembro de 2007, a empresa tinha 419 empregados.

Não divulga a DVA.

f) TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

A TELEMIG - Telecomunicações de Minas Gerais, era o nome da empresa operadora de telefonia do grupo Telebrás em Minas Gerais. Da época da sua privatização em 1998, foi desmembrada em duas: o braço de telefônia móvel, a Telemig Celular comprada por um consórcio liderado pelo Banco Opportunity, enquanto o braço da telefonia fixa foi adquirido pelo consórcio Telemar, liderado pelo grupo Andrade Gutierrez. A TELEIG CELULAR agora é de de propriedade da Vivo Participações S/A (Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Telemig).

Estrutura societária:

Telemig Celular Participações S.A.	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Vivo Participações S.A	7.258.108	53,90%	969.932	4,27%	8.228.040	22,72%
	20,05%		2,68%		22,72%	
Minoritários	6.207.951	46,10%	21.771.070	95,73%	27.979.021	77,28%
	17,15%		60,13%		77,28%	
Total	13.466.059	100,00%	22.741.002	100,00%	36.207.061	100,00%

A Companhia atua no estado de Minas Gerais, situado na região Sudeste do Brasil, ocupando uma área de 588 mil quilômetros quadrados, cerca de 7% do território nacional. Minas Gerais é o quarto estado em extensão e o terceiro em Produto Interno Bruto.

Em 30 de maio de 2005, a Telemig Celular iniciou suas operações nos municípios do setor 3 da região I do Plano Geral de Outorgas - PGO, região do Triângulo Mineiro

A região do Triângulo Mineiro tem uma população estimada de 1,8 milhões de habitantes, fazendo com que a área de atuação total da Telemig Celular passe a ter uma população de aproximadamente 19 milhões de habitantes, o que representa 10% do mercado nacional. Com o início das operações na região do Triângulo Mineiro, a área de atuação da Companhia passou a englobar todo o Estado de Minas Gerais.

Em sua área de atuação, excluindo a região do Triângulo Mineiro, a Telemig concorre com outras duas empresas: a TIM e a OI. Na região do Triângulo Mineiro, a Telemig Celular concorre com a CTBC Celular, a TIM e a OI (fonte: www.telemigholding.com.br).

A empresa tinha plantel de 2.893 empregados em 31.12.2007. A empresa não publica a Demonstração do Valor Adicionado.

g) TIM PARTICIPAÇÕES S.A

A TIM começou a operar no Brasil em 1998, com o lançamento do serviço TDMA no Estado da Bahia. Depois, expandiu a Rede TIM TDMA para outros 10 estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Em 2001, adquiriu novas licenças para todos os Estados onde ainda não operava. Em Outubro de 2002 foi o ano de lançamento do serviço GSM com pioneirismo no Distrito Federal e em todo o Centro-Oeste, assim como nos Estados de SP e RS. Foi pioneira ao oferecer o primeiro serviço de mensagens multimídia do Brasil, em outubro de 2002: o **TIM Foto Mensagem**. Em seguida, lançou a TIM Vídeo Mensagem, primeiro serviço do gênero no Brasil, para gravação e envio por e-mail de vídeos sonoros de até 40 segundos. Desde 1º de fevereiro de 2006, todas as operações da TIM no Brasil estão reunidas na holding TIM Participações, empresa de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (fonte: www.tim.com.br)

A TIM - empresa do Grupo Telecom Itália - é a única operadora móvel presente em todos os Estados brasileiros. Pioneira e inovadora em vários serviços está trazendo para o Brasil a experiência internacional do Grupo. A TIM é uma empresa sem fronteiras.

Estrutura acionária:

Composição Acionária	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
TIM BRASIL SERVICOS E PARTICIPACOES S/A	649.205.378	81,32	987.978.984	63,93	1.637.193.362	69,85
OUTROS	149.145.599	18,68	557.487.576	36,07	706.633.175	30,15
TOTAL	**798.350.977**	**100**	**1.545.475.560**	**100**	**2.343.826.537**	**100**

Última atualização em 28 de agosto de 2008.

Os ativos da TIM Participações consistem das ações de suas subsidiárias integrais: TIM Celular e TIM Nordeste.

.A TIM Brasil detém o controle, com 69,73% das ações.

Com mais de um século de experiência, o Grupo italiano de telecomunicações é um dos líderes do setor na Europa e, por meio de suas subsidiárias, disponibiliza toda a gama de serviços avançados de comunicações, oferecendo desde telefonia fixa, móvel e internet, até inovadores sistemas e soluções corporativas e de mídia.

Pesquisa e inovação é fator-chave para o Grupo, que investe no sentido de desenvolver tecnologias de ponta em seus laboratórios. Graças à sua rede, uma das maiores e mais avançadas do mundo, a Telecom Itália tem tido importante papel na distribuição e no crescimento de banda larga na Europa e na exploração de oportunidades decorrentes da convergência tecnológica.

O Grupo Telecom Itália vem atuando no Brasil desde 1998, através da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., sendo uma das operadoras de celulares de maior destaque no país, atendendo todos os estados brasileiros, por meio da TIM Participações (fonte: www.timpartri..com.br/tim).

A TIM empregava, em 31 de dezembro de 2007, 10.043 colaboradores em todo o Brasil, um ativo intangível fundamental para o sucesso de seus negócios, e adicionou novas riquezas como explicitado na Tabela 5.7.2.1 DVA da Tim, no montante de R$5.659 milhões em 2007.

h) VIVO PARTICIPAÇÕES S.A

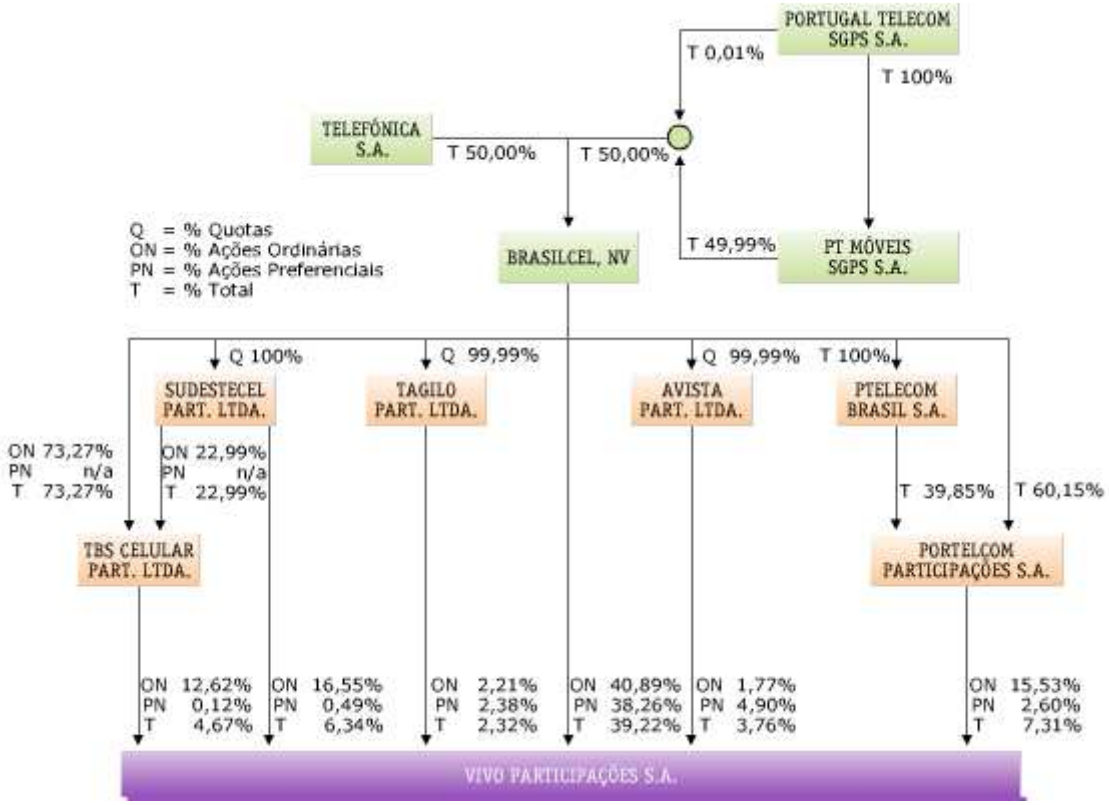
A Vivo é controlada por dois dos maiores grupos de telecomunicações do mundo, Portugal Telecom e Telefônica, que em 2002 constituíram a *joint venture* Brasilcel, na qual cada empresa detém 50% de participação.

O *know-how* dos controladores no mercado de telecomunicações mundial configura-se importante diferencial competitivo para a Vivo, que se beneficia ainda da possibilidade de

ganho de escala para compra de equipamentos e do contato com as mais inovadoras tecnologias, entre outros aspectos.

Pesquisa no sítio da empresa www.vivo.com.br, evidenciou que encerrou 2007 com o total de 5.600 colaboradores contra 5.896, no exercício de 2006. Obteve receitas brutas de R$15.942 milhões em 2007, bem como gerou R$6.215 milhões de VA, nesse ano.

Estrutura Societária:



4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS EMPRESARIAIS EVIDENCIADOS

4.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

O objetivo desta análise é verificar se as empresas brasileiras do setor de telecomunicações com ações listadas na BOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York, no período 2005 a 2007, divulgaram através de seus relatórios anuais, alguma variação qualitativa relativamente ao nível de evidenciação da Governança Corporativa e, em particular as informações dos riscos relativos: à industria brasileira de telecomunicações, ao Brasil, associados as ações preferenciais ou **American Depositary Shares - ADSs**, de mercado, aspectos regulatórios, cambial, taxa de juros, de crédito, contingenciais, operacional, energético e socioambiental.

Utilizou-se como fontes de referência as informações, disponibilizados pelas empresas, em seus respectivos sítios na WEB, no período 2005 a 2007, enviados à CVM, através dos relatórios DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e IAN – Informações Anuais, bem como aos dados encaminhados à SEC através do relatório Form 20F.

Os valores apresentados estão em milhares de reais, salvo quando houver indicação em contrário.

4.2 DESEMPENHO DAS EMPRESAS ANALISADAS

4.2.1 Faturamento Líquido e DVA

Valores em milhões de reais

Empresa	**Faturamento Líquido**			**DVA**		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Brasil Telecom	10.138	10.296	11.069	-	6.999	7.720
GVT (HOLDING)	654	769	981	-	-	205
Tele Norte Leste	16.747	16.872	17.584	-	11.866	13.848
Telec. de São Paulo	14.395	14.643	14.728	11.146	11.940	11.503
Tele Norte Celular	432	436	486	-	-	-
Telemig Celular	1.149	1.193	1.377	-	-	-
TIM Participações	2.918	10.138	12.442	-	4.805	5.659
VIVO Participações	7.473	10.937	12.492	4.137	5.268	6.215

Analisando o Faturamento Líquido e a Demonstração do Valor Adicionado, no período acima, a empresa que teve o melhor desempenho foi a Tele Norte Leste, que apresentou uma média anual de faturamento no período 2005 a 2007, de R$ 17,1 bilhões e um valor adicionado distribuído médio, no período 2006 a 2007 de R$ 12,9 bilhões

4.2.2 Evolução do EBITDA e do Retorno do Patrimônio Líquido

Valores em milhões de reais

Empresa	**EBITDA**	**Retorno Patrimônio Líquido**

	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Brasil Telecom	26.7%	33,9%	34,3%	(0,48%)	8,9%	12,7%
GVT (HOLDING)	29,0%	33,3%	36,5%	313,3%	(46,1%)	71,95%
Tele Norte Leste	40,4%	36,2%	37,0%	14,0%	16,6%	26,3%
Telec. de São Paulo	45,5%	47,2%	42,2%	22,3%	27,6%	22,3%
Tele Norte Celular	32,0%	9,5%	29,7%	(18,7%)	(42,5%)	3,4%
Telemig Celular	40,0%	32,1%	35,4%	17,5%	10,9%	13,12%
TIM Participações	23,03%	24,6%	23,1%	19,5%	(11,1%)	1,0%
VIVO Participações	(26,9%)	23,7%	25,1%	(31,3%)	0,4%	(1,2%)

Obs. Retorno do Patrimônio Líquido: lucro líquido do período em relação ao PL do ano anterior

Analisando o desempenho econômico-financeiro pela evolução da margem percentual EBITDA e do Retorno sobre o Patrimônio Líquido, o destaque foi para a empresa Telecomunicações de São Paulo, que apresentou uma margem EBITDA média anual no período 2005 a 2007 de 45% e retorno médio anual sobre o Patrimônio Líquido de 24%.

4.3 DIFERENÇAS ENCONTRADAS NAS ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA CVM E A *SEC*

Da análise dos relatórios enviados à CVM em comparação aos enviados à SEC, já se percebem diferenças significativas quanto ao conteúdo das informações. Enquanto a CVM exige informações do ano corrente e do ano anterior, a SEC, em alguns relatórios exige que sejam informados cinco anos, como é o caso dos resumos da Demonstração de Resultado Econômico e do Balanço Patrimonial. Já nas demais informações, à SEC exige o ano corrente e os dois anos anteriores.

Outras diferenças importantes, referem-se à apresentação do resumo da Demonstração de Resultado Econômico e do Balanço Patrimonial, demonstrando essas informações em versões diferentes, uma delas de acordo com a legislação brasileira - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), ou BR GAAP, exigidos pela CVM e outra, de acordo com a legislação americana - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América - *U.S. GAAP (Accounting Principles Generally Accepted),* exigidos pela SEC.

Pode-se destacar também a apresentação da DRE em uma estrutura diferente dos relatórios apresentados à CVM, onde a apuração do resultado operacional é antes do resultado líquido entre despesas e receitas financeiras.

Outro fato a destacar no relatório enviado à SEC é que, para todos os períodos apresentados nas notas explicativas, são demonstrados os ajustes (reconciliações), das principais diferenças entre o BR GAAP e o U.S. GAAP , do lucro (prejuízo) líquido e do Patrimônio Líquido.As principais divergências são as seguintes: imposto de renda diferido, plano de pensão e benefícios após aposentadoria, encargos diferidos, dividendos ainda não

declarados, valor justo de derivativos, estorno de ágio, subsídios de aparelhos pós-pagos de telefonia móvel e planos de opção de compra de ações, entre outros.

Estas reconciliações se fazem necessária, uma vez que os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP) diferem significativamente dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP).

Importante ainda a destacar, que ao comparar os relatórios DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas (CVM – Brasil) e FORM 20-F (SEC – Estados Unidos), pode ser observado também, diferenças significativas na abordagem nos relatórios citados, quanto ao formato, público alvo e conseqüentemente nas informações apresentadas às respectivas entidades reguladoras.

Observou-se que alguns aspectos importantes, tais como, efeitos dos aspectos regulatórios, cancelamento de contrato de concessão, "*covenants* financeiros", disputa entre acionistas controladores, concorrência, efeitos das reformas tributária e trabalhista, assuntos relacionados às Ações Preferências ou "*Americam Depositay Shares*" – ADS, etc., no relatório enviado à CVM é tratado sem tanta ênfase e detalhes (as vezes nem mencionados), ao contrário do que ocorre nos dados constantes no demonstrativo enviado à SEC.

Finalmente é importante salientar que todas as empresas analisadas com ações listadas na *NYSE*, evidenciaram além dos riscos mencionados no relatório Demonstrações Financeiras Padronizados - DFP enviado à CVM, os seguintes riscos à SEC:

Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações

(i) o número de linhas fixas em serviço estagnou nos últimos três anos e não há garantias de que este mercado vá crescer no futuro;

(ii) Os serviços de transmissão de dados estão sujeitos a restrições regulatórias significativas e, em conseqüência disso, as empresas enfrentam cada vez mais concorrência nesse segmento;

(iii) O descumprimento de algumas obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão, pode resultar em várias multas impostas pela ANATEL;

(iv) O setor de telecomunicações móveis pode ser prejudicado por relatórios sugerindo que emissões de radiofreqüência podem causar problemas de saúde e interferir em aparelhos médicos.

(v) O setor de telecomunicações está sujeito a freqüentes mudanças tecnológicas. A capacidade da empresa de continuar competitiva depende da habilidade de implementar novas tecnologias e é difícil predizer quando e como as novas tecnologias afetarão o setor.

Riscos Relacionados ao Brasil

(i) O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia nacional. Esse envolvimento, bem como a situação política e econômica brasileira, pode vir a afetar adversamente as atividades das empresas, negócios e o valor de mercado das ações preferenciais e ADSs;

(ii) a desvalorização do real pode causar perdas substanciais nos passivos das Companhias denominada em moeda estrangeira, ou a ele indexada, bem como redução nas receitas das Companhias;

(iii) Talvez não seja possível efetuar pagamento em Dólar dos Estados Unidos das obrigações da empresa nessa moeda. No passado, a economia brasileira experimentou *déficits* na balança de pagamento e carência de reservas cambiais, o que levou o Governo Federal a restringir a capacidade de pessoas físicas e jurídicas brasileiras e estrangeiras converterem Reais em moeda estrangeira;

(iv) Mudanças desfavoráveis nas condições econômicas brasileiras podem causar um aumento na taxa de inadimplência dos clientes, o que pode reduzir substancialmente as receitas das Companhias.

Riscos Relacionados à Ações Preferenciais e ADSs

(i) As Ações Preferenciais e ADSs geralmente não possuem direito a voto.

(ii) O acionista que possui ações preferenciais poderia não estar apto a exercer o direito de preferência em relação às ações preferenciais a menos que haja uma declaração de registro efetiva que contemple esses direitos de subscrição ou a menos que seja aplicável uma dispensa de registro.

Riscos Relativos ao Negócio

(i) dependência do setor de telecomunicações à regulamentação da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações. Esta regulamentação inclui provisões de cobrança, taxas, universalização, qualidade de serviços, expansão da rede, licenças, competição, mudanças no controle acionário, entre outras.

(ii) a possibilidade de cancelamento dos contratos de concessão pela Anatel, caso as empresas inflijam alguma determinação da Anatel, simplesmente por não renovação do contrato ou ainda em situação extraordinária de interesse público, que o governo pode administrar a Companhia.

(iii) as empresas possuem dívidas contraídas junto a diversas instituições financeiras, com cláusulas contratuais sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros (Ex. EBITDA [LAJIDA] – Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), e outros indicadores de endividamento e alavancagem, que caso não sejam atingidos, pode resultar

num processo de antecipação de vencimentos das obrigações ou retenção de valores atrelados a parcela da dívida, causando um desbalanceamento no planejamento de caixa, com isso, a empresa pode ser forçada a reestruturar ou refinanciar o endividamento, aumentar capital ou vender ativos.

Riscos de aspecto regulatório

(i) A Lei Geral de Telecomunicações exige que todas as prestadoras de serviços de telecomunicação interconectem suas redes com a de outras prestadoras, sem discriminação;

(ii) O setor de telecomunicações é altamente regulado. Mudanças nas leis e regulamentos podem afetar negativamente os resultados das empresas (fonte – resumo dos riscos evidenciados por todas as empresas nos respectivos relatórios 20F enviados à SEC.

4.4. EVIDENCIAÇÃO DOS RISCOS CORPORATIVOS

4.4.1. BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Corporativa

Em 2007, a empresa conforme (DFP – 2007 – Relatório de Administração) explicitou que investiu no estabelecimento de um novo padrão de governança, apoiado em quatro princípios fundamentais: a segregação e a definição clara de papéis; a equidade no trato dos acionistas; a transparência; e a prestação de contas. O objetivo consiste em transformar a Brasil Telecom numa referência em termos de governança. Entre as iniciativas adotadas, destaca-se:

- Reforma do Estatuto Social – entre outras mudanças, instituiu o modelo de gestão colegiada na Diretoria Executiva;
- Criação de Comitês Técnicos e Consultivos de assessoramento e avaliação de desempenho do Conselho de Administração;
- Implementação do modelo de gestão de riscos;
- Revisão da política de divulgação e uso de informações, e de negociação de valores mobiliários da Companhia.

É importante destacar que a Brasil Telecom em 2007, recebeu a certificação *Sarbanes-Oxley*, conhecido também como SOX.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

Riscos Estratégicos

(i) A tendência da substituição pelo consumidor, da telefonia fixa pela telefonia móvel, está sendo considerada com base em novos desenvolvimentos tecnológicos, no plano estratégico da Brasil Telecom.

Riscos Operacionais

(i) A Brasil Telecom contrata os seguintes seguros específicos, com intuito de proteger seu patrimônio:

- Seguro de Riscos Operacionais, que cobre os bens contra danos materiais ocasionados por incêndios, raio, explosão, vendaval, roubo, alagamento e inundação;
- Seguro de Lucros Cessantes, cobre eventuais prejuízos resultantes de interrupção ou perturbação do giro do negócio causado por eventual sinistro de danos matérias.

(ii) Seguro de responsabilidade civil de administradores, conselheiros e diretores da empresa, que indeniza terceiros, caso seja comprovada alguma falha na gestão.

Risco de Taxa de Câmbio

Evidencia em notas explicativas que os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 16,0% em dez/2007, 17,0% em 31/12/06 e 23,8% em 31/12/05, do total dos passivos de empréstimos e financiamentos consolidados, desconsiderados os saldos de *hedge* contratados. Destaca também que para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de *hedge* cambial junto a instituições financeiras. Salienta ainda que da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira, 92,6% em 31/12/2007, 61,6% em 31/12/2006 e 69,8% em 31/12/2005, está coberta por operações de *hedge* nas modalidades *swap* cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira (o detalhamento da exposição líquida dos empréstimos e financiamentos estrangeiros, está demonstrado nas tabelas 9 e 10 do anexo 1).

Risco da Taxa de Juros

Ativos

O ativo consolidado decorre de empréstimos remunerados, bem como títulos de renda (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal. A remuneração desses títulos é equivalente a 95% da taxa SELIC (os riscos sobre investimentos está demonstrado na tabela 11 do anexo 1)

Das informações anuais analisadas, principalmente as notas explicativas não foi evidenciado nenhuma informação relevante sobre possível aplicação em derivativos cambiais, que pudessem ser relevadas neste trabalho.

Passivo

A controlada Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas aos indexadores: TJLP,

UMBNDES, CDI, IGP-M e IGP-DI. O risco inerente a esses passivos decorre em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI (detalhamento sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional está demonstrado na tabela 12 do anexo 1)

Riscos Contingenciais

Contingências Passivas

A empresa efetua periodicamente a avaliação dos riscos contingenciais, inclusive revisões judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis.

Estes riscos são classificados de acordo com a probabilidade de ocorrência, ou seja, em prováveis, possíveis ou remotas, baseado em análise dos assessores jurídicos da empresa (o detalhamento, dos riscos classificados com prováveis, está demonstradas na tabela 13 do anexo 1)

As contingências dos riscos classificados como possíveis, estão demonstradas na tabela 14 do anexo 1.

Riscos de aspecto regulatório

A Brasil Telecom atua segundo os contratos de concessão e termos de autorizações firmados com a ANATEL e sob os dispositivos legais e regulamentares, gerais e específicos para o setor. Quaisquer alterações nas regras inicialmente estabelecidas podem afetar o negócio da empresa.

Contratos de "SWAP"

A empresa possui dívida denominada em *YEN* e celebrou uma serie de transações com "*swap*" a fim de se proteger contra flutuações do valor do Yen. A exposição resultante após os contratos de "*swap*" está restringida a mudança na taxa do (CDI) cotada pelo CETIP (Central de Custódia e de Liquidação).

Contabilizaram as transações de "swap" calculando o ganho ou a perda a realizar em cada data do balanço patrimonial considerando quais seriam os valores de liquidação dos contratos pendentes naquela data. O ganho ou a perda de cada período é registrado como lucro ou prejuízo financeiro no próprio período.

As operações de "*swap*" resultaram em perdas de R$ 267, R$ 147 e R$ 112 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, respectivamente, os quais foram registrados como despesas financeiras (detalhamento na tabela 15 do anexo 1)

O pagamento das operações de "swap" está programado da seguinte forma (em milhões de R$)

2009	R$ 115
2010	R$ 110
2011	R$ 54
Total	R$ 279

Fonte: Form 20-F (*Notes to the Consolidated Financial Statements* – F 34)

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 2 - Evidenciação dos Riscos Corporativo - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negócio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**S**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

Fonte:Adaptado pelo autor, com base em: FORM 20F –SEC e DFP – CVM

4.4.2 GVT (HOLDIG) S.A

a) Governança Corporativa

Em 2006, a GVT concluiu a transformação de seu tipo societário de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima com a subseqüente obtenção do registro de companhia aberta. Nesse mesmo ano, a Companhia realizou a reestruturação da maior parcela de sua dívida, bem como aderiu ao Novo Mercado (sítio da empresa:www.gvt. com.br).

A GVT menciona em seu sítio que mantém elevados padrões de governança corporativa. O comportamento efetivo com a governança está refletido na opção feita pelo registro da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, o nível que inclui as empresas com as melhores práticas de governança corporativa.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

Analisando as notas explicativas de 2007 do relatório DFP, não há evidenciações específicas quanto aos riscos da taxa de câmbio sobre empréstimos em moeda estrangeira, bem como sobre o comportamento da taxa de juros que pode influenciar tanto nos empréstimos nacionais como investimentos realizados.

Por ser uma empresa listada no segmento Novo Mercado, constatou-se que não estão sendo observadas as obrigações definidas pela BOVESPA, no que diz respeito a melhorias nas informações prestadas no ITR, DFP e IAN, documentos que são enviados pelas companhias à CVM e à BOVESPA, bem como disponibilizando as mesmas ao público.

Em vista disso, destacam-se, exclusivamente, as informações apresentadas nas DFP, em que não foram evidenciados riscos possíveis, e que podem ter impactos adversos nos resultados da empresa, tornando esses resultados enganosos e, portanto, prejudiciais aos parceiros sociais.

Disponibilidade e aplicações financeiras:

De acordo com a GVT, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancários e fundos de renda fixa, remuneradas às taxas que variam de 100% a 101,2% do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI

Não há evidenciações nas notas explicativas, relativas a possíveis variações na taxa básica de juros – SELIC, o que se refletiria nas posições dos investimentos informados (o detalhamento das informações de disponibilidade e aplicações financeiras, está na tabela 16 do anexo 1)

Adiantamento para futuro aumento de capital (controladora)

Em 31 de dezembro de 2007, a GVT (Holding) S.A. possuía adiantamentos para futuro aumento de capital em sua controlada Global VillageTelecom Ltda. no montante de R$ 450.144. O Contrato que suporta tal adiantamento tem vigência de um ano e em caso de seu cancelamento incidirá juros calculados com base na variação do CDI, acrescidos de 1% (um por cento) ao mês retroativamente. Estes recursos foram utilizados pela Golbal Village Telecom Ltda. para pagar dívidas locais e **para antecipação de pagamento de dívidas externas (**destacado pelo o autor).

Não há evidenciações nas notas explicativas, caso ocorram variações na taxa básica de juros - SELIC, o que refletiria nos investimentos informados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios

consideradas no encerramento do exercício, segundo informações da empresas. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões (o detalhamento das informações sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos estão na tabela 17 do anexo 1).

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, os financiamentos locais refletem basicamente os desembolsos do FINEM (BNDES), atualizados pela URTJLP e "*leasings*" e financiamentos locais captados a um custo médio de juros de 12,42% a.a. (aproximadamente 111,69% do CDI) com vencimentos até 2013. Os saldos são garantidos por fianças bancárias no mesmo valor, de emissão dos Bancos Itaú BBA (R$ 50.927 = 41,63%) e Votorantin (R$ 71.372= 58,3%).

Dívida conversível: Em 13 de fevereiro de 2007, a dívida acrescida dos juros no montante de R$ 421.148 foi convertida em ações da controladora GVT (Holding) S.A. e as instituições financeiras, antes credoras, tornaram-se acionistas da Empresa.

Financiadores externos: Em 31 de dezembro de 2007, o saldo em moeda estrangeira é de R$ 317.800 (US$ 179.461 mil), com vencimento em 30 de junho de 2011. Os juros são pagos semestralmente a taxa de 12% a.a (o detalhamento das informações está nas tabelas 18 e 19 do anexo 1).

Instrumentos financeiros

Os valores de mercado estimados de ativos financeiros da Empresa e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações, conforme a GVT.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco (o detalhamento das informações sobre empréstimos e financiamentos está na tabela 20 do anexo 1).

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:

Derivativos

A Empresa e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de cambio de curto prazo e opera apenas instrumentos que permitam controles destes riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos ocorre com operações de ("*forward*" e "*swap*"), utilizado principalmente como instrumentos para *"hedge"* de taxas de câmbio atrelados aos financiamentos. De acordo com as políticas financeiras da GVT (Holding) S.A, a empresa e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Em 31 de dezembro de 2007, a Empresa e suas controladas não possuíam contratos de "*forward" ou "swap*" em aberto.

Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2007, a controlada possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para todos os bens de ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Compromissos e contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente as quantias reivindicadas, constituiu provisão para as contingências cujo grau de risco foi de provável perda (assim entendidas as ações em que a possibilidade de perda supere a possibilidade de êxito) em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso (o detalhamento das informações sobre compromissos e contingências está na tabela 21 do anexo 1).

Em 31 de dezembro de 2007, existiam outros processos jurídicos cujos riscos de perdas foram avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo possível ou remoto, no montante de R$ 402 milhões, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem sua contabilização para casos cuja possibilidade de perda seja classificada como possível ou remota, conforme citado pela empresa.

4.4.3 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Corporativa

Segundo a Companhia, a empresa está comprometida com as boas práticas de governança corporativa, atribuindo direitos e responsabilidades entre os acionistas, Conselho de Administração e Diretoria, de forma a aumentar o valor da companhia (fonte: www.oi.com.br).

Disseminar a cultura de Governança Corporativa dentro da Oi tem sido o principal foco do time responsável.

"Foram realizados 85 *workshops* com a participação de mais de 2.700 colaboradores e Circuitos Jóia com um índice de 67% de presença. Isso demonstra um interesse cada vez maior dos colaboradores pelo tema. Foram estruturados Comitês de Governança Corporativa em onze Estados, com a função de multiplicar os conceitos. Os demais serão criados em 2008. Para medir o índice de conhecimento sobre Governança Corporativa, foram aplicados questionários a 5.094 colaboradores que avaliaram seus conhecimentos sobre o tema. Como o objetivo final é fazer parte do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da Bovespa, os esforços estão direcionados para identificar ações (nas dimensões geral, social, ambiental, econômico-financeiro, natureza do produto e governança corporativa), para atender os requisitos necessários e se destacar no mercado como Empresa com Responsabilidade Corporativa", conforme DFP – 2007.

Ainda como parte das atividades desenvolvidas em 2007, deve ser destacado o projeto para consolidação de uma Matriz de Competência e de processos de relacionamento com os acionistas e o mercado. O processo de coordenação de demandas societárias estabelece padrões para a realização de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgação de Fato Relevante, organização da documentação dos Acionistas, elaboração de Ato Societário e apreciação de matéria pelo Comitê Executivo e demais Comitês da Oi. O processo de relacionamento com Mercado, Órgãos Reguladores de Valores Mobiliários e Entidades de Classe, estrutura o acompanhamento de ofícios da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), registrando as etapas até a conclusão do assunto (fonte: DFP – 2007 – Relatório de Administração).

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Para a Certificação da Lei *Sarbanes-Oxley*, em 2007 a empresa avaliou os riscos e controles de 48 processos relevantes para garantir o reporte financeiro. O atendimento às exigências trouxe benefícios para a Companhia, tais como, fortalecimento geral da estrutura de controles internos, solidificação dos fundamentos de gerenciamento de riscos e melhores práticas de Governança Corporativa, visando melhorar a percepção do mercado. Para solucionar os problemas e eliminar as deficiências encontradas foi fundamental o trabalho conjunto com as áreas envolvidas que apresentaram maior nível de maturidade na certificação.

Através dos questionários de auto-avaliação, os gestores avaliaram a eficiência de seus controles, elaborando planos de ação para mitigar deficiências encontradas. Para eliminar a *material weakness* apontada na certificação de 2006, o projeto de depósitos e bloqueios

judiciais mobilizou colaboradores de diversos níveis hierárquicos e trouxe como resultado, além da eliminação da deficiência, a integração de várias áreas e a implementação de indicadores para garantir maior eficiência dos controles. Este projeto, além de melhorar os processos e controles internos, permitiu redução do tempo e da quantidade de bloqueios, com ganhos financeiros para a Oi.

Uma das ferramentas implementadas durante 2007 foi o *e-learning* de gestão de riscos e controles internos. O treinamento consiste em capacitar na metodologia de gestão de riscos e controles internos para que todos possam executar atividades críticas de forma mais segura e estruturada.

O time de controles internos trabalhou com a auditoria interna na avaliação das deficiências apontadas nos relatórios emitidos em 2006, constatando mais de 80% de conformidade.

Cabe ressaltar que a melhoria contínua do nível de conscientização da Administração quanto à importância dos controles internos advindos da certificação que oferece aos acionistas, aos órgãos reguladores e ao mercado, uma gestão transparente, moderna, segura e rentável (fonte: DFP-2007- Relatório de Administração).

Uma das ferramentas implementadas durante 2007, foi o *e-learning* de gestão de riscos e controles internos. O treinamento consiste em capacitar na metodologia de gestão de riscos e controles internos para que todos possam executar atividades críticas de forma mais segura e estruturada (DFP -2007)

Segurança da Informação

Foi estruturada área específica de segurança da informação com o objetivo principal de identificar os processos que devem ser automatizados e fazer a gestão centralizada de acesso aos sistemas garantindo confiabilidade, disponibilidade e integridade das informações alinhadas com as diretrizes da Oi. A principal responsabilidade é implantar controles de acordo com as melhores práticas do mercado (COBIT e ISO 27001). A maturidade dos controles COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology)* fechou o ano com 62% classificados como padronizados, monitorados ou automatizados, o que representa os melhores níveis para controles de TI (Tecnologia da Informação). Os demais processos possuem plano de ação para 2008. É desafio constante disseminar a importância do cumprimento da Política de Segurança da Informação (DFP – 2007)

Comitê de Divulgação

Responsável pela aprovação e divulgação das informações, as ações do Comitê de Divulgação são baseadas nos princípios das melhores práticas de Governança Corporativa. A

empresa implementou medidas para garantir procedimentos adequados de divulgação. A revisão do Regimento Interno do Comitê de Divulgação, Comunicação, Controles Internos e Gestão de Riscos trouxe benefícios e otimização do Comitê, segregação de atividades e eficiência na divulgação das informações. A revisão da Política de Uso e Divulgação de Informações e Negociação de valores mobiliários (antigo Código de Conduta e Transparência) para atender às regras da CVM 358/2002 concluiu que sua aplicação deve ser estendida a todos os colaboradores (gestores ou não) para maior controle sobre o uso da informação privilegiada e negociação de Valores Mobiliários. Foi criado um grupo de trabalho permanente para análise prévia de material para divulgação e comunicação, avaliação dos riscos e eficiência dos controles internos e posterior aprovação no Comitê para melhorar a qualidade das informações divulgadas (DFP -2007)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente (o detalhamento está demonstrado na tabela 22 do anexo 1)

Provisões para perdas em processos judiciais-Contingências

As provisões são constituídas para os riscos com expectativa de perdas provável, possíveis e remotas, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados e ou informados, com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (o detalhamento está demonstradas nas tabelas 23, 24 e 25, do anexo 1).

A Tele Norte Leste, provisionou e classificou no balanço patrimonial, R$ 1,9 milhões em 2007, a título de “perda provável”, no exigível a longo prazo, contra resultado. O que chamou a atenção é que a empresa não classificou nenhuma parte do montante, no passivo circulante (curto prazo).

Em 31 de dezembro existiam outros processos jurídicos, cujos riscos de perdas foram avaliados pelo assessores jurídicos como sendo possível ou remoto, no montante de R$ 11,9 milhões em 2007 e R$ 10,8 milhões respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída, nos respectivos exercícios fiscais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem sua contabilização para casos cuja possibilidade de perda seja classificada como possível ou remota.

A empresa evidenciou também, que conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente de acordo com as seguintes taxas de juros e índices:

Tributárias: Variação da taxa de juros SELIC e UFIR;

Trabalhistas: Índices dos TRT's - Tribunal Regional do Trabalho, acrescida de 1% de juros a.m.;

Cíveis: UFIR – Unidade Fiscal de Referência, acrescido de juros (0,5% até 9 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 10 de janeiro de 2003) a.m. e ANATEL - IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Seguros

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão (o detalhamento está demonstrado na tabela 26 do anexo 1).

Risco de Cambio (DFP-2007)

A Tele Norte Leste e suas controladas estão expostas, principalmente, ao risco de mercado decorrente de mudanças nas taxas de câmbio, uma vez que parte do seu endividamento é denominada em moeda estrangeira enquanto suas receitas são auferidas em reais. Visando a redução da exposição ao risco, utilizam instrumentos derivativos tais como contrato "swap". A TNL e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Segundo Tele Norte Leste evidenciou, aproximadamente 35% (2006 – 42%) da dívida consolidada, incluindo debêntures e excluindo as operações de "swap", é expressa em moeda estrangeira (dólares dos Estados Unidos da América, cesta de moedas do BNDES e Yen japonesa).

Ainda segundo a Tele Norte Leste, a soma do valor nominal dos "swaps" e de investimentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2007 totaliza U$ 1.148.926 mil (2006 – U$ - 1.307.858 mil) no consolidado e US$ 515.973 mil (2006 – US$ 549.609 mil) na controlada, representando 72% e 97% de cobertura do risco cambial, respectivamente (2006 - 83% e 94%).

Com base nas informações da empresa, acima mencionada, no consolidado há cobertura cambial de 72% dos empréstimos em moeda estrangeira, ficando conseqüentemente

28% a “descoberto”. Não foi possível através das análises efetuadas nas informações prestadas pela Tele Norte Leste no relatório DFP, identificar o montante (28%) que está sem cobertura cambial, para que se pudesse avaliar o risco em reais (através de simulações), caso houvesse uma desvalorização significativa do real.

É importante destacar que existe um procedimento da Tele Norte Leste, tanto em se preocupar coma a utilização de operações de “hedge” para proteger-se da variação cambial, bem como, em afirmar que embora utilize operações de derivativos em suas operações financeiras, enfatiza que estas operações são utilizadas somente para redução da exposição ao risco cambial. Porém como até 2008, a CVM não exigia que as empresas evidenciassem posições de derivativos, comparando com a posição de saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, fica difícil concluir, pelas notas explicativas se não há investimentos especulativos em derivativos, como aconteceram recentemente com a Sadia, Votorantim, Aracruz, etc.(o detalhamento está nas tabelas 27 e 28 do anexo 1).

Riscos de Juros (DFP -2007)

A Tele Norte Leste e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP ou no CDI, no caso das dívidas expressas em reais, da *LIBOR* no caso da dívida expressa em dólares dos Estados Unidos da América, *LIBOR* japonesa da parte da dívida expressa em Yen japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES quanto à expressa em cesta de moeda do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a TNL e suas controladas possuem operações de “swap” que alteram as taxas LIBOR para taxas fixas.

Em 31 de dezembro de 2007, aproximadamente 85% (2006 -80%) da dívida contratada, incluindo debêntures, estavam sujeita a taxas de juros flutuantes, e 8% (2006 – 13%) foram trocados por taxas fixas por meio das operações de “swap” (o detalhamento está demonstrado na tabela 29 do anexo 1)

Concentração do risco de crédito

Segundo a empresa a concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira e dos controles de monitoramento aplicados à mesma. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer às eventuais perdas nas suas realizações.

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 3 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	**CVM**
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negocio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**N**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

4.4.4 TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A

a) Governança Corporativa

Com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações de informações e reduzir as incertezas dos investidores a Telecomunicações de São Paulo S.A. tem instituído normas e políticas internas com o fim de tornar suas práticas claras e objetivas. A Companhia acredita que essas medidas beneficiarão os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas que a empresa tem implementado, destacam-se (DFP 2007 – CVM):

a) A criação e implantação de normativas e políticas internas:

b) A criação de comitês do Conselho de Administração:

- Comitê de Qualidade dos Serviços e Atenção Comercial;
- Comitê de Auditoria e Controle; e

- Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa.

c) Divulgação anual de um Informe de Governança Corporativa, que contém informações referentes às principais práticas de governança corporativa que a Sociedade adota, bem como sua estrutura acionária, suas características, a composição e competência dos órgãos da administração, as obrigações e responsabilidade dos administradores:

As regras internas da Companhia relativas à conduta a ser adotada visando prevenir eventuais práticas contrárias à boa governança e conflitos de interesse estão definidos em normativas internas, em especial no seu Regulamento Interno de Conduta em Matérias Relativas ao Mercado de Valores Mobiliários. A Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e qualquer outro empregado exposto à informação sensível estão sujeitos a restrições impostas por tal regulamento. Essa normativa interna define períodos de *blackout* de negociação, e estabelece regras para prevenir e /ou tratar situações de conflitos de interesse.

Relações com Investidores

Com o intuito de obter uma valorização justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam um maior esclarecimento de suas políticas a seus investidores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade é composto de um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 15 (quinze) membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu presidente. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros em exercício, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade nos casos de empate. Ao presidente cabe, ainda, representar o Conselho na convocação da Assembléia Geral de Acionistas; presidir a Assembléia Geral, escolhendo o secretário dentre os presentes e convocar, bem como presidir, as reuniões do Conselho.

Diretoria da Sociedade

A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Sociedade cabendo à mesma e aos seus membros a prática de todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato máximo de 3 anos sendo permitida a reeleição.

Normas de Conduta para Financeiros (Código de Ética)

Foi implementado um código de ética regulamentando a conduta de nossos administradores com relação ao registro e controle das informações financeiras e contábeis e ao acesso a informações privilegiadas confidenciais.

Normas de Conduta para Funcionários (Princípios de Atuação)

Os Princípios de Atuação implementados para funcionários é um reflexo dos valores corporativos e dos princípios que devem orientar a conduta da empresa e das pessoas que a integram.

Conselho Fiscal

Na Companhia o CF é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas para o mandato de 1 ano sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do CF em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

Comitê de Auditoria e Controle

Foi instituído em dezembro/2002, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regulamento próprio aprovado por aquele órgão.

Seus integrantes são escolhidos periodicamente dentre os membros independentes do Conselho e não pertencentes à Diretoria da empresa; o prazo de seus mandatos coincide com os respectivos mandatos no Conselho de Administração.

Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Companhia junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

SEGUROS (não auditado)

A política da TELESP e suas controladas, bem como do Grupo *Telefónica*, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da *Telefónica* S.A. Neste particular, a Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp cumpre integralmente a Legislação Brasileira para as contratações das apólices de seguros (o detalhamento está demonstrado na tabela 30 do anexo 1).

Por falta de informação mais detalhada, presume-se que o valor segurado dos ativos está considerado em “Riscos operacionais”. Presume-se também que os valores segurados de ativo fixo foram valorizados a “nível de reposição”.

PROVISÕES LÍQUIDAS, PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS – CONTINGÊNCIAIS

As provisões são constituídas para os riscos com expectativa de perdas provável, possíveis e remotas, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados e ou informados, com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Provisões e Contingências Trabalhistas

A Companhia possui diversas provisões decorrentes de ações de natureza trabalhista, tendo provisionado R$ 456.188, no consolidado, para fazer face às perdas prováveis.

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas ações relativas, principalmente, as diferenças salariais, equiparações salariais, horas extras, relação de emprego de funcionários de terceiros e adicional de periculosidade, entre outros.

A Sociedade fez depósitos judiciais no montante de R$114.579 para as provisões mencionadas acima.

Com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Sociedade, foi constituída provisão para as contingências de natureza tributária no montante de R$232.152 em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia fez depósitos judiciais no montante de R$ 51.484 para as provisões mencionadas acima.

As contingências, notadamente, concernentes ao grau de risco possível, envolvem ações relacionadas a diversos objetos processuais, destacando-se entre eles: titularidade não reconhecida de linha telefônica, indenização por danos materiais e pessoais.

A Companhia fez depósitos judiciais no montante de R$ 4.894 para as provisões mencionadas acima.

A TELESP, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas e as controladas respondem por processos judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável (o detalhamento está demonstrado nas tabelas 31, 32, 33, 34 do anexo 1).

Risco de Taxa de Cambio

Este risco decorre da possibilidade de a TELESP vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos e as despesas decorrentes de passivos de empréstimos, financiamentos e compromissos de compra em moeda estrangeira. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de *hedge* (*swap*) junto a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2007, 28,50% (35,18% em 31 de dezembro de 2006) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano, euro e iene), sendo que 100,00 (99,88% em 31 de dezembro de 2006) do endividamento era coberto por posições ativas de operações de *hedge* cambial (*swap* para CDI). Os ganhos ou perdas das operações para cobertura do endividamento financeiro estão registrados na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2007, as operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R$157.553 (R$164.227 em 31 de dezembro de 2006), tendo sido registrado um passivo em 31 de dezembro de 2007 de R$357.186 (R$316.318 em 31 de dezembro de 2006) para reconhecer a perda temporária existente. Por serem operações de cobertura, parte do resultado negativo líquido consolidado de R$157.553 com derivativos é compensado pela receita de variação cambial das dívidas, no valor de R$93.901 (R$70.749 em 31 de dezembro de 2006).

O detalhamento da exposição líquida pelo valor contábil e de mercado da empresa ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, está demonstrada na tabela 35 do anexo 1.

Em virtude da complexidade do processo e pouca representatividade, a Companhia decidiu não renovar as coberturas de passivos não financeiros em moeda estrangeira. Contudo, mantém-se o acompanhamento desta exposição, podendo a empresa contratar novas coberturas caso a exposição torne-se representativa ou a TELESP defina como relevante.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, internas e externas, que afetem negativamente os encargos financeiros e conseqüentemente seu endividamento.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha R$943.270 (R$822.603 em 31 de dezembro de 2006) em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R$784.659 (R$553.394 em 31 de dezembro de 2006) captados a taxas de juros fixas e R$158.612 (R$269.209 em 31 de dezembro de 2006) captados a taxas de juros variáveis *(Libor*). Para cobrir o risco cambial e de taxas de juros variáveis externas (*Libor*) dessas dívidas em moeda estrangeira, a TELESP contratou operações de *hedge* de modo a atrelar

essas dívidas à moeda local, com taxas de juros flutuantes indexadas ao CDI, fazendo com que o endividamento da Companhia seja afetado por oscilações nessa taxa. Compõe também a posição de empréstimos e financiamentos o valor de debêntures emitidas em 2004, com remuneração baseada na variação do CDI, de R$1.512.357 (R$1.514.514 em 31 de dezembro de 2006), conforme descrito na nota 16.

Por outro lado, a empresa investe o excesso de disponibilidade (aplicações financeiras) de R$348.648 (R$173.165 em 31 de dezembro de 2006), principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na variação do CDI, o que também contribui para reduzir esse risco. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía operações de *swap* – CDI x pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. Estas operações de cobertura, com o principal contratado de R$810.032 (R$908.316 em 31 de dezembro de 2006) geraram um resultado positivo consolidado de R$4.514 (R$2.110 em 31 de dezembro de 2006), sendo que esse ganho temporário foi registrado na demonstração do resultado e no passivo.

A TELESP contratou também operações de swap CDI + 0,35% para percentual do CDI com principal de R$1.500.000, fluxos idênticos aos das debêntures emitidas pela Sociedade e vencimento em 2010.

Outro risco que a TELESP enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Sociedade.

Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, a índice de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas pela Companhia.

Importante salientar que a TELESP, embora tenha “observado” o cumprimento dos indicadores econômicos constantes das clausulas contratuais, não evidencia de forma enfática, o montante envolvido de financiamentos que contém estas cláusulas, bem como não destaca o risco que a empresa corre, caso não consiga cumprir tais indicadores, bem como se isso ocorrer, qual seria o impacto no seu fluxo de caixa, caso tenha que antecipar os pagamentos

dos referidos empréstimos(uma das condições contratuais quando não se cumpre o *covenants* contratual).

Segundo a TELESP, o risco de crédito também surge da possibilidade de a empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31 de dezembro de 2007, a carteira de clientes da empresa não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A empresa também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de s*wap*. A TELESP atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

A TELESP menciona, mas não evidencia na tabela 36 do anexo 1, se o valor provisionado para créditos de liquidação duvidosa é relevante, se comparado com o faturamento bruto da empresa.

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 4 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negocio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**N**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**

Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**S**	**N**
Riscos socioambientais	**S**	**S**

4.4.5 TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Corporativa

A Companhia orienta-se pelas melhores práticas de governança corporativa, de forma a assegurar a transparência de suas relações com os acionistas e o mercado.

Com o advento da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), em 2002, a Companhia e sua controlada passaram a adotar as medidas necessárias para cumprir todas as seções aplicáveis aos emissores estrangeiros que negociam ações nas bolsas de valores dos Estados Unidos.

Em 2006 com a criação de uma área de Gestão de Risco, responsável por promover a adequação e conseqüente certificação, foi dada seqüência às atividades que já vinham sendo desenvolvidas desde março de 2004, a partir da contratação de uma consultoria especializada que auxiliou na identificação dos riscos e no mapeamento e avaliação dos controles internos de processos-chave, o que foi concluído em meados de 2005.

Ainda que a certificação deva ocorrer quando o Relatório Anual de 2007 (*Form* 20-F) for arquivado na SEC nos Estados Unidos, a Tele Norte Celular e sua controlada realizaram os trabalhos ao longo do ano, mais uma vez coordenados pela área de Gestão de Riscos.

A administração da Tele Norte Celular Participações cabe a dois órgãos: o Conselho de Administração e a Diretoria.

Conselho de Administração

Integrado por 11 membros titulares, reúne-se ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou por dois conselheiros (em 2007 foram 11 reuniões). Os membros são eleitos em assembléia geral – na qual também são escolhidos o presidente e vice-presidente – para mandatos de três anos, cabendo reeleição.

Conselho Fiscal

Tem caráter permanente e é eleito anualmente pelos acionistas. Sua principal função é monitorar as atividades da administração, examinar as demonstrações financeiras de cada exercício fiscal e emitir um parecer a respeito. O órgão atua de forma independente do Conselho de Administração e dos auditores externos. Atualmente, é composto por quatro

membros titulares. Em 2005, passou por uma adaptação para assumir, também, as funções previstas na Lei *Sarbanes-Oxley* para comitês de auditoria.

Remuneração de Conselheiros e Diretores

Conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas e no estatuto social da Companhia, o valor global disponível para remuneração de conselheiros de administração e diretores, o valor disponível para a remuneração individual dos conselheiros fiscais, bem como para o pagamento de participação nos lucros aos administradores, é deliberado na assembléia geral ordinária dos acionistas. O Conselho de Administração é responsável pela fixação da remuneração individual e participação nos lucros de cada diretor, bem como pela remuneração dos membros do próprio Conselho.

Comitê de Divulgação – Órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem por objetivo fornecer à área de Relações com Investidores o suporte necessário à divulgação completa e tempestiva das informações relativas à Companhia, à sua controlada e aos seus negócios.

Comitê Gestor do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (*stock options*)

Composto por quatro membros indicados pelo Conselho de Administração, é responsável pela administração e operacionalização do programa de *stock options*. A Empresa encerrou em 2007 o seu primeiro plano de *stock options*, criado em 5 de outubro de 2000. O segundo plano, mais recente, de 29 de dezembro de 2003, será concluído em 15 de janeiro de 2008.

Políticas e Códigos

Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Empresa delineou códigos e políticas que determinam padrões de conduta e responsabilidade desejados no desenvolvimento dos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Entre eles estão:

- **Política de Relações com Investidores** – Tem o objetivo de disciplinar e alinhar os esforços de todos os envolvidos no programa de Relações com Investidores na busca por medidas que contribuam para o aumento do preço e da liquidez das ações da Empresa e que resultem em retorno sobre as estratégias adotadas na condução das atividades de RI.

- **Política de Manutenção de Documentos** – Estabelece prazos de preservação de documentos em arquivo, na forma estabelecida pela legislação brasileira e recomendada pela (SEC).

- **Política de Dividendos** – O Estatuto Social da Tele Norte Celular Participações determina o pagamento aos acionistas de no mínimo 25% do lucro líquido anual a título de dividendos, referentes a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, de forma

alinhada à Lei das Sociedades por Ações. O lucro pode ser ajustado e capitalizado, utilizado para absorção de prejuízos ou ter outra destinação. Assim, poderá não ser pago como dividendo, caso o Conselho de Administração delibere nesse sentido, para preservar, se houver necessidade, a saúde financeira da Empresa.

- **Código de Ética** – É difundido entre os empregados e todos formalizam o seu aceite comprometendo-se a atuar de acordo com ele. Estabelece padrões de conduta que regulamentam o comportamento no ambiente da empresa em relação a seus diversos públicos.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

A Tele Norte Celular Participações mantém uma área de Gestão de Riscos, cujo objetivo é disseminar as boas práticas de governança corporativa entre as equipes operacionais, de forma a assegurar que suas ações considerem e dimensionem corretamente os riscos de Negócios. A área é responsável por garantir o alcance dos objetivos e o cumprimento das estratégias, observando e relatando necessidades de adequação dos procedimentos operacionais, para reduzir a exposição a possíveis eventos negativos.

Risco Operacional

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a controlada possuía cobertura de seguros para riscos operacionais, incluindo os bens do estoque, bens locados, ativo imobilizado e lucros cessantes, em montantes contratados com base na avaliação da Administração, considerando os riscos e valores envolvidos (o detalhamento está demonstrado na tabela 37 do anexo 1).

Segundo a Tele Norte Celular Participações, adicionalmente, a controlada possui seguros de responsabilidade civil, auto-frota e transporte nacional.

Por falta de informação mais detalhada, presume-se que os ativos fixos foram segurados com base nos preços de reposição.

Risco Cambial e Taxas de Juros

De acordo com a Tele Norte, a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

Os riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que estes tipos de riscos sejam reduzidos, a Companhia realiza operações visando a proteção de variação cambial (*hedge*), através de contratos de *swap* de moeda e juros.

Em 31 de dezembro de 2007, o valor atualizado dos contratos de *swap* monta a R$153.510 (2006 - R$191.897). Os contratos possuem vencimento em janeiro de 2009.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais (curva do papel) e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras. No exercício de 2007, as perdas líquidas relacionadas aos contratos de swap totalizaram R$ 47.739 (2006 - R$ 42.883). Neste mesmo período o ganho com variação cambial, relacionado principalmente com a dívida em moeda estrangeira totalizou R$ 36.081 (2006 – R$ 21.341).

Em 31 de dezembro de 2007, o valor a pagar líquido relativo aos contratos de *swap* totalizava R$ 53.264 (2006 - R$ 39.829), sendo que R$ 45.815 (2006 - R$ 22.400) estão apresentados no exigível a longo prazo e R$ R$ 7.449 (2006 - R$ 17.429) no passivo circulante.

A Companhia chegou ao final de 2007 com um saldo de endividamento total de R$ 151,8 milhões, sendo sua totalidade contratada em dólar norte-americano. Da divida denominada em moeda estrangeira, 100,0% estava protegida por operações de *hedge*, que têm o objetivo de reduzir os riscos cambiais. A Tele Norte evidencia o cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos denominados em moedas estrangeiras, no montante de R$ 151.788 (2006 R$ 241.137), salientando que 100% (2006 80%) estavam protegidos por operações de proteção de variação cambial *(hedge*).

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e dos investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 equivalem aos valores de mercado, pois se encontram registrados ao valor de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das operações de *swap* foram calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares (o detalhamento está demonstrado nas tabelas 38 do anexo 1).

Risco de crédito

Segundo a Tele Norte Celular, o risco de crédito associado às contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos. A Companhia continuamente monitora o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telecomunicação é bloqueado sempre que sua conta não é paga há mais de 15 dias do vencimento. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantida por razões de segurança ou defesa

nacional. O risco de crédito das contas a receber de prestação de serviço móvel de telecomunicações é diversificado. A companhia mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pagos que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía provisão para cobrir eventuais perdas no contas a receber no montante de R$ 42.780 (2006 – 42.494) – Nota 6.

A carteira dos fundos de investimento é composta principalmente por títulos públicos federais, e também por títulos privados de instituições de primeira linha, minimizando o risco de crédito.

As operações com instituições financeiras (contratos de *swap* e outras aplicações financeiras) também são distribuídas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de crédito e evitando a concentração.

Riscos de mercado

A Amazônia Celular não ingressa em disputas irracionais de preços nem negligencia o crescimento de sua base ou a busca pela retenção de consumidores, tornando suas promoções mais brandas ou agressivas conforme o ritmo do mercado, mas sempre assegurando margens de retorno. Assim, aposta em diferenciais, como a maior cobertura de sinal, a qualidade na prestação de serviços e a oferta de um amplo e consolidado portfólio de soluções capazes de atrair e reter clientes, mesmo que seus preços sejam iguais ou superiores aos da concorrência.

Também avalia e aprimora constantemente seus canais de distribuição, aumentando a sua capacidade de penetração nos mercados e, paralelamente, reduzindo custos envolvidos nessas operações.

Riscos de clima ou desastres

A Empresa possui *back up site* do Centro de Processamento de Dados, o que assegura, mesmo em caso de desastre ou pane, a manutenção das informações armazenadas. Também dispõe de Plano de Continuidade dos Serviços de TI, que registra os processos, procedimentos e as responsabilidades para uso em caso de desastre, atendendo aos requerimentos da Lei *Sarbannes-Oxley*, e um plano de recuperação de desastres em sua rede de comunicações, capaz de identificar riscos de interrupção de prestação de serviço e mapear as soluções para os eventos relevantes. Além disso, todos os ativos de maior valor são devidamente segurados.

Riscos regulatórios

É mantida uma equipe dedicada exclusivamente ao acompanhamento dos eventos regulatórios, o que assegura agilidade e flexibilidade para promover adaptações exigidas por eventuais mudanças nas regras do setor. Além do relacionamento institucional com a Anatel,

a Empresa mantém diálogo com os outros *players* do mercado por intermédio da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL), entidade que debate temas relativos à telefonia celular e protege os interesses das suas filiadas que, em muitos casos, trabalham em conjunto para defender suas posições.

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 5 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negocio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**S**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

Fonte:Adaptado pelo autor, com base em: FORM 20F –SEC e DFP – CVM

4.4.6 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Corporativa

A Telemig Celular orienta-se pelas melhores práticas de governança corporativa, de forma a assegurar a transparência de suas relações com os acionistas e o mercado.

Com o advento da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), em 2002, a Companhia e sua controlada passaram a adotar as medidas necessárias para cumprir todas as seções aplicáveis aos emissores estrangeiros que negociam ações nas bolsas de valores dos Estados Unidos.

Em 2006 com a criação de uma área de Gestão de Risco, responsável por promover a adequação e conseqüente certificação, foi dada seqüência às atividades que já vinham sendo desenvolvidas desde março de 2004, a partir da contratação de uma consultoria especializada que auxiliou na identificação dos riscos e no mapeamento e avaliação dos controles internos de processos-chave, o que foi concluído em meados de 2005.

Ainda que a certificação deva ocorrer quando o Relatório Anual de 2007 (Form 20-F) for arquivado na (*SEC*) nos Estados Unidos, a Telemig Celular Participações e sua controlada realizaram os trabalhos ao longo do ano, mais uma vez coordenada pela área de Gestão de Riscos. Para os 26 processos internos de negócio mapeados foram definidos como controles chave 294 atividades, as quais foram avaliadas e testadas pelos auditores internos e externos.

A administração da Telemig Celular Participações cabe a dois órgãos: o Conselho de Administração e a Diretoria.

Conselho de Administração

Integrado por 11 membros titulares, reúne-se ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente quando convocado por seu presidente do Conselho ou por dois conselheiros (em 2007 foram 11 reuniões). Os membros são eleitos em assembléia geral – na qual também são escolhidos o presidente e vice-presidente – para mandatos de três anos, cabendo reeleição.

Conselho Fiscal

Tem caráter permanente e é eleito anualmente pelos acionistas, cabendo a ele monitorar as atividades da administração, examinar as demonstrações financeiras de cada exercício fiscal e emitir um parecer a respeito. O órgão atua de forma independente do Conselho de Administração e dos auditores externos. É composto por quatro membros titulares. Em 2005, passou por uma adaptação para assumir, também, as funções previstas na Lei *Sarbanes-Oxley* para comitês de auditoria.

Diretoria

Remuneração de Conselheiros e Diretores

Conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas e no estatuto social da Companhia, o valor global disponível para remuneração de conselheiros de administração e diretores, o valor disponível para a remuneração individual dos conselheiros fiscais, bem como para o pagamento de participação nos lucros aos administradores, é deliberado na

assembléia geral ordinária dos acionistas. O Conselho de Administração é responsável pela fixação da remuneração individual e participação nos lucros de cada diretor, bem como pela remuneração dos membros do próprio Conselho.

Comitê de Divulgação

Tem por objetivo fornecer à área de Relações com Investidores o suporte necessário para a divulgação completa e tempestiva das informações relativas à Companhia e à sua controlada e aos seus negócios.

Comitê Gestor do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (*stock options)*

Composto por quatro membros indicados pelo Conselho de Administração, é responsável pela administração e operacionalização do programa de *stock options*, com as funções, entre outras, de deliberar sobre os participantes elegíveis que receberão opções e interpretar e esclarecer dúvidas sobre o plano de outorga de ações da Companhia. A Empresa encerrou, em 2007, o seu primeiro plano de *stock options*, criado em 05 de outubro de 2000. O segundo plano, mais recente, de 29 de dezembro de 2003, teve estabelecido como limite máximo de exercício a data de 15 de janeiro de 2008.

Políticas e Códigos

Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Empresa delineou códigos e políticas que determinam padrões de conduta e responsabilidade desejados no desenvolvimento dos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Entre eles estão:

• **Política de Relações com Investidores -** Tem o objetivo de disciplinar e alinhar os esforços de todos os envolvidos no programa de Relações com Investidores na busca por medidas que contribuam para o aumento do preço e da liquidez das ações da Empresa e de sua controlada e que resultem em retorno sobre as estratégias adotadas na condução das atividades de RI.

• **Política de Manutenção de Documentos** – Estabelece prazos de preservação de documentos em arquivo, na forma estabelecida pela legislação brasileira e recomendada pela (SEC).

• **Política de Dividendos** – O Estatuto Social da Telemig Celular Participações determina o pagamento aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual a título de dividendos, referentes a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, de forma alinhada à Lei das Sociedades por Ações. O lucro pode ser ajustado e capitalizado, utilizado para absorção de prejuízos ou ter outra destinação. Assim, poderá não ser pago como

dividendo, caso o Conselho de Administração delibere nesse sentido, para preservar, se houver necessidade, a saúde financeira da Empresa.

Código de Ética – É difundido entre os empregados e todos formalizam o seu aceite comprometendo-se a atuar de acordo com ele. Estabelece padrões de conduta que regulamentam o comportamento no ambiente da Empresa em relação a seus diversos públicos (fonte: DFP – 2007).

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

Risco Operacional

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a controlada possuía cobertura de seguros para riscos operacionais, incluindo os bens do estoque, bens locados, ativo imobilizado e lucros cessantes, em montantes contratados com base na avaliação da Administração, considerando os riscos e valores envolvidos (o detalhamento está demonstrado na tabela 39 do anexo 1).

Segundo a Telemig Celular Participações, adicionalmente, a controlada seguros de responsabilidade civil, auto-frota e transporte nacional.

Por falta de informação mais detalhada, presume-se que os ativos fixos foram segurados com base nos preços de reposição.

Risco Cambial e Taxas de Juros

De acordo com a TELEMIG, a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

Os riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que estes tipos de riscos sejam reduzidos, a Companhia realiza operações visando a proteção de variação cambial (*hedge*), através de contratos de *swap* de moeda e juros.

Em 31 de dezembro de 2007, o valor atualizado dos contratos de *swap* monta a R$141.704 (2006 - R$ 171.040). Os contratos possuem vencimento em janeiro de 2009.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais (curva do papel) e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras. No exercício de 2007, as perdas líquidas relacionadas aos contratos de swap totalizaram R$ 48.091 (2006 - R$ 43.728). Neste mesmo período o ganho com variação cambial totalizou R$ 30.075 (2006 – R$ 21.099).

Em 31 de dezembro de 2007, o valor a pagar líquido relativo aos contratos de *swap* totalizava R$ 91.630 (2006 - R$ 43.539) e está apresentado no passivo exigível a longo prazo.

A Companhia evidenciou que no final de 2007, o saldo de endividamento era de R$147,9 milhões, sendo que R$141,7 milhões estavam contratados em dólar norte-americano. Segundo a TELEMIG o valor estava protegido por operações de *hedge*, cujo objetivo é reduzir os riscos de variações cambiais (o detalhamento está demonstrado na tabela 40 do anexo 1)

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e dos investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 equivalem aos valores de mercado, pois se encontram registrados ao valor de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das operações de *swap* foram calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares (o detalhamento está demonstrado na tabela 41 do anexo 1).

Risco de crédito

A empresa expõe que o risco de crédito associado às contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos. A Companhia continuamente monitora o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telecomunicação é bloqueado sempre que sua conta não é paga há mais de 15 dias do vencimento. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantida por razões de segurança ou defesa nacional. O risco de crédito das contas a receber de prestação de serviço móvel de telecomunicações é diversificado. A companhia mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pagos que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía provisão para cobrir eventuais perdas no contas a receber no montante de R$ 28.175 (2006 - R$ 27.970) - Nota 6. A carteira dos fundos de investimento é composta principalmente por títulos públicos federais, e também por títulos privados de instituições de primeira linha, minimizando o risco de crédito.

As operações com instituições financeiras (contratos de *swap* e outras aplicações financeiras) também são distribuídas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de crédito e evitando a concentração.

Riscos de mercado

A empresa explicita que não ingressa em disputas irracionais de preços nem negligencia o crescimento de sua base ou a busca pela retenção de consumidores, tornando suas promoções mais brandas ou agressivas conforme o ritmo do mercado, mas sempre assegurando margens de retorno. Assim, aposta em diferenciais, como a maior cobertura de sinal, a qualidade na prestação de serviços e a oferta de um amplo e consolidado portfólio de soluções capazes de atrair e reter clientes, mesmo que seus preços sejam iguais ou superiores aos da concorrência. Destaca, também, sua capacidade de inovação, demonstrada, por exemplo, no lançamento da tecnologia 3G no Brasil. O atendimento diferenciado, assegurado pela manutenção de *call center* próprio e treinamentos para todos os profissionais dos diversos canais de venda e contato com o consumidor, associados ao programa de relacionamento, é outro diferencial para enfrentar a concorrência.

Riscos de clima ou desastres

Segundo a TELEMIG, a empresa possui um *back up site* do Centro de Processamento de Dados, o que assegura, mesmo em caso de desastre ou pane, a manutenção das informações armazenadas. Também possui Plano de Continuidade dos Serviços de TI, que registra os processos, procedimentos e as responsabilidades para uso em caso de sinistro, atendendo aos requerimentos da SOX, e um plano de recuperação de desastres em sua rede de comunicações, que identifica riscos de interrupção de prestação de serviço e mapeia as soluções para os eventos relevantes.

Riscos regulatórios

É mantida uma equipe dedicada exclusivamente ao acompanhamento dos eventos regulatórios, o que assegura agilidade e flexibilidade para promover adaptações exigidas por eventuais mudanças nas regras do setor. Além do relacionamento institucional com a Anatel, a Empresa mantém diálogo com os demais players do setor por intermédio da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL), entidade que debate temas relativos à telefonia celular e protege os interesses das suas filiadas que, em muitos casos, trabalham em conjunto para defender suas posições.

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 6 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - *SEC* versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**

Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negocio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**S**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

4.4.7 TIM PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Coorporativa

A TIM vem se adequando a novos instrumentos de avaliação. Em 2007, foi certificada pelo cumprimento dos dispositivos exigidos pela Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley durante o ano de 2006.

A Companhia conduz seus negócios com ética e transparência, dentro das melhores práticas de governança corporativa, privilegiando o respeito a todos os seus *stakeholders*. O Comitê de Auditoria, representado pelo CF, está instalado e funcionando desde 2004, e é composto por profissionais independentes e reconhecidos pelo mercado, que não mantêm qualquer outro vínculo com a Companhia.

A TIM tem procurado se adequar a novos instrumentos de avaliação sistemática de riscos operacionais, como os regulamentos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), adotados em 2007. A área de *Compliance*, estabelecida em 2005, vem fortalecendo a cada ano a cultura de controles internos na Companhia e é co-responsável pelo projeto de Certificação da SOX.

A TIM é administrada por um CA e uma Diretoria e supervisionada por um CF.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CA é composto por 7 membros, com mandato de três anos. Sua função é exercer a administração superior da Companhia.

CONSELHO FISCAL

As atribuições e responsabilidades do CF incluem: monitorar as ações da Diretoria e verificar sua conformidade com os deveres legais e devidos no estatuto; fornecer opiniões a respeito dos relatórios anuais, planos de negócios e orçamentos gerenciais; e rever e opinar sobre as DF da Companhia. Os membros agem independentemente em suas atribuições no CF.

Dos três membros do CF, dois são eleitos pelo acionista controlador e um, pelos acionistas minoritários.

LEI *SARBANES-OXLEY*

Em 2007, a TIM recebeu a certificação pelo cumprimento dos dispositivos exigidos pela Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) referente ao ano de 2006, uma demonstração do compromisso da Companhia aos mais elevados níveis de governança corporativa.

A Seção 404 da SOX prevê a verificação pela Companhia da eficácia dos controles relativos à preparação das Demonstrações Financeiras, o que dá maior confiabilidade e transparência a essas informações. Para obter a certificação, a avaliação feita pela administração sobre os controles internos para o exercício de 2006 foi atestada por uma instituição especializada de auditoria independente.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

A TIM divulga fatos relevantes nos termos da CVM. Seu código de conduta estabelece regras a serem seguidas por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de impor restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

GESTÃO DE RISCO

Os riscos são controlados por políticas específicas, pelo estabelecimento de limites e estratégias operacionais.

A TIM realiza operações envolvendo instrumentos financeiros, com o objetivo de reduzir riscos relacionados ao mercado, taxas de câmbio e juros. Os riscos são controlados por políticas específicas, pelo estabelecimento de limites e estratégias operacionais, e outras técnicas para o monitoramento de posições.

RISCOS DE TAXA DE CÂMBIO

Os riscos da taxa de câmbio referem-se à possibilidade das companhias controladas computarem prejuízos resultantes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos

devedores de empréstimos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para reduzir esses tipos de riscos, as companhias controladas estabelecem contratos de *swap* com instituições financeiras. Atualmente, a TIM não possui ativos financeiros significativos indexados a moedas estrangeiras.

RISCOS DE TAXA DE JUROS

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições atuais de mercado. Para que esses tipos de riscos sejam reduzidos, as companhias controladas estabelecem contratos de *swap* com instituições financeiras.

Nessa categoria, inclui-se ainda a possibilidade de uma alteração desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das companhias controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em operações de *swap* contratadas a taxas de juros flutuantes.

RISCO DE CRÉDITO INERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O risco está relacionado à possibilidade das companhias controladas computarem prejuízos resultantes de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para reduzir esse risco, realizam análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitoram as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de telefonemas caso os clientes não paguem suas dívidas. As companhias controladas, em geral, não exigem garantias de seus clientes.

RISCO DE CRÉDITO INERENTE À VENDA DE APARELHOS TELEFÔNICOS E DE CARTÕES DE TELEFONES PRÉ-PAGOS

A política das companhias controladas para a venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de recarga está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os comerciantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas companhias controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais.

RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO

O risco está relacionado à possibilidade de as companhias controladas computarem perdas resultantes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*. As companhias controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem conceituadas e

observando políticas que estabelecem níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira. Não há concentração de recursos disponíveis de trabalho, serviço, autorizações ou direitos que não tenha sido mencionada acima que pudesse, se eliminada repentinamente, resultar em um impacto significativo nas atividades das companhias controladas.

Riscos Contingenciais

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas (o detalhamento está na tabela 42 do anexo 1)

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 7 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negócio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**N**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

4.4.8 VIVO PARTICIPAÇÕES S.A

a) Governança Corporativa

A Vivo busca o aprimoramento constante das práticas de governança corporativa. Está totalmente adaptada à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley (SOX*), que se aplica a todas as empresas listadas em bolsas de valores daquele país. Por meio de uma série de medidas, como a adoção de controles internos relacionados às demonstrações contábeis, ela busca assegurar a fidelidade das informações financeiras divulgadas.

O respeito aos minoritários também é contemplado nas práticas da Vivo. No Conselho de Administração três de seus membros têm caráter de independência.

Além disso, um representante desse grupo preside o Comitê de Auditoria.

A Operadora mantém, ainda, um Código de Ética aplicável a todos os seus funcionários, que são signatários do documento. O código versa sobre temas relativos aos padrões de conduta que devem pautar os negócios da Vivo e os relacionamentos com os diversos públicos.

Conselho de Administração

O CA é composto por nove membros, eleito e destituível pela Assembléia Geral. Cumprem mandatos de três anos, cabendo reeleição. Eles se reúnem ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que necessário. Nenhum de seus integrantes é diretor da Companhia e três membros são independentes, como determina a SOX.

Órgãos de apoio ao Conselho

-Comitê de Auditoria e Controle

É formado por três membros do CA e conduzido em conformidade com as regras estabelecidas em seu regimento interno, com as deliberações do Conselho de Administração, nos termos e limites da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia. É composto, atualmente, por Luis Kaufmann, José Guimarães Monforte e Antonio Gonçalves de Oliveira.

-Diretoria

A Diretoria é integrada por seis membros, eleitos pelo CA para ocupar os cargos de diretor-presidente, vices-presidente de Operações, de Finanças, Planejamento e Controle, de Marketing e Inovação, de Redes e de Regulamentação.

Um mesmo diretor pode ser eleito para ocupar mais de um cargo. Os diretores, porém, não podem compor o Conselho de Administração.

-Conselho Fiscal

O CF da tem caráter permanente e é composto, atualmente, por três membros (de acordo com o Estatuto da Empresa, o número pode chegar a cinco), sendo que há igual número de suplentes. O órgão realiza reuniões ordinárias trimestralmente e extraordinárias quando necessário. A remuneração dos integrantes é fixada pela Assembléia Geral de Acionistas e não pode ser inferior a 10% da atribuída em média a cada diretor.

b) Evidenciação dos riscos corporativos nos relatórios enviados à CVM

Gestão de Riscos

A Vivo vale-se de diferenciais competitivos e de um rígido planejamento e controle de suas atividades para mitigar riscos atrelados aos seus negócios.

Riscos tecnológicos

Amparada pelas duas tecnologias celulares mais difundidas no mundo, a CDMA e a GSM, em condições de permitir o acesso aos recursos da 3G, a Vivo está em posição confortável em relação ao risco tecnológico.

Risco de fraudes

A Empresa introduziu um sistema de autenticação referente à tecnologia DMA que possibilitou praticamente eliminar casos de clonagem. Além disso, mantém constante monitoramento de sua rede para identificar possíveis pontos suspeitos e adotar imediatamente medidas corretivas.

Riscos legais

A área jurídica trabalha para solucionar de forma eficiente os possíveis processos administrativos e judiciais impetrados contra a Companhia ou em relação aos quais ela tenha interesse. Nesse sentido, desenvolve ferramentas como o sistema *Processum* – destinado tanto à gestão dos ajuizamentos quanto ao encaminhamento de consultas à área jurídica – e o JEC On-Line – terminal de auto-atendimento instituído em convênio com o Poder Judiciário que permite solucionar pendências com valor de até 40 salários mínimos, por meio de videoconferência com a área Jurídica da Empresa. Em 2007, a área passou a ser responsável também pelo relacionamento com os Procons. Valendo-se de sua capilaridade, a Companhia consegue manter um contato mais próximo com os órgãos de defesa do consumidor. A área Jurídica também passou a fazer a apuração dos fatos e conteúdos dos documentos que embasam as reclamações contra a Vivo, com a finalidade de preparar os prepostos e subsidiar adequadamente os advogados em suas defesas. Paralelamente, passou a promover o cumprimento das decisões judiciais no âmbito da Empresa, trabalho que anteriormente ficava a cargo da área de atendimento ao cliente.

Risco ambiental

A Vivo monitora constantemente os possíveis impactos ambientais de suas operações. Realiza medição das emissões eletromagnéticas nas Estações Rádio-Base. As baterias descartadas de telefones celulares são coletadas e encaminhadas aos fabricantes, responsáveis por sua disposição final. Além disso, o programa Vivo Recicle seu Celular, que permite o reaproveitamento de aparelhos, aumentando o ciclo de vida do produto, e a destinação adequada dos resíduos recicláveis provenientes dos terminais, revertendo os recursos arrecadados em favor de projetos sociais. É realizado ainda um intenso trabalho de conscientização ambiental entre os colaboradores e clientes. As ações são coordenadas pela Gerência de Responsabilidade Socioambiental, responsável por estabelecer os projetos ambientais e suas metas e acompanhar seu desenvolvimento. A Vivo mantém relacionamento com órgãos de proteção ambiental, realiza a troca de equipamentos antigos e busca compartilhar estruturas com outras empresas para minimizar os impactos sobre a natureza.

Risco de crédito

A gestão rígida da carteira de clientes minimiza o risco de inadimplência, cujo percentual caiu nos últimos anos.

A Empresa utiliza um sistema que informa o atendente das lojas sobre o perfil do cliente, com base em instituições como Serasa e SPC, permitindo ao profissional oferecer a solução mais adequada ao usuário e que reduza a possibilidade de não-pagamento.

Risco de liquidez

Em 2007, a Vivo fechou contratos que lhe asseguram recursos para investimentos. Ao saldo somam-se ainda linhas de crédito pré-aprovadas em bancos nacionais, no valor de R$ 1,2 milhão, que dão à Empresa condições para ampliar sua operação e aproveitar oportunidades de mercado. O fluxo de caixa é monitorado freqüentemente e os investimentos financeiros são contratados em instituições de primeira linha, com o cuidado adicional de se conjugar análise de *rating* dos bancos para determinar a alocação de recursos.

Riscos de câmbio

Todas as dívidas da Vivo em moeda estrangeira estão cobertas por operações de *hedge*, que blindam a Companhia em relação a possíveis oscilações negativas na cotação das moedas estrangeiras.

Risco de abastecimento

É adotado um planejamento colaborativo com fornecedores para assegurar o abastecimento de insumos fundamentais às operações, como terminais telefônicos e equipamentos de redes.

As áreas de Planejamento Logístico e de Planejamento Comercial se reúnem com os fabricantes semanalmente, para traçar planos de fabricação com base nas previsões de

demanda, assegurando a capacidade de atendimento em tempo hábil, considerando destinos, quantidades, tipos de produtos e disponibilidade. O planejamento colaborativo faz projeções sempre para períodos de três meses.

c) Comparação da evidenciação dos riscos corporativos entre *SEC* e CVM

Quadro 8 - Evidenciação dos Riscos Corporativos - SEC versus CVM

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		
	SEC	CVM
Riscos Relativos à Indústria Brasileira de Telecomunicações	**S**	**N**
Riscos Relativos ao Brasil	**S**	**N**
Riscos Associados as Ações Preferenciais ou *American Depositary Shares*	**S**	**N**
Riscos de Negocio	**S**	**N**
Riscos de aspecto regulatório	**S**	**S**
Risco Cambial	**S**	**S**
Risco da Taxa de Juros	**S**	**S**
Risco de Crédito	**S**	**S**
Riscos Contingenciais	**S**	**S**
Risco Operacional	**S**	**S**
Risco Energético	**N**	**N**
Riscos socioambientais	**N**	**S**

4.5 DIFERENÇAS ENTRE BR GAAP E US GAAP

Neste item apresentam-se as divergências do lucro líquido e do patrimônio líquido, evidenciadas à SEC, conforme relatório 20F.

4.5.1 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 2 **em milhares de R$**

Demonstração do Resultado	**2005**	**2006**	**2007**

Lucro (prejuízo), conforme informado em BR GAAP	(29.555)	470.368	671.290
Lucro Líquido em US GAAP	291.066	646.707	702.470

Balanço Patrimonial	**2005**	**2006**	**2007**
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	5.246.020	5.277.602	5.246.513
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	6.003.576	6.341.131	6.627.276

4.5.2 GVT (HOLDIG) S.A

A GVT Holding não está listada na Bolsa de Valores de Nova Yorque.

4.5.3 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 3 **em milhões de R$**

Demonstração do Resultado	**2005**	**2006**	**2007**
Lucro(prejuízo), conforme informado em BR GAAP	1.114	1.310	2.358
Lucro Líquido em US GAAP	889	1201	2978
Balanço Patrimonial	**2005**	**2006**	**2007**
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	7.979	8.959	10.665
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	7.938	8.208	10.514

4.5.4 TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A

Tabela 4 **em milhões de reais**

Demonstração do Resultado	2005	2006	2007
Lucro (prejuízo), conforme informado em BR GAAP	2.542	2.816	2.363
Lucro Líquido em US GAAP	2.638	2.930	2.370

Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	10.204	10.610	9.905
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	10.265	10.823	10.478

4.5.5 TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 5 **em milhões de R$**

Demonstração do Resultado	2005	2006	2007
Lucro (prejuízo), conforme informado em BR GAAP	(42, 4)	(76,1)	3,2
Lucro Líquido em US GAAP	(20,0)	(87,4)	5,8

Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	179,1	88,0	88,1
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	125,5	43,6	47,4

4.5.6 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 6

Demonstração do Resultado	2005	2006	2007
Lucro(prejuízo), conforme informado em BR GAAP	174.119	113.414	148.406
Lucro Líquido em US GAAP	160.709	128.747	153.308

Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	1.038.210	1.118.196	1.229.819
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	1.083.321	1.150.597	1.266.581

4.5.7 TIM PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 7 **Em milhões de reais**

Demonstração do Resultado	2005	2006	2007
Lucro (prejuízo), conforme informado em BR GAAP	424,9	(285,5)	76,1
Lucro Líquido em US GAAP	(950,7)	(217,9)	92,0

Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	2.714,8	7.886,4	7.750,5
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	8.665,5	8.154,9	7.886,6

4.5.8 VIVO PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 8 **En milhões de reais**

Demonstração do Resultado	2005	2006	2007
Lucro (prejuízo), conforme informado em BR GAAP	(767,5)	16,3	(99,4)
Lucro Líquido em US GAAP	(494,2)	(460,5)	(109,6)

Balanço Patrimonial	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido, conforme informado em BR GAAP	7.047,5	8.371,7	8.297,6
Patrimônio Líquido, conforme informado em US GAAP	7.165,6	9.126,2	9.024,4

5 RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Neste capítulo apresentam-se e analisam-se informações evidenciadas pelas empresas, em seus sítios na WEB, com referência aos aspectos socioambientais, particularizando informações pertinentes ao Balanço Social, conforme explicitado por Tinoco (1984 e 2001).

Dentre as informações concernentes ao Balanço Social, que cada vez mais é apontado como o Relatório da Sustentabilidade, destacam-se: Pessoal, Demonstração do Valor Adicionado e Inserção Ambiental.

5.1 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

5.1.1 Pessoal

A Brasil Telecom encerrou o ano de 2007 com 16.769, conforme explicitado em seu sítio:www.brasiltelecom.com.br. Do número total de funcionários, vale destacar que 10.866 passaram a integrar o quadro de colaboradores da empresa a partir da internalização da operação de *call center*. A estratégia de internalizar o atendimento ao cliente visa a busca da excelência no trato com os consumidores. As tabelas a seguir explicitam o perfil, quantidade por empresa do grupo, colaboradores por função e grau de instrução.

• Perfil dos Funcionários:

Tabela 5.1.1.1 Distribuição por tempo de Serviço

Tempo de Serviço	2005	%	2006	%	2007	%
Até 2 anos	2.687	39,1	2.282	39,1%	12.855	76,7%
De 3 a 5 anos	1,284	18,7%	901	15,4%	1.190	7,1%
De 6 a 10 anos	782	11,4%	971	16.6%	970	5,8%
De 11 a 15 anos	469	6,7%	371	6,4%	493	2,9%
De 16 a 20 anos	479	7,0%	371	6,4%	282	1,7%
De 21 a 25 anos	472	6,9%	315	5,4%	319	1,9%
De 26 a 30 anos	581	8,5%	510	8,7%	490	2,9%
Acima de 31 anos	127	1,8%	114	2,0%	170	1,0%
Total	6.872	100%	5.835	100%	16.769	100,0%
Tempo Médio	8,9 anos		3 anos		9 anos	

Tabela 5.1.1.2 Quantidade de Colaboradores por Empresa

Empresa	2005	2006	2007
Brasil Telecom S.A	5.338	4.742	4.819
Brasil Telecom Móvel	1.069	636	616
Interne Group	334	344	345
Globenet	23	25	30
Brasil Telecom Comunicação Multimídia	100	86	91
Vant	8	2	2
Brasil Telecom Call Center	-	-	10.866
Total	6.872	5.835	16.769

Tabela 5.1.1.3 Quantidade de Colaboradores por Função

Função	2005	2006	2007
Comercialização	2.178	2.069	2.095
Relacionamento c/ Clientes	445	104	10.860
Rede	2.321	1.978	2.036
Expansão	534	479	479
Operação	1.787	1.499	1.557
Tecnol. da Informação	485	358	304
Geral e Admin.	1.337	1.208	1.309
Licenciados	106	118	165
Total	6.872	5.835	16.769

Tabela 5.1.1.4 Distribuição por Gênero

Gênero	2005	2006	2007
Masculino	4.555	3.929	
Feminino	2.317	1.906	
Total	6.872	5.835	16.769

Tabela 5.1.1.5 Distribuição por Grau de Instrução

Grau de Instrução	2005	%	2006	%	2007	%
Ensino Fundamental Incompleto	22	0,3%	18	0,3%		
Ensino Fundamental Completo	25	0,4%	25	0,4%		
Ensino Médio Incompleto	51	0,7%	46	0,8%		
Ensino Médio Completo	1.347	19,6%	911	15,6%		
Superior Incompleto	1.269	18,5%	982	16,8%		
Superior Completo	3.113	45,3%	2.802	48,0%		
Especialização	926	13,5%	923	15,8%		
Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado	119	1,7%	133	2,3%		
Total	6.872	100,0%	5.835	100,0%	16.769	100,0

Fonte: www. Brasiltelecom.com.br (DFP – Relatório de Administração- 2007 não informado)

Observou-se grau de concentração de pessoal na faixa de até 5 anos, próprio de uma empresa, ainda jovem. O grau de instrução é majoritariamente de curso superior, alcançando cerca de 80%.

• Atração e Retenção de Profissionais de Alto Desempenho

a) Programa de Atração

O Programa de Estágio continua sendo o principal meio de ingresso para jovens em início de carreira. Em 2007, estagiaram 221 estudantes de nível superior.

Outro importante investimento para a atração de profissionais diferenciados foi o relançamento do Programa Trainee da Brasil Telecom. Foram contratados 17 jovens profissionais para atuarem na Matriz, a partir de 2008, após processo seletivo rigoroso que contou com a participação de aproximadamente nove mil candidatos.

A empresa também tem como meta atrair profissionais com vivência internacional. Por isso, desde 2002, investe no Programa *Summer* , que já trouxe ao país 10 profissionais brasileiros que cursam MBA em universidades estrangeiras de primeira linha (as melhores do ranking da revista *Business Week*) para atuarem em projetos estratégicos da Companhia durante o período de sua férias de verão. O índice de aproveitamento desses talentos em posições de liderança após término de seus cursos e retorno ao Brasil é de 50%. (fonte DFP 2007 – Relatório de Administração)

b) Programas de Retenção

Para a Brasil Telecom é estratégico e principalmente um diferencial competitivo adotar uma prática efetiva de gestão dos profissionais de alto desempenho visando a sua retenção nos quadros da Companhia. Nesse contexto, em 2007, foi estruturado o programa de Gestão de Potenciais BrT, composto por ações segmentadas em três pilares que são implementadas logo após a fase de identificação desses profissionais diferenciados:

Desenvolvimento – Elaboração de um programa individualizado para alavancar e prover o potencial do profissional seja por meio de treinamento ou por alocação desses executivos em projetos desafiadores;

Reconhecimento – Adoção de práticas diferenciadas de reconhecimento, reforçando o valor de meritocracia, por meio de remuneração variável e premiação de desempenho superiores;

Relacionamento – definição de mecanismos que aproximem o profissional de alto desempenho dos diversos níveis da organização, ampliando a sua rede de relacionamentos e o acesso às informações estratégicas.

c) Educação e Desenvolvimento

O processo de educação busca promover as competências necessárias para o alcance dos resultados de forma que os colaboradores realizem suas tarefas com pleno conhecimento técnico. Nessa linha, são utilizados os seguintes canais de educação e desenvolvimento na Brasil Telecom:

▪**Portal E-ducação (*E-leraning*)** – disponibiliza cerca de 400 cursos *online* para o auto-desenvolvimento profissional; abrange conteúdos de produtos, serviços, sistemas, processos e procedimentos, além de um programa de integração para novos colaboradores.

▪**BrTV –** canal corporativo de distribuição de vídeos de conteúdo institucional, técnico e comportamental aos colaboradores da Brasil Telecom.

▪**Sala Virtual –** possibilita a capacitação simultânea de alunos remotamente conectados a um instrutor virtual.

A Companhia investe também na formação técnica de seus colaboradores. Nesse sentido, ela realiza, desde 2005, o Programa de Mestrado Profissional com foco em telecomunicações, em parceria com a Universidade de Brasília. Esse mestrado, desenvolvido de forma totalmente customizada para atender às suas necessidades, visa qualificar os profissionais nas tendências tecnológicas para os próximos anos.

Investe em programas que capacitam seus gestores de forma única, com destaque especial para o Programa de Desenvolvimento Gerencial:

1)Reconhecimento

Os colaboradores com desempenho superior são reconhecidos por meio de incentivos financeiros e premiações corporativas.

2) Programas de Premiação

Desde 2000, o programa Gente em destaque já reconheceu muitos colaboradores que, individualmente ou em equipe implantaram projetos de impacto tanto pelas características de inovação e criatividade como pelos c resultados alcançados.

3) Incentivos Financeiros

Destina-se aos colaboradores com cargos gerenciais e resulta do processo de desdobramento das metas da Brasil Telecom. Com a mesma filosofia, a Brasil Telecom reconhece os demais colaboradores (que não têm cargos gerenciais) por meio do PPR – Programa de Participação nos Resultados.

5.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

A Brasil Telecom S/A, elabora o Demonstrativo do Valor Adicionado – DVA, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 3.- Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010 de 21.01.2005.(D.O.U. : 25/01/2005).

Tabela 5.1.2.1 - DVA - BRASIL Telecom Participações S.A - em R$ milhão				
	2007		2006	
RECEITAS	15.432,8	100%	14.528,8	100%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.452,9)		(5.193,2)	
RETENÇÕES	(3.121,9)		(3.219,3)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**6.858,0**		**6.116,3**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	861,9		882,5	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**7.720,0**	**100%**	**6.998,8**	**100%**
Remuneração pelo Trabalho	657,4	9%	614,1	9%
Governo - Tributos	5.049,5	66%	4.651,7	66%
Doações e Patrocínio	11,5	0%	9,9	0%
Rentistas	1.069,6	14%	1.111,7	16%
Acionistas	790,6	11%	587,8	9%
Participação de Acionistas Não Controladores	146,0	0%	26,9	0%
Insuficiência do valor Retido	(4,6)	0%	(3,3)	0%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**7.720,0**	**100%**	**6.998,8**	**100%**

(fonte: Extraído das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) – adaptadas pelo autor)

A análise da DVA aponta que o governo foi o grande beneficiário nos anos de 2006 e 2007. Ficou com 66% do valor adicionado nesses anos, ou seja, a parte do leão. Aos funcionários coube somente 9%, enquanto que os rentistas ficaram com 16% em 2007 e os acionistas ficaram somente com 11% em 2007 (9% em 2006).

5.1.3 Inserção Ambiental

A empresa está consciente de sua responsabilidade no desenvolvimento sustentável do planeta, por meio do equilíbrio econômico, social e ambiental, alinhado às boas práticas de governança corporativa, ética e transparência, com sustentabilidade como valor.

Para facilitar esta comunicação, dispõe de diversos canais e criou uma Política de Sustentabilidade, que, junto com o Código de Ética da Empresa, direciona para o caminho que considera correta: buscar o desenvolvimento de forma sustentável, preocupados não somente com o lucro, mas também com o futuro sócio-ambiental.

Para alcançar esse objetivo, criou o Comitê de Sustentabilidade e aderiu aos princípios do pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambos da ONU. Alcançou a certificação da Lei *Sarbanes Oxley (SOx*) e está implantando diversas ações em prol do meio ambiente, dos funcionários e da sociedade (www.brasiltelecom.com.br/patrocínios) - acessado em 15/11/08).

5.2 GVT (HOLDING) S.A.

5.2.1. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia contava com 3.125 colaboradores. Desse total, 1539 estão alocados nas suas três unidades de negócio e o restante em atividades administrativas e operacionais que dão suporte à unidades de negócios.

Do total de colaboradores, 46% da mão-de-obra é formada por profissionais com curso superior completo ou incompleto. A Companhia realiza um amplo programa de treinamento de pessoal, presencial ou a distância, aonde os investimentos atingiram R$ 1,9 milhão em 2007, tendo sido realizadas 287.000 horas de treinamento, uma média de 100 horas por colaborador.

A GVT também oferece diversos benefícios aos empregados, no formato de cesta de benefícios possibilitando a livre escolha e flexibilidade do padrão específica para cada pessoa ou grupo familiar.

A GVT possui ainda um programa de plano de compra de ações "opções" com mais de 900 participantes com maturação das opções em até 4 anos.

Como forma de assegurar que os talentos da organização estejam devidamente reconhecidos e direcionados para o foco correto, a organização lançou em 2007 o programa **Destaque** que a partir do processo regular de avaliação de desempenho – **SGR**, identificou os profissionais com maior potencial de crescimento e sucessão para funções chave(fonte: IAN – 2007).

5.2.2 Demonstração do Valor Adicionado

Até 31.12.2007 a empresa não publicava a DVA. Passou a fazê-lo no exercício de 2008, sendo que nesse exercício correspondente ao período de 01.01.08 a 31.12.08 publicou também, a DVA, de 2007. Na tabela 5.2.2.1 estão evidenciadas as DVAs dos exercícios de 2008 e 2007, que serão em seguida comentadas.

Tabela 5.2.2.1 - DVA – GVT Holging S/A	**em R$ milhão**			
	2008		2007	
RECEITA BRUTA APÓS DEDUÇÕES	0		0	

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(22.489)		(313)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(22.489)		(313)	
RETENÇÕES	(5.378)		(0)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**(27.867)**		**(313)**	**-**
Valor adicionado recebido em transferência	105.664		205.776	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(85.044)		111.895	
Receitas Financeiras	190.708		93.881	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**77.797**	**100%**	**205.463**	**100%**
Pessoal e Encargos	157	%	88	%
Impostos, Taxas e Contribuições	46.354	60%	6.226	3%
Remuneração de Capitais de Terceiros	668	1%	139.901	68%
Remuneração de Capitais Próprios	30.618	39%	59.248	29%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**77.797**	**100%**	**205.463**	**100%**

Fonte: a própria empresa –DFP- (www.gvt.com.br)

Em 2008 o Governo ficou com 60% do VA, enquanto que os capitais próprios ficaram com 39%, O pessoal ficou com parcela insignificante, em vista de essa demonstração evidenciar somente dados da *Holding* e não da operadora, não divulgados pela empresa, o que dificulta, sobremaneira, avaliar essa empresa.

5.2.3 Inserção Ambiental

Em 2006, no relatório DFP (item 6 do Relatório de Administração), informou que não há programas de preservação do meio ambiente apoiado por esta empresa. Em 2007, neste mesmo relatório, também não foi identificado nenhum programa a respeito.

5.3 TELE NORTE LESTE PART. S.A

5.3.1 Pessoal

O sítio da empresa explicita que a organização possui**:** 9.936 Colaboradores, 325 Estagiários e 60 Aprendizes Técnicos, ao final de 2007. Diz, ademais, que tem 54 portadores de necessidades especiais no Time.

Do total de Colaboradores, 68% são do sexo masculino, e 32% do sexo feminino. Sendo que, nos cargos executivos, a distribuição é de 24% de mulheres e 76% de homens.

A média de idade dos colaboradores é de 36 anos, com um tempo médio de Empresa de 7 anos. Está presente em 20 Estados, incluindo São Paulo e Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 100 endereços.

A tabela 5.3.11 explicita o Pessoal da empresa, particularizando informações relativas a remuneração e benefícios, quantidade de colaboradores por faixa etária, por nível de escolaridade e por sexo.

Tabela 5.3.1.1 Pessoal – Tele Norte Leste Part. S.A

Remuneração e Benefícios	**R$ milhões**	**2006**	**2007**

Remuneração	401,6	441,8
Encargos Sociais	132,7	147,7
Participações nos Lucros ou Resultados	53	84,4
Previdência Privada	35,8	10,3
Alimentação	32,1	40,4
Saúde	25,7	26,7
Capacitação e desenvolvimento profissional	16,4	15,7
Quantidade de colaboradores por faixa etária	**2006**	**2007**
De 18 a 35 anos	3.568	5.749
De 36 a 60 anos	3.520	4.172
Acima de 60 anos	10	15
Quantidade de Colaboradores por nível de escolaridade	**2206**	**2007**
Nível Fundamental	13	241
Nível Médio	1.851	4.819
Nível Superior	4.592	4.127
Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado	642	749
Total Colaboradores por Sexo	**2006**	**2007**
Homens	4.619	6.803
Mulheres	2.479	3.133

Fonte: www.oi.com.br

Verifica-se da análise da tabela 5.3.11 que houve evolução substancial dos números relativos a colaboradores, bem como da remuneração que auferiram. No que tange à faixa etária constatou-se o rejuvenescimento da empresa, com incremento de colaboradores na faixa etária de 18 a 35 anos. Houve expansão do número de colaboradores em todas as faixas, inclusive na Pós-Graduação, exceto no nível superior.

Em 2007, das 1.393 vagas abertas, 48% foram preenchidas por colaboradores próprios. A média de inscritos foi de sete colaboradores por vaga. Todas as oportunidades para cargos gerenciais também passaram pelo *assessment center*. Das 84 oportunidades abertas, 64 (77%) foram preenchidas por colaboradores promovidos a Gestores. Adicionalmente, teve 63 estagiários do Programa Geração efetivados como analistas.

Implantado no segundo semestre de 2006, com a nova política de recrutamento e seleção, o processo de *assessment* da Oi proporcionou a realização das aspirações de carreira de 669 colaboradores. Ou seja, em 2007 duas palavras entraram definitivamente no dicionário da política de gente da Oi: crescimento na carreira e meritocracia.

Em 2007 foi implantado o Ciclo de Mérito, uma ferramenta que tornou o processo de reconhecimento, gestão da carreira e do desempenho mais transparente e conectado à

estratégia da Companhia. Através do Ciclo de Mérito, realizado em duas ondas com um intervalo de seis meses, 75% dos reajustes de salários foram conquistados. Um ponto positivo da realização desses ciclos é o incentivo ao *feedback* entre o gestor e cada colaborador da sua equipe, pois a cada onda, o gestor se depara com a necessidade de refletir sobre sua equipe como um todo, identificando o desempenho e as contribuições individuais que merecem e devem ser reconhecidas.

Prioriza a melhoria contínua das relações do trabalho. Nos últimos três anos, um grupo de profissionais vem atuando fortemente na redução de contingências trabalhistas.

Em 2007, os resultados foram bastante positivos em relação ao ano anterior: houve redução de 32,8% nas entradas de ações demandadas por ex-funcionários e 5,3% por terceiros (via responsabilidade subsidiária). Além disso, a Empresa mantém um relacionamento saudável com as entidades sindicais.

Desenvolve iniciativas com foco em saúde, como as salas do Programa de Qualidade de Vida nos principais escritórios da Companhia no Brasil, onde oferecemos terapias de relaxamento e postura corporal a custos simbólicos.

No ano passado, 5.421 colaboradores receberam atendimento durante mobilização interna de vacinação contra a gripe e 2.300 foram contempladas na campanha corporativa de prevenção contra rubéola. Ainda em 2007, para atender 490 colaboradores que necessitam de medicação especial de uso contínuo, a Oi ampliou as patologias cobertas pelo Funcional Card, o benefício adicional para compra de medicamentos.

A Oi lançou o Programa Gestantes que atendeu 161 colaboradoras grávidas. O programa oferece acompanhamento mensal de profissionais qualificados e site exclusivo com todas as informações e dicas sobre as etapas da gestação, além de uma página pessoal para registro de cada detalhe. E os bebês não ficam de fora: a Oi preparou um kit boas-vindas para a hora da chegada. Tudo com todo cuidado, carinho e atenção que esse momento especial da vida merece ter.

Conforme nota explicativa às demonstrações contábeis n.1 a TNL e suas controladas TMAR, Oi e Oi Internet patrocinam planos de benefícios de aposentadoria aos empregados, desde que estes optem pelos referidos planos.

Possui plano de participação nos lucros instituído no ano de 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

• Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor

econômico adicionado); e a Companhia oferece ainda a seus empregados planos de assistência médica e odontológica, auxílio farmácia, auxílio creche e seguro de vida em grupo, sendo os descontos em folha de pagamento efetuados em conformidade com as faixas salariais fixadas nos acordos coletivos de trabalho.

A TNL instituiu três planos de opção sobre ações mediante os quais foram reservadas ações preferenciais para um grupo de executivos.

5.3.2 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA apresenta os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 do ponto de vista de geração e distribuição de riquezas. Essa demonstração foi elaborada de acordo com a NBC – Norma Brasileira de Contabilidade T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/2005.

Tabela 5.3.2.1 - DVA – Tele Norte Leste Participações S/A			**em R$ milhão**	
	2007		**2006**	
RECEITA BRUTA	25.153	100%	24.232	100%
RECEITA BRUTA APÓS DEDUÇÕES	24.953		24.175	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(9.256)		(9.006)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**15.697**		**15.169**	
RETENÇÕES	(3.021)		(4.199)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**12.676**		**10.970**	**-**
Valor adicionado recebido em transferência	1.172		896	
Receitas Financeiras	960		733	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**13.848**	**100%**	**11.866**	**100%**
Pessoal e Encargos	692	5,0%	646	5,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	8.276	59,8%	7.330	61,8%
Juros e Encargos Financeiros	1.186	8,6%	1.532	12,9%
Aluguéis e Seguros	765	5,5%	703	5,9%
Participações Minoritárias	487	3,5%	292	2,5%
Participação dos Empregados	84	0,6%	53	0%
Lucros Retidos	2.358	17,0	1.310	11%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**13.848**	**100%**	**11.866**	**100%**

Em 2007, a Oi gerou um valor adicionado consolidado de R$13,8 bilhões, superior em 16,7% ao de 2006, revelando como a Companhia promoveu a distribuição de riquezas gerada pelas suas atividades, o que denota bom desempenho. Do valor adicionado a distribuir, que representa 55,1% da receita bruta do exercício, 59,8% foram destinados aos cofres públicos, sob as mais diversas formas de tributos (61,8% em 2006), o que configura alta carga tributária, bem superior à média nacional calculada em cerca de 36%, pelo IBGE. A parcela que coube ao Pessoal reduziu-se de 5,4% em 2006, para 5% em 2007, observou-se por outro

lado, que os lucros retidos cresceram de 11% para 17% do DVA distribuído, em 2007 em relação a 2006.

5.3.3 Inserção Ambiental

Com base no sítio www.oi.com.br a empresa evidencia que além de atuação preventiva nos processos que podem oferecer dano potencial à saúde à segurança dos colaboradores, vem implementando ações e diversas frentes visando a eliminação de eventuais impactos ambientais decorrentes de sua atuação na prestação de serviços de telecomunicações.

Os equipamentos empregados pela Empresa, em seus diversos sistemas, seguem normas e padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores, objetivando garantir a segurança dos níveis mínimos referentes à radiação eletromagnética não ionizante para a população.

A redução do nível de ruído ambiental dos equipamentos e das obras realizadas em logradouros públicos tem ocorrido graças a três níveis de ações.

• Treinamento da força de trabalho das Empresas terceirizadas em normas e padrões exigidos pelos órgãos nos três níveis de governo:

• Consolidação do treinamento por meio do Manual de Comportamento Ambiental, a ser respeitado por todas as Empresas;

• Verificação de conformidade ambiental conduzida por grupo específico, através de inspeções periódicas às obras.

As ações mencionadas visam a evitar os principais problemas, quais sejam:

• Na construção de rede subterrânea de telecomunicações: (a) a geração de ruído; (b) a ressuspensão de poeira, a geração de material excedente ou entulho, correspondentes aos pisos e pavimentos destruídos; (c) a interrupção e eventuais interferências no tráfego local; (d) as restrições à circulação de pedestres; (e) as restrições de acessibilidade a imóveis residenciais e a imóveis e atividades comerciais; (f) o risco de interferências e interrupção do funcionamento de outras redes de utilidades e (g) o risco de ocorrência de pequenos danos a propriedades de terceiros.

• Na construção de rede aérea de telefonia: (a) o risco de queda de cabos energizados; (b) o risco de interferências e interrupção de serviços da rede de distribuição de energia elétrica; (c) as interferências com a arborização urbana e (d) o risco de combustão e explosão em caixas subterrâneas.

5.4 TELEC. DE SÃO PAULO S.A.

5.4.1 Pessoal

Segundo mencionado em **www.telefonica.com.br/informe/2007** a empresa elaborou Informe de Responsabilidade Corporativa em que apresenta e quantifica seus impactos sociais, econômicos e ambientais no exercício de 2007.

Cerca de 50% dos empregados da Telefônica concluíram o programa de formação dos Princípios Modelo que se baseia em três pilares: a implantação, o estabelecimento de controles internos que assegurem seu cumprimento e, por fim, a verificação desse cumprimento por meio de auditorias e auto diagnósticos internos.

Atento é a empresa do Grupo no Brasil com maior corpo funcional, tendo saltado de 53 mil empregados em 2006 para 63 mil em 2007.

A Atento está entre os maiores empregadores do país e tem um importante papel de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Em fevereiro de 2007, a empresa inaugurou uma nova central no bairro do Belém, em São Paulo, gerando 6 mil novos empregos. A inauguração contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Telefônica diminuiu a base de empregados por meio de Planos de Desligamento Incentivado (PDI) durante o ano de 2007. O processo está alinhado com o novo modelo de gestão e negócios a fim de tornar a empresa ainda mais competitiva.

O Grupo Telefônica também gera milhares de postos de trabalho indiretos. No fim de 2007, somente a atividade da Telefônica demandou a colaboração de 29.363 trabalhadores terceirizados, conforme explicita em seu relatório de 2007, já mencionado. Esse emprego corresponde, em sua maioria, à contratação para atividades como a instalação e manutenção de linhas e serviços.

Atua em parceria com as empresas contratadas com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação trabalhista e de acordos coletivos do setor. Em 2007, 1.011 fornecedores foram objeto de análise de questões trabalhistas, que incluíram a verificação de documentos e orientações. Dessas empresas, 106 foram inspecionadas, tendo verificadas as condições de trabalho de seus empregados.

Em seguida apresentam-se os números consolidados relativos ao Pessoal do Grupo Telefônica, no Brasil.

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO EM 2007

Empresa	**2006**	**2007**
Atento	53.181	63.493
Telefônica	8.215	7.404
Vivo*	2.948	2.800
TGestiona	820	1.395
Terra	563	587

Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento	79	107
Outras	187	53
Total	**65.993**	**75.839**

* Dado considera 50% do total da empresa, equivalente à participação do Grupo Telefônica na Vivo.

CARACTERÍSTICAS DO QUADRO DE PESSOAL

Empresa	**Homens**	**Mulheres**	**Antiguidade média** (anos)	**Idade média**
Atento	19.931	43.562	1,0	26,0
Telefônica	4.937	2.467	10,0	37,0
TGestiona	818	577	4,4	32,3
Terra	360	227	4,0	33,0

RESULTADOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO NA TELEFÔNICA (EM %)

Anos	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
	51	63	76	80	75	74

Satisfação dos empregados

A satisfação dos empregados é um objetivo prioritário para o Grupo. Desde 2004, parte da remuneração variável dos executivos da Telefônica está vinculada ao cumprimento de metas de satisfação interna.

Em 2007, o Grupo Telefônica lançou o novo modelo de pesquisa de satisfação de empregados, considerando a padronização dos atributos em todas as empresas do Grupo na Espanha e na América Latina. Foram 33 perguntas divididas em cinco blocos estratégicos: Liderança, Imagem e Orgulho, Trabalho Diário, Desenvolvimento e Cliente.

O nível de satisfação dos empregados é medido em pesquisas anuais. Na pesquisa realizada em janeiro de 2008 na Telefônica, o índice global de satisfação foi de 74% – queda de um ponto percentual em relação ao ano anterior. Com base nos resultados, são desenvolvidas ações para melhorar os pontos críticos. Em 2007, foi implantado o projeto Diálogo com o Presidente. Nos encontros, os empregados têm a oportunidade de tirar dúvidas e falar de temas de seu interesse, como desenvolvimento e remuneração.

Remuneração e benefícios

De forma complementar à remuneração, são oferecidos pacotes de benefícios aos empregados, que variam de uma empresa a outra, estando regulados pelos acordos coletivos. Para garantir a coerência e a competitividade desses **pacotes de remuneração**, são realizadas

pesquisas salariais envolvendo o mercado em geral, o de alta tecnologia e o de telecomunicações. Os gastos do Grupo no Brasil com remuneração atingiram R$ 2,490 bilhões em 2007.

O acordo coletivo firmado pela Telefônica com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sintetel), com data-base em setembro de 2007, estabeleceu que o menor salário pago pela empresa fosse de R$ 679,41 (1,8 vez o salário mínimo nacional).

A Atento, que concentra atividades em 11 cidades, segue acordos em cada região, sendo que o menor salário da empresa era de R$ 380, em Salvador (o valor do salário mínimo em 2007).

No que diz respeito a **benefícios**, os empregados da Telefônica e da TGestiona podem aderir ao Plamtel, plano de assistência à saúde no sistema de autogestão, e incluir como beneficiários dependentes diretos e irmãos inválidos ou incapazes. Os trabalhadores contribuem com 1% do salário básico por grupo familiar. Outras empresas do Grupo contratam planos de saúde do mercado.

O Plano Visão é o plano de **previdência privada** oferecido aos empregados de algumas empresas do Grupo. Quem adere deve ter uma contribuição básica de 2% do salário de participação e pode optar por uma adicional, para as quais as empresas (patrocinadoras) contribuem com o mesmo valor. Em 2007, a Visão Prev alcançou índice de 80% em sua primeira Pesquisa de Satisfação.

Desenvolvimento profissional

Em 2007, foram investidos R$ 6,7 milhões em atividades de formação dos empregados do Grupo no Brasil (não inclui o investimento feito pela Vivo).

A Telefônica oferece uma solução de educação integrada (Educação Telefônica) que busca promover a gestão de treinamento e desenvolvimento do seu corpo funcional. Em 2007, 67% dos empregados participaram de ações do Educação Telefônica.

Formação *online*

O Grupo Telefônica investe também na educação à distância de seus empregados, por meio do programa de *e-learning*.. Ao final de 2007, existiam 8.242 usuários ativos do programa no Brasil.

Horas de Formação Presencial

Empresa	**Total de horas**	**Horas por empregado**
Atento	46.476.240	73,2
Telefônica	149.570	20,2

O Projeto Estela (Escola Técnica da Telefônica na América Latina, na sigla em Espanhol) consiste no desenvolvimento de um sistema de certificação *online* para técnicos de serviços de operadoras de telecomunicações do Grupo em vários países da América Latina. Os técnicos passam por uma formação com um padrão único para todos os países, com o objetivo de criar um sistema de gestão para a melhora individual dos técnicos e o atendimento aos clientes. Em 2007, o projeto Estela certificou 1.500 técnicos na América Latina. No Brasil foram 501 profissionais certificados. O projeto, iniciado em 2005, envolve as áreas de Tecnologia, Operações e Sistemas e tem como meta formar 17 mil técnicos até 2009.

Competências

Em 2007, foi aplicado o modelo de desenvolvimento profissional baseado nas competências corporativas, que permite aos empregados conhecer com detalhes seu perfil de competências e, a partir disso, fixar os objetivos. O modelo também envolve o superior imediato na elaboração de um plano de ação.

O processo inclui auto-avaliação pelo empregado, avaliação do chefe e também de colegas, colaboradores e clientes. Com base nos resultados, são estabelecidas as áreas em que há potencial de evolução e é traçado um plano de ação.

Gestão do talento

A gestão do talento implica colocar as pessoas mais talentosas nas áreas onde estão os principais desafios. Nesse contexto, a movimentação de profissionais (por meio de rotação interna e externa), as promoções e o preenchimento de vagas em aberto com talentos internos são processos-chave para que os empregados alcancem uma visão mais global da companhia.

Para os executivos oferece a possibilidade de desenvolver uma carreira internacional, por meio dos programas Rotação e Vacantes. No Rotação, os executivos podem se candidatar às vagas e passam por avaliação de currículo e entrevistas. Já o programa Vacantes é voltado aos CEOs e diretores. A rotação de executivos permite a transferência de boas práticas de gestão e ajuda a compartilhar os talentos existentes na organização.

O programa Jovem de Alto Potencial (JAP) é uma iniciativa mundial que tem por objetivo reter e fidelizar o talento desde o início da carreira profissional. O ciclo 2006/07 contou com a participação de 18 profissionais do Grupo no Brasil.

Em julho de 2007, começou a funcionar em Barcelona, na Espanha, a Universidade Corporativa Telefônica, instituição exclusiva para profissionais do Grupo em todo o mundo com o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo. Até o final do ano, 49 empregados do Grupo no Brasil haviam participado de programas na universidade.

Saúde e segurança

A Telefônica lançou, em 2007, o programa ComViver, desenvolvido pela área de Recursos Humanos em parceria com Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) e a TGestiona. O programa apresentou ações para melhorar a qualidade de vida dos empregados no ambiente de trabalho, como por exemplo: espaço dedicado aos empregados com oficinas de canto, orientação nutricional, massagens, avaliações médicas, sorteios de ingressos de cinema e passeios.

Também no ano de 2007, foram renovadas dez Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) na Telefônica, com a participação de 150 trabalhadores. Na Atento são 31 Comissões, com a participação de 201 trabalhadores. No mesmo ano, a Telefônica registrou 81 acidentes de trabalho.

Na Atento foram 526 acidentes de trabalho. Entre as principais práticas de saúde e segurança realizadas pela Telefônica e pela Atento em 2007, estão simulados de abandono de prédio, campanhas preventivas e exames médicos. Em 2007, a Atento recebeu 36 sanções relacionadas ao descumprimento da legislação de segurança e saúde dos trabalhadores. A Telefônica não recebeu nenhuma sanção.

5.4.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A seguir, na tabela 5.4.2.1 é apresentada a DVA da Telefônica.

Tabela 5.4.2.1 Demonstração do Valor Adicionado da Telefônica

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	19.827.370		20.648.186		20.539.986	
Riqueza gerada por terceiros	704.362		539.142		501.308	
Insumos adquiridos de terceiros	(6.668.529)		(6.571.169)		(6.838.668)	
Retenções	(2.716.491)		(2.676.035)		(2.699.123)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**11.146.712**		**11.940.124**		**11.503.503**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	585.204	5,25%	772.412	6,47%	851.271	7,40%
GOVERNO	6.662.138	59,77%	7.270.036	60,89%	7.185.213	62,46%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	1.357.423	12,18%	1.081.525	9,06%	1.104.059	9,60%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	1.662.343	14,91%	2.110.520	17,68%	2.362.960	20,54%
LUCROS RETIDOS	879.604	7,89%	705.631	5,91%	0	0,00%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**11.146.712**	**100,00%**	**11.940.124**	**100,00%**	**11.503.503**	**100,00%**

Número de Funcionários	7.770	8.215	7.467
Riqueza Gerada por Funcionário	1.434,58	1.453,45	1.540,58
Valor Adicionado / Receita Total	56,22%	57,83%	56,01%

Fonte: CVM - http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Telefônica, observou-se que o grande beneficiário da distribuição da DVA é o governo, via impostos e taxas, federais, estaduais e municipais, que apresentou um aumento no período, passando de 59,77% em 2005 para 62,46% em 2007, bem acima da média da carga tributária nacional, que se situa ao redor de 36%.

Aos funcionários coube, somente, 5,25% em 2005, evoluindo para 7,40% em 2007, e os acionistas observaram sua participação diminuir, passando dos 22,80% em 2005 para 20,54 em 2007. Com relação à parte da receita que se transformou em valor adicionado a ser distribuída, houve relativa estabilidade durante o período passando de 56,22% em 2005 para 56,01% em 2007.

Do confronto da Receita Bruta constante no DVA com a Receita Bruta constante na Demonstração de Resultado, constatou-se uma divergência entre ambas.

5.4.3 Inserção Ambiental

• Mudança climática é tema prioritário do planejamento estratégico do Grupo

O Plano Estratégico de Meio Ambiente definido pela empresa para o período 2008-2012, conforme referenciado em seu sítio na WEB estabeleceu os cinco pontos nos quais o Grupo deve atuar: mudança climática; gestão ambiental; gestão de resíduos; desenvolvimento responsável da rede e telecomunicações e desenvolvimento sustentável.

A Telefônica, além de gerir o impacto de suas próprias operações no meio ambiente, contribui para a promoção de práticas responsáveis em sua cadeia de abastecimento. Por essa razão, a empresa inclui nos contratos de aquisição de bens e também de serviços que tenham alguma implicação ambiental cláusulas que obrigam o cumprimento da legislação ambiental.

5.5 TELE NORTE CELULAR PARTIC. S.A

5.5.1 Pessoal

Possuía 419 empregados ao final de 2007, e 814 em 31.12.06, inclusive estagiários. A Empresa investe constantemente para estimulá-los por meio da oferta de oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não-discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e remuneração justa.

Na Pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2007, o índice de satisfação dos empregados foi de 7,86 pontos (em uma ordem de grandeza de 10 pontos), resultado acima da média registrada por outras companhias, de acordo com levantamento de mercado feito pelo instituto que aplicou o questionário. Participaram da apuração 91% dos profissionais da Companhia.

No ano, a Operadora intensificou iniciativas de reconhecimento do valor dos empregados. O Programa de Metas, por exemplo, envolveu 47 gestores e consiste no estabelecimento de resultados quantitativos a serem alcançados no ano. Um dos diferenciais é o fato de ser participativo: o presidente da Amazônia Celular reúne-se com representantes de cada área e define indicadores possíveis de serem alcançados.

A bonificação pela superação das metas é agressiva.

Já o Programa de Recursos Estratégicos elege, com base na indicação dos gestores, associado ao desempenho do profissional e à relevância das suas atividades, aqueles empregados que se revelam fundamentais à Companhia. Eles podem receber até dois salários de bonificação tendo por base os resultados. Em 2007, 21 pessoas foram indicadas.

A Empresa preocupa-se ainda em proporcionar condições para que os empregados desenvolvam competências. Em 2007 ofereceu 508 cursos, virtuais ou presenciais, nos quais investiu aproximadamente R$1,3 milhão.

• Treinamento e Capacitação

Mantém uma Universidade Corporativa, o Campus, que promoveu, no ano, a capacitação de 15,7 mil participações, incluindo empregados próprios e de empresas que integram sua cadeia de valor. Iniciativa de destaque no ano foi o Treinamento de Líderes, com o objetivo de capacitar os profissionais que gerem a Empresa para o alcance de desempenho excelente e, assim, formar, desenvolver e reter equipes de grande talento. As lideranças participaram de três módulos presenciais: Gestão das Relações no Trabalho, Gestão de Projetos e Gestão da Comunicação. A média de participação da liderança foi de 92% e índice de satisfação 88%.

Com base nesses resultados, a Operadora acredita estar no caminho certo no que se refere ao relacionamento com seus profissionais.

Por meio do *Campus Virtual – Universidade Corporativa*, disponível na intranet – Clicnet, foram aplicados treinamentos virtuais referentes à gestão ambiental a todos os empregados, visando principalmente ao desenvolvimento da consciência ambiental.

• Seleção e Integração

Adota o processo de seleção por competências – como Domínio do Negócio, Orientação para Resultados, Inovação e Criatividade –, de forma a checar a disponibilidade e capacidade de profissionais para assumirem desafios.

• Inclusão

Possui o programa denominado *Diversidade* que, alinhado à política de inclusão social da Empresa e de sua controlada, atua para promover a integração de profissionais portadores

de deficiências. As ações compreendem atividades que envolvem tanto essas pessoas como as demais equipes, e estimulam o respeito e a valorização das diferenças. Alguns dos empregados portadores de deficiência estão investindo em sua formação superior, motivados pela oportunidade de crescimento profissional oferecida pela Operadora.

Seleção

Para selecionar seus empregados utiliza como critério o atendimento, por parte dos candidatos, às competências que considera fundamentais ao negócio, como orientação para clientes, orientação para resultados, liderança, comunicação, inovação, mobilização para a mudança, domínio do negócio e velocidade de resposta.

Os participantes são orientados por gestores da Empresa e avaliados a cada trimestre. Os estagiários também avaliam os tutores e assistem a palestras relacionadas à área de trabalho em que atuam. Em 2007, nove jovens foram contratados, sendo sete no Estado do Pará, um no Amazonas e um no Maranhão. Além disso, quatro egressos da iniciativa foram admitidos na Operadora.

Outra ação que introduz jovens no mercado de trabalho é o Programa Aprendendo a Trabalhar, que possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades por meio de atividades teóricas e práticas, ampliando assim, os horizontes culturais e sociais. O programa atende à solicitação do Ministério Público do Trabalho no que diz respeito à cota de aprendizes, que no final de 2007 somava cinco pessoas.

É mantido também um programa de inclusão de portadores de deficiência. Reabilitados para o trabalho, os profissionais recebem acompanhamentos médico e psicológico, além de treinamento para desenvolverem ainda mais suas habilidades laborais. Atualmente, a Amazônia Celular cumpre com 100% da cota exigida pela legislação.

Saúde

O Programa Vida Legal estimula o autogerenciamento do estilo de vida dos empregados, difundindo informações sobre hábitos saudáveis e realizando atividades que proporcionem bem-estar. Entre elas estão a oferta de espaço para a participação de 42 atletas no Campeonato do SESI, a Corrida do Círio (tradicional competição de atletismo do Pará, da qual participaram 20 empregados em 2007) e o Torneio Vida Legal, que envolveu 550 pessoas, entre profissionais da Empresa e seus familiares. A essas ações somam-se ainda as de vacinação (450 pessoas vacinadas nos cinco estados, em 2007), o III Seminário de Brigada de Incêndio (13 participantes), o treinamento de extintores (20 participantes) e ações da SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho como doação de sangue (74 pessoas),

palestras e oficinas (350 empregados envolvidos), caminhada ecológica (52 participantes) e campanha de doação de alimentos (arrecadação de 450 kg a serem doados).

5.5.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Não publica essa demonstração.

5.5.3 Inserção Ambiental

A Amazônia Celular pauta suas ações, procedimentos buscando práticas ecologicamente corretas. Elas abrangem todas as instalações da Empresa (prédios administrativos, sistemas, redes de telecomunicações e lojas próprias) e orienta sua atuação pelas seguintes diretrizes, amplamente divulgadas entre os empregados:

• Cumprir os requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;

• Promover ações contínuas de conscientização de seus empregados e prestadores de serviço quanto à importância das relações com o meio ambiente;

• Considerar o aspecto ambiental como fator de alta relevância em todos os seus processos de planejamento, implantação, operação e manutenção de seus empreendimentos;

• Manter a busca constante do aprimoramento de seus processos, visando à adoção de procedimentos e técnicas que previnam a poluição e minimizem os impactos ao meio ambiente;

• Usar de forma racional quaisquer insumos naturais ou derivados da natureza;

• Levar em consideração, ao projetar e implantar suas estações de telecomunicações, soluções que reduzam o impacto visual à paisagem urbana do entorno de seus empreendimentos;

• Garantir que os níveis de emissão eletromagnética de suas estações estejam dentro dos limites estabelecidos pela Anatel.

O Campus Virtual, instrumento de *e-learning* da Empresa, é o principal canal para a educação ambiental dos empregados. Nele há um *hot site* com cursos permanentemente à disposição dos empregados.

5.6 Telemig Celular Participações S.A.

5.6.1 Pessoal

Possui 2.893 empregados em 31.12.2007. A Empresa investe constantemente para estimulá-los por meio da oferta de oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e remuneração justa.

No ano, a Operadora intensificou iniciativas de reconhecimento do valor dos empregados. O Programa de Metas, por exemplo, envolveu 255 gestores e consiste no estabelecimento de resultados quantitativos a serem alcançados no ano. Um dos diferenciais é o fato de ser participativo: o presidente da Telemig Celular reúne-se com representantes de cada área e define indicadores possíveis de serem alcançados. A bonificação pela superação das metas é agressiva.

Já o Programa de Recursos Estratégicos elege, com base na indicação dos gestores, associado à performance do profissional e à relevância das suas atividades, aqueles empregados que revelam-se fundamentais à Companhia. Eles podem receber até dois salários de bonificação baseado nos resultados. Em 2007, 78 pessoas foram indicadas.

• Treinamento

A Empresa preocupa-se ainda em proporcionar condições para que os empregados desenvolvam competências, sendo que em 2007 **ofereceu 448 mil horas de treinamentos**, um investimento de R$4,1 milhões.

Mantém uma Universidade Corporativa, o Campus, que promoveu, no ano, 1.327 treinamentos presenciais e virtuais correspondendo a 210.669 participações, incluindo empregados próprios e de empresas que integram a cadeia de valor da Telemig Celular.

As ações de treinamento direcionadas aos gestores buscam o desenvolvimento de competências como liderança, orientação para os resultados e comunicação. E as iniciativas direcionadas à força de vendas e ao *call center* têm como objetivo aprimorar as habilidades relacionadas ao foco no cliente.

Iniciativa de destaque foi a de Treinamento de Líderes, cujo objetivo foi capacitar os gestores para um desempenho excelente em gestão de pessoas e, assim, formar, desenvolver e reter equipes de alto desempenho. As lideranças participaram de três módulos presenciais: Gestão das Relações no Trabalho, Gestão de Projetos e Gestão da Comunicação. A média de participação da liderança foi de 81% e a de satisfação de 88%.

• Universidade Corporativa

Um dos principais instrumentos da Universidade Corporativa é o Campus Virtual, que concentra a maior parte das ações, com soluções de treinamentos personalizadas para cada empregado, desenvolvidas a partir de sua trajetória e necessidade de desenvolver competências. Sua qualidade foi confirmada mais uma vez com a conquista do prêmio *E-Learning* Brasil 2007/2008, um dos mais importantes da América Latina.

Para aproximar os empregados e colocá-los em contato com a realidade vivida pelos profissionais que atendem diretamente os clientes, a Empresa criou o programa Dia de

trabalho no *Call Center* que envolveu, durante quatro meses, 378 empregados. O mesmo programa foi introduzido posteriormente nas lojas, durante um mês, com a participação de 50 profissionais. Durante um dia, eles assumiram tarefas que são cumpridas pelos colegas das duas áreas. Além de promover a integração entre os empregados, o projeto contribui para a melhoria dos processos e a identificação de oportunidades de negócios. O índice de satisfação com relação à participação no projeto foi de 96%.

Outro destaque do ano foi o RH Itinerante, iniciativa em que representantes da área de Recursos Humanos vão até as lojas e CCCs da Telemig Celular apresentar as principais ações por ela desenvolvidas. Nos encontros, que têm entre seus objetivos integrar ainda mais esses colaboradores à Empresa, também há espaço para que os participantes tirem dúvidas e façam sugestões para aperfeiçoamento das políticas empregadas na gestão de pessoas.

• Seleção

Para selecionar seus empregados, a Telemig Celular utiliza como critério a identificação, neles, das competências que considera fundamentais aos negócios, como orientação para clientes, orientação para resultados, liderança, comunicação, inovação, mobilização para a mudança, domínio do negócio e velocidade de resposta.

O programa Jovens Talentos seleciona estagiários para atuar em diversas áreas e proporciona a eles condições de desenvolvimento profissional. Os participantes são orientados por gestores da Empresa e avaliados a cada trimestre. Os estagiários também avaliam a atuação do gestor e assistem a palestras mensais conduzidas por profissionais de diferentes áreas da Companhia.

É mantido ainda um programa de inclusão de portadores de deficiência, sendo que atualmente 39 atuam na Telemig Celular. No próximo ano, a Empresa deve ampliar a parceria com entidades para capacitar mais profissionais às atividades corporativas.

• Saúde

O Programa Vida Legal estimula o autogerenciamento do estilo de vida dos empregados, difundindo informações sobre hábitos saudáveis e realizando atividades que proporcionem o bem-estar. Entre elas estão a campanha de vacinação (2.300 pessoas vacinadas em 2007), oficinas antiestresse (1.000 atendimentos diários no *call center*), orientações de fonoaudiólogos (700 empregados beneficiados mensalmente), práticas esportivas (780 participantes), reeducação alimentar (400 pessoas envolvidas no ano), 20 atendimentos psicológicos individuais presenciais (oito sessões por empregado), Semana da Saúde e Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

5.6.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A empresa não publica esse relatório, empobrecendo, sobremaneira sua comunicação com as partes interessadas, seus stakeholders e shareholders minoritários.

5.6.3 Inserção Ambiental

A Telemig Celular pauta suas ações e procedimentos buscando práticas ecologicamente corretas. Eles abrangem todas as instalações da Empresa (prédios administrativos, sistemas, redes de telecomunicações e lojas próprias). A Companhia orienta sua atuação pelas seguintes diretrizes, amplamente divulgadas entre os empregados:

• Promover ações contínuas de conscientização de seus empregados e prestadores de serviço quanto à importância das relações com o meio ambiente;

• Considerar o aspecto ambiental como fator de alta relevância em todos os seus processos de planejamento, implantação, operação e manutenção de seus empreendimentos;

• Manter a busca constante do aprimoramento de seus processos visando à adoção de procedimentos e técnicas que previnam a poluição e minimizem os impactos ao meio ambiente;

• Usar de forma racional quaisquer insumos naturais ou derivados da natureza;

• Levar em consideração, ao projetar e implantar suas estações de telecomunicações, soluções que reduzam o impacto visual à paisagem urbana do entorno de seus empreendimentos;

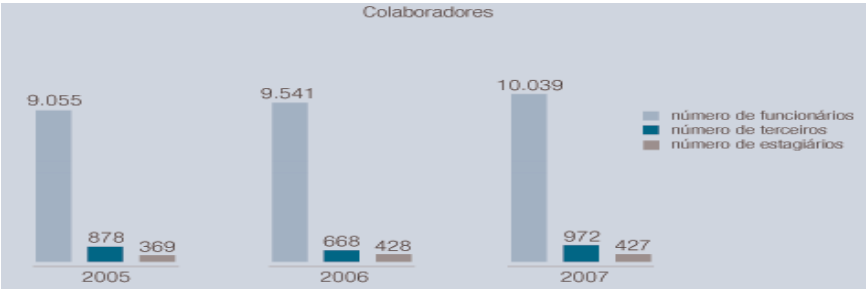
• Garantir que os níveis de emissão eletromagnética de suas estações estejam dentro dos limites estabelecidos pela Anatel.

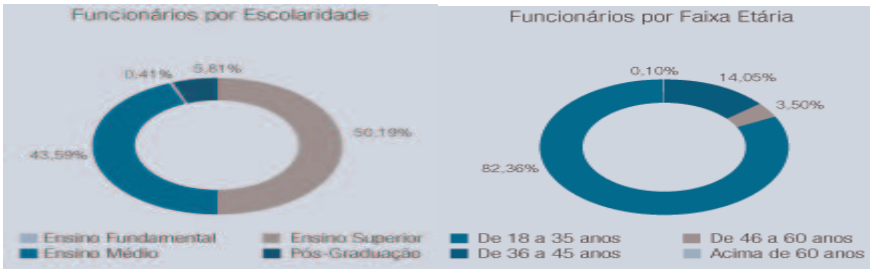
O Campus Virtual, instrumento de *e-learning* da Empresa, é o principal canal para a educação ambiental dos funcionários. Nele há um *hot site* com cursos permanentemente à disposição dos empregados.

5.7 TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

5.7.1 Pessoal

A empresa encerrou o ano de 2007 com 10.039 funcionários, a maioria com ensino superior ou médio completos, conforme evidenciado em: www.tim.com.br.





As definições relativas ao pessoal, conforme explicitado em www.tim.com.br, são:

Funcionário/Empregado: colaborador com vínculo empregatício direto com a TIM.
Estagiário: estudante de nível médio ou superior que desenvolve atividades compatíveis com seu curso e com as necessidades da Companhia.
Terceiro: funcionário de outras empresas que prestam serviços diretamente nas instalações da TIM.
Prestador de serviço: funcionário de outras empresas que prestam um serviço específico/especializado sem cessão de mão-de-obra direta para atuar dentro ou fora das instalações da TIM (outsourcing). **Colaborador:** funcionário, estagiário e terceiro.

Política Salarial

A Política Anual de Mérito da TIM prevê o reconhecimento do desempenho dos colaboradores por meio do crescimento salarial e da participação nos resultados obtidos pela organização. Para garantir uma estrutura de cargos e salários alinhada com as práticas de mercado são realizadas, anualmente, pesquisas salariais e extra-salariais. Esta última abrange, além da questão salarial, os benefícios oferecidos no mercado.

Como recompensa pelos esforços empreendidos na obtenção dos resultados da Companhia, os colaboradores recebem o pagamento da Participação nos Resultados, e o corpo executivo é remunerado por meio do MBO - *Management by Objectives*, programa de reconhecimento vinculado às metas e aos resultados da área.

A Força de Vendas é remunerada com uma parcela variável, cuja finalidade é estimular a obtenção de resultados. O Call Center, por sua vez, é remunerado pela qualidade no atendimento ao cliente.

Remuneração bruta (em milhares de reais)	**2007**	**2006**	**2005**
Funcionários(*)	236.696	228.854	197.925
Terceirizados	24.833	23.081(**)	24.813(**)
Estagiários	4.077	3.698(**)	3.072(**)

(*) Salário básico.
(**) Valores foram recalculados com base em novo critério de apuração.

Capacitação

Os programas de recrutamento e seleção da TIM têm como objetivo a captação de profissionais cujos valores estejam alinhados aos da Companhia, bem como proporcionar oportunidades de desenvolvimento de seus colaboradores. São eles:

- **Nosso Aprendiz –**

O programa surgiu como forma de padronização das práticas já em andamento na Companhia com a finalidade de proporcionar a oportunidade do primeiro emprego. Busca contribuir para a formação de jovens de 18 a 24 anos, que estejam cursando ou tenham concluído o Ensino Médio, nas atividades de Call Center e na triagem das lojas próprias, com foco na sua qualificação para futura alocação como consultor de relacionamento ou consultor de loja.

Beneficia também menores de 18 anos, que recebem formação administrativa e preparação para ingresso no mercado de trabalho. Em 2007, foi dado início à implementação do programa, que, atualmente, conta com aproximadamente 200 participantes.

- **Programa de Estágio Sem Fronteiras –**

O Programa proporciona aos jovens universitários a oportunidade de desenvolvimento e preparação para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, estarem aptos a iniciar sua carreira dentro da TIM. Fazem parte deste programa diversas ações de formação e desenvolvimento que permitem ao estagiário conhecer o negócio da empresa. A Companhia também prioriza o preenchimento das vagas iniciais (analistas e assistentes) com estagiários. Em 2007, 112 estagiários foram efetivados ao longo do ano, o que representou 25,3% de efetivações em relação ao quadro médio.

Recrutamento Interno –

Em 2007, a política de recrutamento e seleção da Companhia foi revista para adequação à *Lei Sarbanes-Oxley*, ao Código de Ética e melhoria de resultados. O objetivo foi tornar todo o processo de recrutamento transparente, bem como ter as vagas abertas, prioritariamente, preenchidas pelos próprios funcionários. Entre as principais mudanças implantadas estão:

• as vagas abertas até o nível de coordenação devem ser disponibilizadas durante sete dias no Oportunidades TIM;

• a divulgação externa deve ser feita preferencialmente no site da TIM;

• padronização do processo de Recrutamento e Seleção em todas as unidades do país;

• para os cargos do nível gerencial priorizam-se as ferramentas de desenvolvimento. Não encontrando sucessor apto é aberto Recrutamento Externo.

Igualdade de Oportunidade

Essas mudanças estão disponíveis na intranet onde a TIM disponibiliza a Política de Recrutamento & Seleção aos colaboradores, de forma a deixar claras oportunidades de crescimento profissional e seus processos cada vez mais transparentes. O preenchimento das vagas é baseado no perfil de competências técnicas e comportamentais. O candidato pode acompanhar sua evolução no processo seletivo através das Oportunidades TIM.

Desenvolvimento

A TIM possui uma área responsável pelo mapeamento e desenvolvimento das competências, comportamentais e gerenciais de seus colaboradores.

A área de Desenvolvimento, tem como objetivo mapear as competências de seus colaboradores, permitindo uma melhor adequação dos planos de formação às necessidades de desenvolvimento corporativas e individuais, além de permitir a identificação dos recursos estratégicos da TIM.

- **Avaliação de Desempenho –** todos os anos, os gerentes avaliam o desempenho dos colaboradores e dão *feedback* sobre os resultados alcançados. Nesse momento, colaborador e gestor reavaliam objetivos e expectativas, traçam um plano de desenvolvimento e apresentam sugestões para o ano seguinte. Na Gestão de Desempenho 2006/2007, foram avaliados 97% dos colaboradores, e 85,1% dos gestores realizaram o treinamento sobre *feedback* e *coaching*. Na Gestão de Desempenho 2007/2008 foram avaliados 98, 5% dos colaboradores.
- **Avaliação de Potencial –** o programa tem como objetivo identificar colaboradores com alto potencial dentro da Companhia, e prepará-los para assumir posições de maior complexidade. A metodologia empregada consiste na realização de diferentes atividades que permitem identificar o grau de desenvolvimento que o colaborador expressa em cada uma das competências e desta forma prepará-lo para assumir no futuro novas posições na Companhia.
- ***Knowledge Review* –** é o programa oficial usado pela TIM para verificar se a necessidade de *know how* da TIM é atendida pelos atuais colaboradores. Por meio do Knowledge Review, a Companhia identifica os colaboradores que detêm *know how* sobre seus negócios, e os estimula a disseminá-lo à toda organização.
- ***Management Review* –** programa que avalia o desempenho dos executivos nos últimos três anos, bem como seu potencial de liderança para assumir outros cargos. Trata-se de uma importante ferramenta utilizada para o plano de sucessão. Em 2007, foram avaliadas 323 pessoas, representando 100% do corpo gerencial. As entrevistas permitiram a criação de um plano de sucessão, a identificação de pontos que requerem melhorias e de pontos que devem ser priorizados nas ações de formação e desenvolvimento e mobilidade gerencial.

Treinamento

A TIM disponibiliza iniciativas de auto-desenvolvimento, formação e ferramentas específicas para apoiar o desenvolvimento de seus colaboradores.

Programa de Treinamento e Capacitação: Números de 2007:

- **Participantes**: 9.955 funcionários
- **Participações**: 151.025
- **Horas treinadas**: 648.697
- **Média por funcionário**: 66 horas

Treinamento Gerencial

Todos os gestores participam do Programa de Formação Gerencial que enfoca o papel dos gerentes, as melhores práticas realizadas na TIM e a capacitação nos *gaps* de competência. Um dos objetivos é garantir um processo eficaz e transparente de gerenciamento.

Os dois principais programas são: Programa de Gestão Avançada e Formação Gerencial.

Outros cursos que auxiliam o desenvolvimento dos profissionais da TIM são:

MBA e Pós-Graduação – os Programas de MBA e Pós-Graduação são considerados um Treinamento Gerencial/ Comportamental com a finalidade de manter e desenvolver as competências críticas da empresa. A TIM oferece subsídio para seus colaboradores.

Treinamento Comportamental – treinamentos com a finalidade de desenvolver comportamentos e competências, melhorando a eficácia dos colaboradores . Um dos *inputs* é o resultado da Gestão de Desempenho.

Treinamento Técnico-Específico – treinamentos, seminários e congressos com o objetivo de desenvolver as competências técnicas do colaborador para desempenho de suas atividades conforme o Levantamento de Necessidades de Treinamento. O enfoque dos treinamentos técnicos está em novas tecnologias e voltado para as ações corportativas: *Balanced Scorecard*, Processos, Projetos, etc. Em 2007, foram desenvolvidos treinamentos sobre produtos e tecnologia de convergência, foco da Companhia.

Cursos de idiomas – desenvolvimento das competências lingüísticas dos colaboradores que tenham contato direto com o exterior ou que ocupam cargos que exigem conhecimento de idiomas estrangeiros. A TIM oferece subsídio para seus colaboradores.

E-learning

Em 2007, a TIM deu continuidade à implementação do programa de *e-learning*, o @aula.TIM, para toda empresa. A iniciativa oferece maior flexibilidade ao treinamento tradicional, dá apoio ao desenvolvimento individual, amplia o acesso à informação e melhora

a comunicação, ou seja, é o uso da tecnologia para melhorar a capacitação, desempenho e resultados.

Já foram investidos mais de R$ 2 milhões nessa nova metodologia, que disponibiliza aos colaboradores uma plataforma contendo os mais atuais cursos do mercado.

Atualmente, o @aula.TIM atende a cerca de 50.000 usuários, possui 163 cursos publicados (alguns temas customizados como Convergência e Metodologia de Projetos) e 167 artigos na biblioteca virtual, incluindo-se os conteúdos disponíveis para a área comercial.

Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade	2007	2006	2005
% de analfabetos na força de trabalho	0,0%	0,0%	0,0%
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	66,4	69,6	84.6
% do faturamento bruto gasto em desenvolvimento profissional e educação	0,2%	0,2%	0,3%
% de estagiários na força de trabalho	3,7%	4,0%	3,6%

Gestão Participativa

Uma das grandes conquistas da TIM em 2007 foi a implantação do "Programa Boas Idéias, Grandes Ações". A iniciativa convida os colaboradores a apresentar sugestões e idéias que contribuam para elevar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia, reduzir custos, agregar valor à imagem da marca, aumentar a rentabilidade do negócio e promover a excelência no relacionamento com clientes. Visando incentivar a criatividade e a inovação, esse canal corporativo busca a participação e o comprometimento do público interno.

Foram submetidas 2.170 idéias ao longo do ano, dentre as quais 18 foram selecionadas para o banco de idéias da TIM, 9 foram premiadas e 3 foram implementadas pela Companhia. O programa desencadeou um aumento no engajamento dos colaboradores nas estratégias da Companhia e aumentou o número de inovações disponíveis.

A participação dos colaboradores se dá ainda por meio dos canais já existentes, como, por exemplo:

Comitê de Satisfação de Clientes e Grupos de Trabalho – grupos formados por gerentes e não gerentes, criados para buscar soluções que melhorem os indicadores de satisfação, com base nos resultados das pesquisas conduzidas com clientes. A participação de um grande número de profissionais em cada regional promove o comprometimento com os interesses do cliente.

Líderes de Processo e Líderes de Projeto – diversos colaboradores têm a oportunidade de contribuir de forma significativa para melhorar a gestão do negócio da Companhia por meio de projetos e trabalhos que visam o desenvolvimento e a revisão constante dos processos

corporativos. Os projetos contribuem para garantir um clima de integração entre as áreas e gerar novas idéias.

Focal *Points* – o objetivo do programa é garantir a padronização e a coerência dos processos e informações, bem como agilizar a realização dos projetos. Para tanto, é indicado um profissional que centraliza a responsabilidade sobre os mesmos em cada área.

5.7.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A tabela 5.7.21 explicita a DVA da Tim relativa aos exercícios de 2007 e 2006.

Tabela *5.7.2.1 DVA da Tim* ***(Em Milhares De Reais)***

Anos	2007	%	2006 (ajustado)	%
Receitas				
Receita operacional bruta	17.214.652		13.877.559	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(714.571)		(451.976)	
Descontos concedidos, devoluções e outros	(1.192.598)		(839.613)	
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	(24.422)		2.526	
	15.283.061		**12.588.496**	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(5.159.299)		(3.951.472)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.346.739)		(2.045.027)	
	(7.506.038)		**(5.996.499)**	
Retenções				
Depreciação e amortização	(2.323.674)		(2.234.437)	
Valor adicionado líquido produzido	**5.453.349**		**4.357.560**	
Receitas financeiras	206.226		447.254	
Valor adicionado total a distribuir	**5.659.575**	**100%**	**4.804.814**	**100%**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	530.513	9%	507.071	11%
Impostos, taxas e contribuições	4.429.492	78%	3.708.063	77%
Juros e aluguéis	623.475	11%	857.222	18%
Dividendos	72.290	2%	-	0
Lucros retidos	3.805	-	(285.542)	(6%)

Em 2007, a Tim gerou valor adicionado de R$5,7 bilhões, superior em 18,7% ao de 2006, revelando como a Companhia promoveu a distribuição de riquezas gerada pelas suas atividades, o que denota bom desempenho. Do valor adicionado do exercício, de 2007, 78% foram destinados aos governos (federal, estaduais e municipais), sob as mais diversas formas de tributos, enquanto que em 2006 essa parcela foi de 77% o que configura alta carga tributária, e crescente, bem superior à média nacional calculada em cerca de 36%, pelo IBGE. A parcela que coube ao pessoal reduziu-se de 11% em 2006, para 9% em 2007, sendo que

juros e aluguéis situaram se 18% no ano de 2006, reduzindo-se para 11% em 2007. Por outro lado os lucros retidos e dividendos tiveram participação inexpressiva, com déficit de 6% em 2006, que foi revertido para 2% em 2007.

A TIM publicou em 2007 seu Balanço Social, seguindo o Modelo do IBASE.

5.7.3 Inserção Ambiental

Iniciativas como o programa de recolhimento de baterias usadas, o uso do papel reciclado e o projeto de reaproveitamento da água da chuva comprovam o compromisso da TIM com a preservação do meio ambiente.

A preservação do meio ambiente está entre as grandes preocupações da TIM, que compartilha com seu controlador, o Grupo Telecom Itália, os seguintes princípios:

- melhorar a eficiência dos recursos energéticos e naturais;
- minimizar os impactos ambientais negativos;
- divulgar a cultura de uma abordagem correta a questões ambientais;
- garantir o compromisso em relação à melhoria contínua do desempenho ambiental;
- adotar processos de compra que considerem questões ambientais.

Investimentos em Meio Ambiente

Investimentos em Meio Ambiente	2007	2006	2005
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (em milhares de reais)	312	339	513
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (em milhares de reais)	29	8	11
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (em milhares de reais)(*)	60	6	0

(*) O aumento em 2007 deve-se ao Programa de Neutralização de Carbono realizado para os eventos do TIM Festival e Prêmio TIM de Música.

5.8 VIVO PARTICIPAÇÕES S.A

5.8.1. Pessoal

Pesquisado no sítio da empresa www.vivo.com.br, em 02.12.08, verificou-se que a empresa encerrou 2007 com o total de 5.600 colaboradores contra 5.896, no exercício de 2007. A redução deve-se, principalmente, à centralização de algumas atividades e à otimização dos processos da empresa.

A distribuição por atividades é a seguinte:

Área de Atividade	2007	2006	%var
Técnica e Operações	1.755	1.865	-5,9

Marketing e Vendas	1.957	2.167	-9,7
Atendimento a Clientes	308	382	-19,4
Suporte Financeiro e Administrativo	1.580	1.482	6,6
Total	5.600	5.896	-5,0

Funcionários por tempo de empresa em % :

33,3%	Menos de 2 anos
22,5%	2 a 5 anos
31,1%	6 a 10 anos
7,4%	11 a 20 anos
5,7%	Acima de 20 anos

Observou-se que o pessoal por tempo de casa está bem distribuído, sendo que 87% trabalham na empresa até 10 anos**.**

Funcionários por gênero em % :

60,0%	Homens
40,0%	Mulheres

Funcionários por gênero e cargo em 2007 (em número de pessoas**) :**

Cargos	**Homens**	**Mulheres**
Diretores	49	07
Gerentes	324	144
Administrativos	1.840	1.676
Técnicos	606	64
Vendedores	540	339
Operacionais	11	0
Estagiários	85	49
Total	3.455	2.279

No que tange à distribuição do pessoal por gênero e cargo observou-se que nos cargos de diretoria e gerência há a predominância de homens, por outro lado os homens são 60% do efetivo total, enquanto que as mulheres são somente 40%.

Funcionários por faixa etária em % :

0,1%	Menos de 20 anos
8,5%	De 20 a 25 anos
27,6%	De 26 a 30 anos
27,6%	De 31 a 35 anos
25,7%	De 36 a 45 anos
9,2%	De 46 a 55 anos
1,3%	Acima de 55 anos

Funcionários por grau de instrução em % :

7,0%	Ensino Fundamental
22,0%	Ensino Médio

52,0%	Ensino Superior
19,0%	Pós-Graduação

A Vivo também evidencia o pessoal, por raça e cargo, destacando: Brancos, Negros, Mulatos, Orientais e Índios. Observou-se que a maioria esmagadora dos funcionários alocados na diretoria, na gerência e nos cargos administrativos, são da raça branca.

Remuneração e benefícios

Para manter as pessoas motivadas, a Vivo traduz em seus sistemas de avaliação de desempenho e recompensa um modelo que desafia os colaboradores a superar limites e liderar mudanças. Para isso, adota uma política de remuneração fixa e variável diferenciada, baseada em referências do mercado de telecomunicações e empresas que se destacam em outros setores.

Todos executivos e gerentes – um grupo de aproximadamente 550 pessoas – são elegíveis ao Programa de Bônus denominado Pacto (Programa Anual de Compromissos aos *Targets* Organizacionais), constituído por um conjunto de metas corporativas, metas setoriais (em cada área de negócio) e indicadores individuais de desempenho (atrelado ao Programa de Gestão de *Performance*).

Para os profissionais de outros níveis, a remuneração variável está atrelada a um agressivo Programa de Participação nos Resultados (PPR). Nele também são estipuladas metas a serem atingidas, com bônus crescentes caso sejam superadas. Um programa disponível na Intranet permite a todos os funcionários acompanharem a evolução dos resultados e fazer simulação dos ganhos do PPR.

Em 2007, a Vivo destinou aos colaboradores R$ 92 milhões a título de PACTO e PPR, valor que cresceu expressivos 82% em relação ao ano anterior, cuja cifra ficou em R$ 50 milhões.

Na área de Operações (segmento comercial), as contribuições individuais diferenciadas dos gerentes e consultores comerciais são reconhecidas e recompensadas por meio do Programa de Incentivo a Vendas, que abrange 880 colaboradores, com um investimento aproximado de R$ 15 milhões ao ano.

A Empresa busca os exemplos de gestão mais eficientes, para inspirar o aprimoramento de seu modelo. Periodicamente, todos os indicadores que balizam esses sistemas são comparados às práticas de mercado para aferição dos níveis de competitividade.

5.8.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Com base no sitio da Vivo S/A (www.vivo.com.br), elaborou-se a DVA da empresa, conforme referenciado a seguir, na tabela 5.8.2.1:

Tabela 5.8.2.1 Demonstração do Valor Adicionado da Vivo

milhares R$

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Totais	8.781.100		13.021.400		15.491.900	
Riqueza gerada por terceiros	565.700		286.800		208.700	
Insumos adquiridos de terceiros	(3.656.900)		(5.646.100)		(6.999.200)	
Retenções	(1.552.500)		(2.394.400)		(2.486.000)	
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**4.137.400**		**5.267.700**		**6.215.400**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EMPREGADOS	361.700	8,74%	575.100	10,92%	598.400	9,63%
GOVERNO	2.734.100	66,08%	3.051.200	57,92%	4.480.200	72,08%
REMUN.CAPITAL TERCEIROS/FINANC	1.950.900	47,15%	1.617.100	30,70%	1.236.200	19,89%
REMUN.CAPITAL PRÓPRIOS	-50.400	-1,22%	24.800	0,47%	0	0,00%
LUCROS RETIDOS	-858.900	-20,76%	-500	-0,01%	-99.400	-1,60%
TOTAL DISTRIBUIDO E RETIDO	**4.137.400**	**100,00%**	**5.267.700**	**100,00%**	**6.215.400**	**100,00%**

Número de Funcionários	5.519	5.896	5.600
Riqueza Gerada por Funcionário	749,66	893,44	1.109,89
Valor Adicionado / Receita Total	47,12%	40,45%	40,12%

Fonte: CVM http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx

Na análise da DVA da Vivo constatou-se que a carga tributária da empresa cresceu consideravelmente, atingindo 72% em 2007, com relação a 2005 (66,08%), mesmo apresentado uma pequena queda em 2006 (57,92%), ficando muito acima da média de carga tributária brasileira.

Os colaboradores obtiveram no período uma participação maior, passando de 8,74% em 2005 para 9,63% em 2007 e os acionistas, embora a empresa tenha apresentado prejuízos no período, este valor passou a ser bem menor, indo de -21,98% em 2005 para -1,6% em 2007. Contudo, o VA destinado ao governo nesta empresa é muito superior a parcelas dos demais agentes envolvidos.

5.8.3 Inserção Ambiental

A empresa tem sua atuação ambiental centrada em três frentes, conforme evidencia em seu Relatório Anual, disponível em www.vivo.com.br. Uma delas é a aferição do impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, precedida de políticas e procedimentos para minimizar riscos e sensibilizar o público envolvido. Outra é a contribuição para a preservação do meio ambiente por meio de ações educacionais, como a participação e/ou patrocínio de campanhas e eventos internos e externos. Na terceira frente, o objetivo é reforçar o compromisso com a comunidade e os governos. Para isso, adota iniciativas de sensibilização da sociedade sobre questões relacionadas às emissões eletromagnéticas, participa de discussões sobre aspectos legais com órgãos reguladores e cria ferramentas para atualização de pesquisas técnicas sobre

o assunto e cumprimento da Resolução 303 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Empresa destinou no ano R$ 746.737,14 para o desenvolvimento de ações internas e externas (sem computar as realizadas pelo Instituto Vivo).

6. CONSIDERAÇÕES E COMPARAÇÕES DAS EVIDENCIAÇÕES

Esta dissertação teve como objetivo pesquisar, descrever, identificar, analisar e comparar as informações dos riscos relativos às empresas brasileiras do setor de telecomunicações, listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo-BOVESPA e de *New York-NYSE,* particularmente riscos regulatórios, cambiais, da taxa de juros, de crédito, contingenciais, operacionais, energéticos, bem como identificar e comentar as informações socioambientais, que essas empresas evidenciam, no contexto da governança corporativa. Utilizou-se como fonte de pesquisa documental principal os relatórios anuais, demonstrações contábeis e financeiras das empresas: Brasil Telecom Participações S.A., GVT (HOLDING) S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A., Telemig Celular Participações S.A., TIM Participações S.A. e VIVO Participações S. A, obtidos através de documentação indireta, da coleta de Relatórios Anuais e outros relatórios, que são divulgados através do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e relatórios 20F da *Securities and Exchange Commission (SEC*), revistas, ou mesmo nos sítios das empresas que disponibilizam essas informações ao público em geral, entre os anos de 2005 e 2007.

A partir dos objetivos propostos e das análises realizadas é possível efetuar comparações e tecer considerações das empresas pesquisadas.

6.1 Considerações relativas às informações evidenciadas

No que concerne às considerações observou-se:

- Os riscos relativos à indústria brasileira de telecomunicações, os relativos ao Brasil, os associados às ações preferenciais ou ADR, de negocio e de aspectos regulatórios, são evidenciados por todas às empresas no relatório 20F que é apresentado à SEC. Mencione-se que os comentários destes riscos são idênticos e repetitivos;
- Identificou-se padronização das informações evidenciadas, com chavões repetidos pelas empresas, onde se nota que não houve nenhuma preocupação destas em melhorarem ou se diferenciarem na informação divulgada;
- Nenhuma das empresas evidenciou os riscos energéticos, ademais, não explicitaram as ações que adotariam, ou como agiriam caso houvesse um "apagão", omitindo dos *stakeholders e*ssa informação, que provavelmente impactará adversamente os respectivos resultados operacionais;
- Além disso, não detalharam os montantes de empréstimos tomados com cláusula de *covenants,* bem como não há uma clara evidenciação quantitativa dos riscos, no caso das penalidades do descumprimento dos indicadores econômicos e financeiros estabelecidos neste

tipo de contrato, que poderiam impactar adversamente o fluxo de caixa da empresas, prejudicando suas atividades operacionais e novos investimentos.

• Observe-se que existe uma preocupação das empresas analisadas, tanto em se protegerem com a utilização de operações de *hedge*, bem como, em afirmarem que embora utilizem operações de derivativos (ex. *swap*) em suas operações financeiras, enfatizam que estas operações são utilizadas somente para redução da exposição ao risco cambial.

Porém como até 2008, a CVM não exigia que as empresas evidenciassem posições de derivativos, comparando com a posição de saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, fica difícil inferir, pelas leituras das notas explicativas, das empresas a existência de investimentos especulativos em derivativos, que possam gerar riscos cambiais adversos, como aconteceram recentemente com a Sadia, Votorantim, Aracruz, etc.;

• Algumas empresas evidenciam juntos os riscos cambiais e de taxas de juros, portanto ficando prejudicado o nível de evidenciação detalhada da informação. No caso do risco da taxa de juros, não há comentário detalhado de nenhuma empresa, sobre impactos adversos que poderiam ocorrer quanto às possíveis variações na Taxa Selic e na Inflação;

• Quanto ao quesito Risco de Crédito verificou-se que algumas empresas mencionam percentual de provisão, outras somente os valores provisionados e parte delas só mencionam o risco, porém nenhuma das empresas evidenciam se o valor para créditos de liquidação duvidosa é relevante, se comparado com o faturamento da empresa.A Brasil Telecom Part. e A GVT (Holding) não evidenciam este tipo de risco;

• Praticamente todas as empresas informam os valores de riscos contingenciais, classificados como prováveis, possíveis e remotos. Evidenciam também que somente os riscos classificados como prováveis (ações judiciais em que a possibilidade de perda supere a de êxito), são provisionados e contabilizados. Saliente-se que essas provisões são informadas no passivo das demonstrações contábeis, apresentadas em detalhe;

• Por falta de evidenciações mais detalhadas das empresas, presume-se que os ativos fixos foram segurados com base nos preços de reposição. Brasil Telecom Participações, TIM Participações e VIVO Participações, não evidenciaram este tipo de risco;

• No que concerne aos aspectos socioambientais é importante destacar alguns pontos comuns nas evidenciações apresentadas, que demonstram a preocupação destas empresas serem competitivas, gerarem programas de satisfação dos colaboradores e de responsabilidade socioambiental, objetivando a sustentabilidade do desempenho operacional da empresa.

Dentre estes pontos, podem-se destacar os seguintes programas:

1-Educação e capacitação

2-Desenvolvimento das competências;

3-Incentivos financeiros;

4-Inserção ambiental;

5-Responsabilidade social;

6-Igualdade às pessoas com deficiência;

7-Retenção dos colaboradores;

8- Geração de Valor Adicionado, bem como divulgação da DVA.

Pode-se apontar a TIM Participações S.A, como a empresa que se destaca entre as demais, em nível de seu compromisso com a responsabilidade socioambiental e a GVT com nível ínfimo de evidenciação.

6.2 Análises comparativas das empresas

6.2.1 Risco de Negócio

• Nenhuma das empresas analisadas evidencia este tipo de risco.

• A empresa Tele Norte Celular evidencia riscos de mercados, destacando que não ingressa em disputas irracionais de preços nem negligencia o crescimento de sua base ou a busca pela retenção de consumidores, tornando suas promoções mais brandas ou agressivas conforme o ritmo do mercado, mas sempre assegurando margens de retorno. Assim, a empresa aposta em diferenciais, como a maior cobertura de sinal, a qualidade na prestação de serviços e a oferta de um amplo e consolidado portfólio de soluções capazes de atrair e reter clientes, mesmo que seus preços sejam iguais ou superiores aos da concorrência.

Ainda de acordo com a empresa, também avalia e aprimora constantemente seus canais de distribuição, aumentando a sua capacidade de penetração nos mercados e, paralelamente, reduzindo custos envolvidos nessas operações.

6.2.2. Risco de Aspecto Regulatório

• As empresas Tele Norte Celular Participações S.A e TELEMIG Celular Participações mantêm equipe dedicada exclusivamente ao acompanhamento dos eventos regulatórios, o que assegura agilidade e flexibilidade, para promover adaptações exigidas por eventuais mudanças nas regras do setor;

• A Brasil Telecom Participações atua de acordo com os contratos de concessão e termos de autorizações, firmados com a ANATEL e sob os dispositivos legais e regulamentares, gerais e

específicos para o setor, salientando que quaisquer alterações nas regras inicialmente estabelecidas podem afetar o negócio da empresa.

• As demais empresas analisadas não evidenciam este risco.

6.2.3 Risco Cambial

• A Brasil Telecom Participações evidencia em notas explicativas que os empréstimos sujeitos a esse risco representavam cerca de 16,0% em dez/2007, 17,0% em 31/12/06 e 23,8% em 31/12/05, do total dos passivos de empréstimos e financiamentos consolidados, desconsiderados os saldos de *hedge* contratados. Destaca também que para minimizar esse tipo de risco, foram contratadas operações de *hedge* cambial junto a instituições financeiras. A empresa salientou ainda, que da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira, 92,6% em 31/12/2007, 61,6% em 31/12/2006 e 69,8% em 31/12/2005, estavam cobertas por operações de *hedge* nas modalidades *swap* cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

A Brasil Telecom evidencia também que possui dívida denominada em *YEN* e celebrou uma serie de transações com "swap" a fim de se proteger contra flutuações do valor do Yen. A exposição resultante após os contratos de "swap" está restringida a mudança na taxa do (CDI) cotada pelo CETIP (Central de Custódia e de Liquidação).

A empresa salienta ainda que contabilizou as transações de "swap" calculando o ganho ou a perda a realizar em cada data do balanço patrimonial considerando quais seriam o valor de liquidação dos contratos pendentes naquela data. O ganho ou a perda de cada período é registrado como lucro ou prejuízo financeiro no próprio período.

As operações de "swap" resultaram em perdas de R$ 267, R$ 147 e R$ 112 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, respectivamente, os quais foram registrados como despesas financeiras.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, está evidenciada nas tabelas 5, 6 e 11.

• A GVT (Holding) S.A evidenciou que em 31 de dezembro de 2007, o saldo da dívida em moeda estrangeira foi de R$ 317.800 (US$ 179.461 mil), com vencimento em 30 de junho de 2011. Os juros são pagos semestralmente a taxa de 12% a.a. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Segundo mencionado a empresa e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de cambio de curto prazo e opera apenas com instrumentos que permitam controles destes riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos ocorre com operações de *forward* e *swap*, utilizados principalmente como instrumentos para *hedge* de taxas de câmbio atreladas aos financiamentos. A GVT (Holding) S.A e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Em 31 de dezembro de 2007, a empresa e suas controladas não possuíam contratos de *forward ou swap* em aberto.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, pode ser verificada nas tabelas 16, 17 e 18.

• Tele Norte Leste Participações

Evidenciou que está exposta, principalmente, ao risco de mercado decorrente de mudanças nas taxas de câmbio, uma vez que parte do seu endividamento é denominada em moeda estrangeira enquanto suas receitas são auferidas em reais. Visando a redução da exposição ao risco, utiliza derivativos denominados swap. A TNL e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

A Tele Norte Leste tem aproximadamente 35% em 2007 e 42% em 2006 da dívida consolidada, incluindo debêntures e excluindo as operações de swap expressa em moeda estrangeira, em US$, cesta de moedas do BNDES e em Yen.

A soma do valor nominal dos *swaps* e de investimentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2007 totalizava U$ 1.148.926 mil e em 2006 atingiu o montante de U$ 1.307.858 mil no consolidado, e US$ 515.973 mil em 2007, bem como US$ 549.609 mil, em 2006 na controlada, representando 72% e 97% de cobertura do risco cambial em 2007, respectivamente 83% e 94%, em 2006.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, pode ser verificada nas tabelas 29 e 30.

• Telecomunicações de São Paulo

A empresa evidencia que este risco decorre da possibilidade de a TELESP vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos e as despesas decorrentes de passivos de empréstimos, financiamentos e compromissos de compra em moeda estrangeira. Para reduzir esse tipo de risco, celebra contratos de *hedge* (*swap*) junto a instituições financeiras, porém não explicita o custo desses contratos.

Em 31 de dezembro de 2007, 28,50% e em 31 de dezembro de 2006, 35,18% da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano, euro e iene), sendo que 100,00% em 2007 (99,88% em 31 de dezembro de 2006) do endividamento era coberto por posições ativas de operações de *hedge* cambial (*swap* para CDI). Os ganhos ou perdas das operações para cobertura do endividamento financeiro estão registrados na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2007, as operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R$157.553 (R$164.227 em 31 de dezembro de 2006), tendo sido registrado um passivo em 31 de dezembro de 2007 de R$357.186 e R$316.318 em 31 de dezembro de 2006, para reconhecer a perda temporária existente. Por serem operações de cobertura, parte do resultado negativo líquido consolidado de R$157.553 com derivativos é compensado pela receita de variação cambial das dívidas, no valor de R$93.901 (R$70.749 em 31 de dezembro de 2006).

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, pode ser verificada na tabela 39.

• Tele Norte Celular Participações

Divulgou que a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Ainda segundo a empresa, a administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

O risco de taxa de câmbio relaciona-se com a possibilidade de computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e das despesas financeiras correspondentes. Para que estes tipos de riscos sejam reduzidos realiza operações visando a proteção de variação cambial mediante contratos de *swap* de moeda e juros.

Em 31 de dezembro de 2007, o valor atualizado dos contratos de *swap* monta a R$153.510 e a R$191.897 em 2006. Esses possuem vencimento em janeiro de 2009.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras. No exercício de 2007, as perdas líquidas relacionadas aos contratos de swap totalizaram R$ 47.739 e em 2006 foram de R$42.883. Nesse mesmo período o ganho com variação cambial, relacionado principalmente com a dívida em moeda estrangeira totalizou R$ 36.081, (2006 – R$21.341).

Em 31/12/ 2007, o valor a pagar líquido relativo aos contratos de *swap* totalizou R$ 53.264 (2006 - R$ 39.829), sendo que R$ 45.815 (2006 R$ 22.400) estão apresentados no

exigível a longo prazo e R$ R$ 7.449 (2006 R$ 17.429) e no passivo circulante. Chegou ao final de 2007 com um saldo de endividamento total de R$ 151,8 milhões, sendo sua totalidade contratada em US$. Da dívida denominada em moeda estrangeira, 100,0% estava protegida por operações de *hedge*, que têm o objetivo de reduzir os riscos cambiais, todavia, não apontou o custo dessa operação.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, pode ser verificada na tabela 45.

• TELEMIG Celular Participações

Evidenciou que a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

Os riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e das despesas financeiras correspondentes. Para que estes tipos de riscos sejam reduzidos, realiza operações visando a proteção de variação cambial (*hedge*), através de contratos de *swap* de moeda e juros, entretanto, não apontou os custos do *hedge.*

Em 31 de dezembro de 2007, o valor atualizado dos contratos de *swap* monta a R$141.704 (2006 - R$171.040). Os contratos possuem vencimento em janeiro de 2009.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras. No exercício de 2007 as perdas líquidas relacionadas aos contratos de swap totalizaram R$48.091, sendo que em 2006 foram de R$43.728. Neste mesmo período o ganho com variação cambial totalizou R$30.075 (2006 – R$21.099).

Em 31/12/ 2007 o valor a pagar líquido relativo aos contratos de *swap* totalizava R$91.630 (2006 - R$43.539) e está apresentado no passivo exigível a longo prazo.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, pode ser verificada na tabela 51.

• TIM Participações

Evidencia que os riscos da taxa de câmbio referem-se à possibilidade das controladas computarem prejuízos resultantes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos devedores de empréstimos obtidos no mercado e das despesas financeiras correspondentes.

Para reduzir esses tipos de riscos as controladas estabelecem contratos de swap com instituições financeiras. Atualmente, a TIM, não possui ativos financeiros significativos indexados a moedas estrangeiras.

- **VIVO Participações**

Segundo a empresa, todas as dívidas em moeda estrangeira estão cobertas por operações de *hedge*, que blindam a empresa em relação a possíveis oscilações negativas na cotação das moedas estrangeiras.

6.2.4 Risco da Taxa de Juros

- **Brasil Telecom Participações**

Evidenciou que o ativo consolidado decorre de empréstimos remunerados, bem como títulos de renda (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal. A remuneração desses títulos é equivalente a 95% da taxa SELIC.

A exposição à taxa de juros, pode ser verificada na tabela 7.

- **GVT (Holding)**

A empresa evidencia que as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancários e fundos de renda fixa, remuneradas às taxas que variam de 100% a 101,2% do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI.

A exposição à taxa de juros, pode ser verificada na tabela 14.

- **Tele Norte Leste Participações**

Divulgou que possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP ou no CDI, no caso das dívidas expressas em reais, da *LIBOR* no caso da dívida expressa em US$dólar, LIBOR japonesa da parte da dívida expressa em Yen japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES quanto à expressa em cesta de moeda do BNDES. Segundo a empresa, de forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a TNL e suas controladas possuem operações de "swap" que alteram as taxas LIBOR para taxas fixas.

Em 31 de dezembro de 2007, aproximadamente 85% (2006 - 80%) da dívida contratada, incluindo debêntures, estavam sujeita a taxas de juros flutuantes, e 8% (2006 – 13%) foram trocados por taxas fixas por meio das operações de "swap".

A exposição à taxa de juros, pode ser verificada na tabela 30.

- **Telecomunicações de São Paulo**

Explicitou que esse risco é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, internas e externas, que afetem negativamente os encargos financeiros e conseqüentemente seu endividamento.

Em 31/12/ 2007, possuía R$943.270 (R$822.603 em 31 de dezembro de 2006) em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R$784.659 (R$553.394 em 31/12/ 2006) captados a taxas de juros fixas e R$158.612 (R$269.209 em 31/12/ 2006) captados a taxas de juros variáveis (*Libor)*. Para cobrir o risco cambial e de taxas de juros variáveis externas dessas dívidas em moeda estrangeira, a TELESP contratou operações de *hedge* de modo a atrelar essas dívidas à moeda local, com taxas de juros flutuantes indexadas ao CDI, fazendo com que o endividamento seja afetado por oscilações nessa taxa. Compõe também a posição de empréstimos e financiamentos o valor de debêntures emitidas em 2004, com remuneração baseada na variação do CDI, de R$1.512.357 (R$1.514.514 em 31/12/2006), conforme descrito na Nota 16.

Por outro lado, a empresa investe o excesso de disponibilidade em aplicações financeiras, cujo saldo foi de R$348.648 em 31/12/2007 e R$173.165 em 31/12/2006 principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na variação do CDI, o que também contribui para reduzir esse risco. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Evidenciou que em 31/12/2007, possuía operações de *swap* – CDI x pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. Estas operações de cobertura, com o principal contratado de R$810.032 (R$908.316 em 31/12/2006) geraram um resultado positivo consolidado de R$4.514 em 2007 e R$2.110 em 31/12/ 2006, sendo que esse ganho temporário foi registrado na DRE e no passivo.

A TELESP contratou também operações de swap CDI + 0,35% para percentual do CDI com principal de R$1.500.000, fluxos idênticos aos das debêntures emitidas pela Sociedade e vencimento em 2010.

Outro risco que a TELESP enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia.

A empresa também está sujeita ao risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de s*wap*. A empresa atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Não há informações quantitativas evidenciadas pela empresa.

• **Telenorte Celular Participações**

A empresa evidencia que a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

A exposição à taxa de juros, pode ser verificada na tabela 45.

• **TELEMIG Celular** Participações

Divulgou que a controlada participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias e determinação de limites de exposição.

A exposição à taxa de juros, pode ser verificada na tabela 52.

• **TIM Participações**

Evidenciou que os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições atuais de mercado. Para que esses tipos de riscos sejam reduzidos, as companhias controladas estabelecem contratos de *swap* com instituições financeiras.

O risco da empresa está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas resultantes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos investindo em instituições financeiras conceituadas e observando políticas que estabelecem níveis máximos de concentração de risco por instituição.

Nessa categoria, inclui-se ainda a possibilidade de uma alteração desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em operações de *swap* contratadas a taxas de juros flutuantes.

• **VIVO Participação**

Evidenciou que em 2007 fechou contratos que lhe asseguram recursos para investimentos. Ao saldo somam-se ainda linhas de crédito pré-aprovadas em bancos nacionais, no valor de R$ 1,2 bilhão, que dão condições para ampliar operações e aproveitar oportunidades de mercado. O fluxo de caixa é monitorado freqüentemente e os investimentos financeiros são contratados em instituições de primeira linha, com o cuidado adicional de se conjugar análise de *rating* dos bancos para determinar a alocação de recursos.

Não há detalhes relativos aos índices (ex. CDI, TJLP etc.), em que as aplicações foram realizadas.

6.2.5 Risco de Crédito

- **Tele Norte Leste Participações**

A empresa evidenciou que a concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira e dos controles de monitoramento aplicados. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas nas suas realizações.

- **Telecomunicações de São Paulo**

Explicitou que o risco surge da possibilidade de vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A empresa monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31/12/2007, a carteira de clientes da empresa não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

- **Tele Norte Celular Participações**

Evidenciou que o risco de crédito associado às contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos. A Companhia continuamente monitora o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telecomunicação é bloqueado sempre que sua conta não é paga há mais de 15 dias do vencimento. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantida por razões de segurança ou defesa nacional. O risco de crédito das contas a receber de prestação de serviço móvel de telecomunicações é diversificado. Mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pagos que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em 31/12/2007, possuía provisão para cobrir eventuais perdas no contas a receber no montante de R$ 42.780 e em 2006 de R$ 42.494.

• **Telemig Celular Telecomunicações**

O risco de crédito associado às contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos. A companhia continuamente monitora o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telecomunicação é bloqueado sempre que sua conta não é paga há mais de 15 dias do vencimento. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantida por razões de segurança ou defesa nacional. O risco de crédito das contas a receber de prestação de serviço móvel de telecomunicações é diversificado. Mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pagos que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em 31/12/2007, possuía provisão para cobrir eventuais perdas no contas a receber no montante de R$28.175 e em 2006 de R$27.970.

• **TIM Participações**

Evidenciou que o risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem prejuízos resultantes de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para reduzir esse risco realiza análises de crédito auxiliando a gerência quanto a problemas de cobrança, além de monitorar as contas a receber de assinantes, bloqueando telefonemas, no caso dos clientes não paguem suas dívidas. As controladas, em geral, não exigem garantias de seus clientes.

• **VIVO Participações**

Explicitou que a gestão rígida da carteira de clientes minimiza o risco de inadimplência, cujo percentual caiu nos últimos anos.

A Empresa utiliza um sistema que informa o atendente das lojas sobre o perfil do cliente, com base em instituições como Serasa e SPC, permitindo ao profissional oferecer a solução mais adequada ao usuário e que reduza a possibilidade de não-pagamento.

6.2.6 Riscos Contingenciais

• **Brasil Telecom Participações**

Evidenciou que efetua periodicamente a avaliação dos riscos contingenciais, inclusive revisões judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. Estes riscos são classificados de acordo com a probabilidade de ocorrência, conforme segue: prováveis, possíveis ou remotas, baseado em análise dos assessores jurídicos da empresa.

A exposição das contingências está expressa nas tabelas 9 e 10.

- **GVT (Holding)**

Divulgou que, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão para as contingências cujo grau de risco foi de provável perda (assim entendidas as ações em que a possibilidade de perda supere a possibilidade de êxito) em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31/12/2007, existiam outros processos jurídicos cujos riscos de perdas foram avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo possíveis ou remotos, no montante de R$ 402 milhões, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem sua contabilização para casos cuja possibilidade de perda seja classificada como possível ou remota.

A exposição das contingências pode ser verificada na tabela 19.

- **Tele Norte Leste Participações**

As provisões são constituídas para os riscos com expectativa de perdas prováveis, possíveis e remotas, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados e ou informados, com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Provisionou e classificou no balanço patrimonial, R$ 1,9 milhões em 2007, a título de "perda provável", no exigível a longo prazo, contra resultado. Chamou a atenção o fato da empresa não classificar nenhuma parte desse montante, no passivo circulante.

Destacou também que em 31/12/2007, existiam outros processos jurídicos cujos riscos de perdas foram avaliados pelo assessores jurídicos como sendo possíveis ou remotos, no montante de R$ 11,9 milhões em 2007 e R$ 10,8 milhões, em 2006, para os quais nenhuma provisão foi constituída, nos respectivos exercícios fiscais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem sua contabilização para casos cuja possibilidade de perda seja classificada como possível ou remota.

A empresa evidenciou ainda, que conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente de acordo com as seguintes taxas de juros e índices:

Tributárias: Variação da taxa de juros SELIC e UFIR;

Trabalhistas: Índices dos TRT's - Tribunal Regional do Trabalho, acrescida de 1% de juros ao mês;

Cíveis: UFIR – Unidade Fiscal de Referência, acrescido de juros (0,5% até 9 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 10 de janeiro de 2003) ao mês, e
ANATEL - IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

- **Telecomunicações de São Paulo S.A**

A empresa evidenciou que as provisões são constituídas para os riscos com expectativa de perdas prováveis, possíveis e remotas, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados e ou informados, com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Possui diversas provisões decorrentes de ações de natureza trabalhista, tendo provisionado R$ 456.188, no consolidado, para fazer face às perdas prováveis.

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas ações relativas, principalmente, as diferenças salariais, equiparações salariais, horas extras, relação de emprego de funcionários de terceiros e adicional de periculosidade, entre outros. Efetuou depósitos judiciais no montante de R$ 114.579 para as provisões mencionadas.

Com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, foi constituída provisão para as contingências de natureza tributária no montante de R$232.152 em 31 de dezembro de 2007.

Realizou depósitos judiciais no montante de R$ 51.484 para as provisões.

As contingências, notadamente, concernentes ao grau de risco possível, envolvem ações relacionadas a diversos objetos processuais, destacando-se: titularidade não reconhecida de linha telefônica, indenização por danos materiais e pessoais. Realizou depósitos judiciais no montante de R$ 4.894 para as provisões mencionadas.

A TELESP como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas e das controladas responde por processos judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A tabela 38 evidencia a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício de 2007.

A Telesp não deixou claro que as provisões com expectativas de perdas possíveis e remotas, não são contabilizadas pelas incertezas de pagamentos.

A exposição às contingências está nas tabelas 35, 36, 37 e 38.

- **TIM Participações**

A empresa explicitou que é parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas. A exposição das contingências pode ser verificada na tabela 56.

As empresas Tele Norte Celular Participações, TELEMIG Celular Participações e VIVO Participações não evidenciaram riscos relativos a Contingências.

6.2.7 Risco Operacional

- **GVT (Holding)**

A empresa evidencia que em 31/12/2007, a controlada possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para todos os bens de ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Não há evidenciações quantitativas. Não menciona seguro de lucro cessante..

- **Tele Norte Leste**

A empresa evidencia que os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

A exposição das contingências pode ser verificada na tabela 27.

- **Telecomunicações de São Paulo**

Explicitou que a política da TELESP e suas controladas, bem como do Grupo *Telefónica*, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da *Telefónica* S.A. Neste particular, a Telesp cumpre integralmente a Legislação Brasileira para as contratações das apólices de seguros.

Não se observou a existência de evidenciações, no que tange ao registro de seguro de lucro cessante.

- **Tele Norte Celular**

Expressou que em 31/12/2007, bem como em 31/12/2006, a controlada possuía cobertura de seguros para riscos operacionais, incluindo os bens do estoque, bens locados,

ativo imobilizado e lucros cessantes, em montantes contratados com base na avaliação da Administração, considerando os riscos e valores envolvidos.

Mencionou que adicionalmente, a controlada possui seguros de responsabilidade civil, auto-frota e transporte nacional.

A exposição das contingências pode ser verificada na tabela 44.

- **TELEMIG Celular Participações**

Relatou que em 31/12/2007, bem como em 31/12/2006, a controlada possuía cobertura de seguros para riscos operacionais, incluindo os bens do estoque, bens locados, ativo imobilizado e lucros cessantes, em montantes contratados com base na avaliação da Administração, considerando os riscos e valores envolvidos.

Adicionalmente, a controlada possui seguros de responsabilidade civil, auto-frota e transporte nacional.

A exposição das contingências pode ser verificada na tabela 50.

- **TIM Participações**

A empresa não evidenciou esse tipo de risco.

- **VIVO Participações**

A empresa não referenciou esse tipo de risco.

6.2.8 Responsabilidade socioambiental

Neste tópico se destacam informações evidenciadas pelas empresas, no contexto da sustentabilidade e que envolvem: Pessoal, Demonstração do Valor Adicionado, Inserção Ambiental e Responsabilidade Social das empresas.

- **Brasil Telecom Participações S.A.**

Encerrou o ano de 2007 com 16.769 funcionários, sendo que cerca de 80%, possui ou está cursando o nível superior.

Explicitou o perfil, quantidade de colaboradores por Empresa (inclui controladas)**,** por função, distribuição por gênero, por grau de instrução. Explicitou a importância de possuir política para atração e retenção de profissionais de alto desempenho; divulga a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, já há vários anos, sendo que em 2007 gerou valor no montante de R$7.720 milhões, distribuídos ao governo que ficou com 66%, ao pessoal com 9%, aos rentistas 14% e aos acionistas 11%. Essa DVA foi elaborada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 3. - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.010 de 21.01.2005.(D.O.U.: 25/01/2005).

Tem uma preocupação específica com as comunidades da região onde está presente. A empresa está consciente de sua responsabilidade no desenvolvimento sustentável do planeta, por meio do equilíbrio econômico, social e ambiental, alinhado às boas práticas de governança corporativa, ética e transparência, com sustentabilidade como valor. Um ponto que a diferencia é seu compromisso com a ONU, de disseminar os princípios relacionados aos Direitos do Trabalho, proteção ao Meio Ambiente, Combate à Corrupção e Direitos Humanos.

• GVT (Holding) S.A

Em 31 de dezembro de 2007 contava com 3.125 colaboradores. Do total de colaboradores, 46% da mão-de-obra é formada por profissionais com curso superior completo ou incompleto. A Companhia realiza um amplo programa de treinamento de pessoal, presencial ou à distância, aonde os investimentos atingiram R$ 1,9 milhão em 2007, tendo sido realizadas 287.000 horas de treinamento, uma média de 100 horas por colaborador.

A GVT também oferece diversos benefícios aos empregados, no formato de cesta de benefícios possibilitando a livre escolha e flexibilidade do padrão específica para cada pessoa ou grupo familiar.

Quanto ao DVA a evidenciação está prejudicada, pois a GVT considerou dados só da Holding, sendo que até 2007 não publicava essa demonstração.

Como programa socioambiental, A GVT tem como destaque o “Projeto Educando”, o qual apóia 15 instituições, priorizando centros comunitários, ONGs e escolas públicas, com acesso gratuito Internet Banda Larga e material didático.

O nível de evidenciação dessa empresa nesse tópico é por demais limitados e insuficientes.

• TELE NORTE LESTE PART. S.A.

A empresa possuía ao final de 2007**:** 9.936 Colaboradores, 325 Estagiários e 60 Aprendizes Técnicos. Ademais, emprega 54 portadores de necessidades especiais no Time. Do total de Colaboradores, 68% são do sexo masculino, e 32% do sexo feminino. Sendo que, nos cargos executivos, a distribuição é de 24% de mulheres e 76% de homens.

A média de idade dos colaboradores é de 36 anos, com um tempo médio de Empresa de 7 anos. Está presente em 20 Estados, incluindo São Paulo e Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 100 endereços. Mais de 50% do efetivo tem curso superior, sendo que cerda de 15% tem pós-graduação/mestrado/doutorado.

Um ponto a destacar na Tele Norte são os programas de saúde, qualidade de vida, e o oferecimento de planos de benefícios de aposentadoria aos empregados.

Quanto ao DVA, que a empresa publica regularmente notou-se uma das piores distribuições para os funcionários (5%) entre as empresas analisadas, sendo que o governo abocanhou a maior fatia com cerca de 60% em 2007. O DVA gerado é significativo tendo atingido R$11.866 milhões em 2006 e crescido para R$13.848 milhões em 2007.

Pontos a destacar que diferenciam nas evidenciações analisadas da Tele Norte, é quanto sua preocupação com programas de otimização no consumo de água e energia e incentivo à inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho.

• Telecomunicações de São Paulo S.A.

O Grupo Telefônica possuía em 75.839 postos de trabalho, também gera milhares de postos de trabalho indiretos. No fim de 2007, somente a atividade da Telefônica demandou a colaboração de 29.363 trabalhadores terceirizados, conforme explicita em seu relatório de 2007, já mencionado. Esse emprego corresponde, em sua maioria, à contratação para atividades como a instalação e manutenção de linhas e serviços.

Atua em parceria com as empresas contratadas com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação

Publica regularmente a DVA. Em 2007 gerou de valor a distribuir o montante de R$11.503 milhões. Na análise da DVA da Telefônica, observou-se que o grande beneficiário da distribuição da DVA é o governo, via impostos e taxas, federais, estaduais e municipais, que apresentou um aumento no período, passando de 59,77% em 2005 para 62,46% em 2007, bem acima da média da carga tributária nacional, que se situa ao redor de 36%.

Aos funcionários coube, somente, 5,25% em 2005, evoluindo para 7,40% em 2007, e os acionistas observaram sua participação diminuir, passando dos 22,80% em 2005 para 20,54 em 2007.

Um ponto a destacar na TELESP é a possibilidade de encaminhar funcionários (exclusivo para profissionais do Grupo Telefônica), para Espanha, em Barcelona, na Universidade Corporativa Telefônica, visando promover o treinamento contínuo do funcionário.

Como ponto a destacar que a diferencia das outras empresas, é com respeito ao plano estratégico de Meio Ambiente, definido pela empresa para o período 2008-2012, baseado em cinco pontos: mudança climática, gestão ambiental, gestão de resíduos, desenvolvimento responsável da rede e telecomunicações e desenvolvimento sustentável.

Outro ponto a destacar diz respeito ao compromisso com a integração sociolaboral das pessoas com deficiência. A Telefônica mantém um programa para a inserção do profissional

com deficiência, desenvolvido sob a ótica da eficiência e da igualdade de oportunidades. A legislação brasileira estabelece que empresas com mais de mil empregados devem ter pelo menos 5% de pessoas com deficiência em seu quadro.

- **Tele Norte Celular Participações S.A**

Possuía 419 empregados ao final de 2007, e 814 em 31.12.06, inclusive estagiários, porém não detalhou o quadro de pessoal, dificultando sua análise. Diz que investe constantemente para estimulá-los por meio da oferta de oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não-discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e remuneração justa.

Mantém uma Universidade Corporativa, o Campus, que promoveu, no ano, 1.327 treinamentos presenciais e virtuais correspondendo a 210.669 participações, incluindo empregados próprios e de empresas que integram a cadeia de valor da Telemig Celular.

Como destaque que a diferencia das demais empresas, é manter uma Universidade Corporativa. Segundo a empresa, este campus, promoveu no ano, a capacitação de 15, 7 mil participações, incluindo empregados próprios e de empresas que integram sua cadeia de valor.

Não publica a DVA.

Do ponto de vista da inserção ambiental A Amazônia Celular pauta suas ações procedimentos buscando práticas ecologicamente corretas. Elas abrangem todas as instalações da Empresa (prédios administrativos, sistemas, redes de telecomunicações e lojas próprias) e orienta sua atuação pelas seguintes diretrizes, amplamente divulgadas entre os empregados.

Com referência a responsabilidade social a empresa explicita que conduz suas ações de forma responsável e a contribuir para o alcance da sustentabilidade. Sob essa diretriz, o Instituto Amazônia Celular (IAC) conduz o Programa Pró-Conselho, e gerencia as ações da Organização Beneficente Amazônia Celular (OBA), por meio das quais os empregados demonstram sua consciência social.

- **Telemig Celular Participações S.A.**

Possuía 2.893 empregados em 31.12.2007, porém não evidenciou seu detalhamento. Investe constantemente para estimulá-los por meio da oferta de oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e remuneração justa.

Explicitou que se preocupa em proporcionar condições para que os empregados desenvolvam competências, sendo que em 2007 **ofereceu 448 mil horas de treinamentos**, um investimento de R$4,1 milhões.

No que tange **à Demonstração do Valor Adicionado** observou-se que a empresa não publica esse relatório, empobrecendo, sobremaneira sua comunicação com as partes interessadas, seus *stakeholders* e *shareholders* minoritários.

Um ponto a destacar na Telemig é o programa RH Itinerante, iniciativa em que representantes da área de Recursos Humanos vão até as lojas e CCCs da Telemig Celular apresentar as principais ações por ela desenvolvidas, visando integrar esses colaboradores à Empresa.

Como destaque que a diferencia das demais empresas, é a evidenciação de que em 2007, a empresa investiu R$ 2,6 milhões (recursos próprios) no desenvolvimento de atividades sociais e culturais.

• TIM Participações S.A.

A empresa encerrou o ano de 2007 com 10.039 funcionários, a maioria com ensino superior (56%) ou médio completo. Os colaboradores foram apresentados por escolaridade, faixa etária, total de funcionários próprios, de terceiros e estagiários.

A empresa destacou a remuneração bruta paga a seus funcionários, terceirizado e estagiários, conforme explicita a seguir:

Remuneração bruta (em milhares de reais)	**2007**	**2006**	**2005**
Funcionários	236.696	228.854	197.925
Terceirizados	24.833	23.081	24.813
Estagiários	4.077	3.698(**)	3.072(**)

Um ponto a destacar na TIM é o programa “Qualidade de Vida TIM”, que encoraja os funcionários a alterar o estilo de vida e a ter hábitos mais saudáveis, por meio da mudança de hábitos alimentares, da redução do estresse e do sedentarismo.

A TIM publica a DVA com regularidade, sendo que em 2007 gerou de VA o montante de R$5.659 milhões e R4.805 milhões em 2006. O governo foi o maior beneficiário com cerca de 78% em 2007, maior ainda do que os 77% do ano de 2006. A parcela destinada aos trabalhadores foi ínfima e alcançou 11% em 2006, todavia, reduzindo-se para 9% em 2007.

Como destaque que a diferencia das outras empresas, são o grande número de projetos socioambientais, com ênfase para programas que visam economizar energia elétrica, reaproveitamento da água da chuva, da utilização de papel reciclado e conter a emissão de CO^2 (dióxido de carbono) na atmosfera.

• Vivo Participações S.A.

A empresa encerrou 2007 com o total de 5.600 colaboradores e em 2006 com 5.896. A redução deve-se, principalmente, à centralização de algumas atividades e à otimização dos processos da empresa.

O pessoal foi detalhado por atividades; por tempo de empresa, sendo que mais de 50% têm até 5 anos, 87% trabalha na empresa até 10 anos**;** por gênero; por gênero e cargo; faixa etária e por nível de instrução.

O número de funcionários com nível superior é de 71%, número significativo, sendo menor somente que da Brasil Telecom.

Um ponto a destacar na VIVO é referente ao programa que busca os exemplos de gestão mais eficiente, com base na comparação às práticas de mercado para aferição dos níveis de competitividade, com objetivo de retenção de seus colaboradores.

A empresa publica a DVA com regularidade. Gerou de VA o montante de R$4.137 milhões em 2005, R$5.268 milhões em 2006 e R$6.215 milhões em 2007. Observou-se que o nível de distribuição aos funcionários foi de 9,6%, ficando abaixo de 2006 que foi de 10,92%. O governo mais uma vez como ocorre neste setor ficou com a maior fatia, alcançando 72% em 2007.

Como destaque que a diferencia de outras empresas, são os benefícios oferecidos aos seus colaboradores, que são diferenciados no mercado de telecomunicações,

6.3 Conclusões

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar se as empresas brasileiras do setor de telecomunicações com ações listadas na BOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York, no período 2005 a 2007, divulgaram através dos seus relatórios anuais, alguma variação qualitativa relativamente ao nível de evidenciação da Governança Corporativa e, em particular as informações dos riscos empresariais, bem como verificar a evolução qualitativa de informações socioambientais em seus relatórios.

Assim, conclui-se que os objetivos específicos foram todos atendidos nos capítulos 4 e 5 do trabalho. Pode-se perceber que as empresas analisadas evidenciam riscos, tais como, relativos à indústria brasileira de telecomunicações, relativos ao Brasil, associados às ações preferenciais ou *American Depositary Shares* e de negócio, somente no relatório enviado a SEC. Percebe-se também uma padronização das informações evidenciadas, com chavões repetitivos pelas empresas, sem terem a preocupação de melhorarem ou se diferenciarem no conteúdo apresentado.

Quanto às evidenciações apresentadas nos relatórios enviados a CVM, nota-se que algumas empresas evidenciam os riscos empresariais de uma forma mais detalhada do que as

outras. Neste particular, as empresas que mais se destacaram foram a Brasil Telecom Partic. S.A. e Tele Norte Leste Part. S.A.

A GVT (Holding) não evidencia os riscos inerentes a sua operação de forma detalhada, limitando-se a apresentar os requisitos dos níveis de Governança em que está listada, dando a entender que se está no nível de Novo Mercado (NM) na Bolsa de Valores de São Paulo, subentende-se que está cumprindo o que a legislação e acordo (BOVESPA) estabelecem.

Ainda sobre a GVT (Holding), esperava-se que por ser a única listada na BOVESPA no segmento de Novo Mercado, que os riscos fossem melhor evidenciados, o que na realidade não foi constatado. A partir desta constatação presume-se que não há um acompanhamento por parte da CVM, quanto ao cumprimento de suas orientações, para que as empresas listadas nos níveis de governança cumpram o compromisso com a BOVESPA, no sentido de fornecerem informações complementares a que a legislação exige principalmente aos acionistas minoritários.

No caso da Brasil Telecom Participações S.A, listada na BOVESPA, no nível 1 de governança, ocorre o contrário, ou seja, a empresa cumpre todas as orientações da CVM, evidenciando com detalhes todos os riscos decorrentes da operação da empresa. Quanto às demais empresas analisadas, de modo geral, todas evidenciaram de acordo com a legislação vigente.

O que chamou a atenção na investigação feita nos relatórios anuais, tanto os enviados à CVM como à SEC, foi que nenhuma das empresas analisadas, inclusive as que estão listadas nos níveis de governança, evidenciaram o risco energético, desconsiderando completamente o risco de "apagões" que com certeza, ocorrendo, prejudicarão os cumprimentos das metas da empresa, reduzindo receitas e conseqüentemente afetando sua rentabilidade e investimentos.

No item "Riscos Cambial", referente à exposição de variação cambial dos empréstimos denominados em moeda estrangeira, somente as empresas Telecomunicações de São Paulo S.A e TELEMIG Celular Participações S.A, evidenciam com detalhes, através de dados quantitativos comparativos, os "hedges" existentes, eliminando os riscos da volatilidade da taxa cambial.

As demais empresas se limitam a evidenciarem a posição de empréstimos em moeda estrangeira, informando, **sem demonstrar números**, que a empresa tem efetuado operações de *hedge*, visando eliminar os riscos cambiais.

Já a TIM Participações S.A e a VIVO Participações S.A., nem evidenciam as posições se quer dos empréstimos em moeda estrangeira.

Realce-se que nas análises efetuadas, não é possível concluir, pelas evidenciações das empresas, se a prática de aplicações em derivativos é somente com intuito de proteção cambial dos empréstimos contraídos em moeda estrangeira, ou existem parcelas destas aplicações efetuadas a nível especulativo, o que poderia causar um impacto adverso nos resultados das empresas, se houvesse uma volatilidade da variação cambial.

Outro ponto importante que também não fica muito evidenciado nos relatórios analisados são as posições de empréstimos contraídos pelas empresas, com cláusulas de *covenants***,** uma vez que, o não cumprimento de alguns indicadores econômicos contratuais (ex. EBITDA), pode ocasionar a antecipação de todas as parcelas dos empréstimos contraídos neste tipo de financiamento, o que causará um impacto adverso no fluxo de caixa das empresas, prejudicando o resultado operacional e novos investimentos.

O estudo não pretende esgotar a busca entre a governança corporativa e as evidenciações dos riscos empresariam e socioambientais, mas sim promover novas discussões e interesses nessa linha de pesquisa.

Assim conclui-se, que no caso das empresas listadas nos níveis de governança, deverão ser melhor acompanhadas pela CVM, visando o cumprimento do compromisso destas empresas com a BOVESPA, no sentido de evidenciarem os riscos de suas operações com detalhes complementares, além dos exigidos pela legislação.

Com respeito aos derivativos e financiamentos com cláusulas com *covenants*, a CVM deveria criar outros mecanismos para que as empresas, dentro da legislação, informem as posições, de tal forma, que o usuário da informação, possa ter certeza dos riscos que poderão acontecer, caso ocorra volatilidade do cambio, no caso dos derivativos em aplicações especulativas, bem como, sobre o não cumprimento dos indicadores econômicos (*covenants)* de financiamentos contraídos.

O presente trabalho, em função das limitações impostas, deixa questões em aberto que poderão ser pesquisadas sob outras perspectivas. Assim recomenda-se que o estudo seja realizado em outros segmentos, que tenham suas ações listadas na BOVESPA e na NYSE, para contribuir no aspecto qualitativo e quantitativo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.M., DAVID, F., CROWTHER, D. & MAGRO, F.**A European Perspective on Corporate Social Responsibility. Paper presented at the 7th Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference** (IPA 2003), Madrid, Spain.

AGUIAR, Carlos Guilherme de Paula. **Monografia Governança Corporativa e Geração de Valor Aos Acionistas.** Rio de Janeiro. Monografia-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) – Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, Paschoal Rossetti Jose. **Governança corporativa**. 2 ed. atual. e amoli. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

ASHLEY, Patrícia. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. S.Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔNOMICO E SOCIAL. **As Grandes Empresas no anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças.** Artigo – Siffer, Nelson Filho; Silva, Carla Souza. Disponível em httt://www.bndes.gov.br.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **Controles Internos como Instrumento de Governança Corporativa.** Artigo Revista do BNDES. Rio de Janeiro, V. 12, N. 24, P. 149-188. Dez. 2005. BERGAMINI, Sebastião Junior. Disponível em http//www.ppge.ufrgs.br/giacomo; acesso em 20/10/08.

BARALDI, Paulo. **Gerenciamento de Riscos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BERGAMINI, Sebastião Junior. **Controles Internos como um instrumento de Governança Corporativa**. Rio de Janeiro. Revista do BNDES, V. 12, N. 24, P. 149-188, Dez. 2005. Disponível em http//www.bndes.gov.br.

BERNSTEIN, Peter . L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BEUREN, Ilse M.. **Trajetória da construção de um trabalho monográfico**. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 46-75.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Empresas Listadas – Setor de Atuação.** Disponível em http://www.bovespa.com.br; acesso em 27/05/08

BORGERTH, Vania Maria da Costa. SOX – **Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CARVALHO, Antonio Gledson. **Governança corporativa no Brasil em perspectiva**. Revista de Administração, São Paulo, v. 37, nº 3, jul/set.2002.

CLARK, Ivan. **O PIB agradece: as práticas contábeis brasileiras x IFRS**. Boletim Conselho Regional de Contabilidade, nº 152, p. 10-12, set/out/nov 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa.** Disponível em http://www.cvm.gov.br., junho 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **A Governança Corporativa no Brasil: Um Estudo de Caso no Setor de Telecomunicações.** Artigo (extrato de tese). Revista CVM. ALMEIDA, Flávia Gabriel; ALMEIDA, Leandro Cabral. Disponível em http://www.cvm.br.

COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. **Libro Verde: fomentar un marco europeo para responsabilidad social de las empresa**s. Bruxelas, 2001.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves, RIBEIRO, Maisa de Souza Ribeiro, SANTOS, Ariovaldo dos. **A Demonstração Do Valor Adicionado como Instrumento De Mensuração Da Distribuição Da Riqueza**. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 37, p. 7–23, Jan./Abr. 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DONOUGH, William J. Mc. ***Risk Management, Supervision and the New Basel Accord. In: Legal And Compliance Conference,*** *New York*, 2003.

DOTI, Gabriela; Silva, César Augusto Tibúrcio : **Risco Operacional: uma relação Empírica com o valor de Mercado das Empresas de Telecomunicações.** 4º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2004.

FERREIRA, R. N. **Responsabilidade Social e o Valor das Empresas**. In: ASHLEY, P. A. (org.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva 2006.

FIGUEIREDO, Pedro Gauziski Araújo DE **- Gerência Geral de Controles Internos, PETROBRAS. Gestão de Riscos e Controles Internos.** Rio de Janeiro. Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições (FONAI), 2006.

Freire, F. S. and Rebouças, T. R. S. (2001). **Uma Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro.** In: Silva, C. A. T e Freire, F. S. (Orgs). Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas

FUZINATO, Ronaldo Marques**. COSO: Modelo para gestão de risco em negocio.** Apostila – 11R – SP, 2004

GANNON, D. J. ***International Financial Reporting Standards*- Mudança de Paradigma na Divulgação das Informações Financeira.** Disponível em www.deloitte.com. Acesso em 28/05/08.

GARCIA, Felix Arthur**. Governança Corporativa.** Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://www.cvm.gov.br.

GIBSON, Michael**. Information Systems for Risks Management.** Estados Unidos: Federal Reserve Board. 1997.

HARRIS, M. & TOWNSEND, R. M**. Resourse Allocation Under Assymetric Information, Econometrica, p. 33/64, January, 1981**

HASSET, Joe; MAHONEY, Bill**. Comportem-se!** *Revista RI*: relações com investidores. Rio Investidores. Rio de Janeiro, n. 57, p. 21-22, Nov. 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HUNDZINSKI, Antonia Palácios Navarro**. Governança Corporativa e a Contabilidade: uma contribuição ao estudo da evidenciação contábil de riscos empresariais.** Blumenau. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC**. Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 2003. 3ª versão, ver. e ampl. Disponível em http://www.ibgc.org.br. Acesso em 27/05/08.

IUDÍCIBUS, Sergio de**. Teoria da Contabilidade.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1997.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. **Theory of the Firm: managerial behaviour, agency costs and ownership structures.** Journal of Financial Economics 3,. p. 305-360, 1976.

JORION, Philippe. Tradução Thierry Barbe. **Value at Risk : A nova fonte de referência para gestão de risco financeiro.** 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2003.

KIMURA Herbert; PERERA, Jacob Carlos Luiz. **Modelo de Otimização da Gestão de Risco Em Empresas Não Financeiras.** São Paulo. Revista USP, n. 37, p. 59 – 72, jan/abr. 2005. Disponível em http//www.eac.fea.usp.br.

KOCHE, José Carlos**. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KPMG Peat Marwick (KPMG). **Risk management: resultado da pesquisa 2001.** São Paulo: KPMG, 2002.

KPMG. **International Financial Reporting Standards (IFRS**), 2005. Disponível em wwww.kpmg.com.br. Acesso em 20/10/08.

_____, **Pesquisa 2004 sobre Gerenciamento de Riscos e Governança Corporativa.** São Paulo: KPMG, 2004.

LODI, João Bosco. **Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACCRIMMON, K. R. & WEHRUNG, D. A. Taking Risks, The Free Press, 1986.

MALIENI JUNIOR, Walter. **Práticas de Governança Corporativa e Geração de Valor ao Acionista.** São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2003.

MARTIN, Nilton Cano, et al. **Governança Empresarial, Riscos e Controles Internos: A emergência de um novo modelo de controladoria.** São Paulo. Revista USP, nº 34, p. 7 -22, janeiro/abril 2004.Disponível em http//www.eac.fea.usp.br.

NALEBUFF, Barry J; BRADENBURGER, Adam M. **Co-opetição**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

New York Stock Exchange – NYSE. **Empresas Brasileiras Listadas –** Disponível em www.nyse.com, através do link "*Listings Directory*", em 27/05/08.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo:Saraiva, 2003.

.

RAJAN, R. & ZINGALES, L. **The Governance of the New Enterprise, in Corporate Governance**, Ed. Vives, X., Cambridge University Press, 2000 PEIXE, Francione Cristina Darós. **Novo Mercado: Obstáculos e Atrativos para as Empresas do Nível 1 de Governança Corporativa.** São Paulo. **Dissertação (Mestrado**). Universidade de São Paulo, 2003.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; PESTANA, Armando Oliveira; FRANCO, Sergio Paulo Cintra. **Controladoria de Gestão**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maisa De Souza. **Balanço Social: Avaliação De Informações Fornecidas Por Empresas Industriais Situadas no Estado De Santa Catarina.** Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004.

RAUEN, André Tortato. **Custos de transação e Governança: novas tipologias de relações interfirmas.** Artigo revista Espaço Acadêmico. Santa Catarina, nº 69, fev. 2007.

REIS, Carlos Nelson dos e MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**. S.Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e meio ambiente**. 1992. 141 f. Dissertação (Mestrado Contabilidade e Controladoria) **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo,** São Paulo, 1992.

_____. LISBOA, L. P. **Balanço social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade**. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração. **23º ENANPAD**. Foz do Iguaçu, 1999. Disponível em :< http://www.anpad.org.br/>. Acesso em 20.06.2007.

SANTOS, Paulo Sérgio Monteiro. **Gestão de Riscos Empresariais**. São Paulo: Novo Século, 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Ed.Atlas, 2003.

SETUBAL, Waldomiro Junior. **Homem e Risco : do oráculo à Lei Sarbanes-Oxley**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico. –** 22. ed. rev. ampl. de acordo com a ABTN – São Paulo : Cortez, 2002.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da Silva. **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade: Determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil.** Tese de Doutorado, 2004. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, FEA/USP. São Paulo.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da, BARROS, Lucas Ayres Barreira de Campos FAMÁ, Rubens. **Qualidade da Governança Corporativa no Brasil e os Fatores Que a Determinam**.. Enanpad, 2004. Programa de Pós-Graduação em Administração/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo – PPGA/FEA/USP). São Paulo.

TEDLOW, R. S. & JOHN JR, R. R. **Manaing Big Busines,** Harvard Business Schooll Press, 1986.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio**. Balanço Social** – **Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

_____, **Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos.** São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1996.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2ª edição São Paulo: Atlas, 2008.

TUNCA, Caliyurt Kiymet e CROWTHER, David: **Social Responsibility Effects on Shareholder Prices: An Analysis of the Banking Sector in Turkey, Research Papers in Corporate Social Responsibility** No 8, July 2005, ISSN: 1740-0473, London Metropolitan University, July 2005

WANDERLEY, L.S O., COLLER, J. **Responsabilidade social das empresas: na busca de referencial teórico**. Revista da Angrad, v. 1, n. 2, p. 40-41, Rio de Janeiro, 2000.

WINCKLER, Pablo Rozano; TINOCO, João Eduardo Prudêncio,. **Governança Corporativa ea Contabilidade.** Disponível em: http://www.cfc.org.br/uparq/tema2.pdf. acesso em: 07 dez 2004.

ANEXOS

Anexo 1

Anexo 1 – Brasil Telecom Participações S.A.

Tabela 9: Risco de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira
CONTROLADORA – Em milhares (MILHÕES) de R$

	2005		2006		2007	
	Valor Contábil	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	212	212	-	-	-	-
Total	**212**	**212**	**-**	**-**	**-**	**-**
Circulante	143	143	-	-	-	-
Longo Prazo	69	69	-	-	-	-

Tabela 10: **Risco de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira – em milhares de R$**

	2005		2006		2007	
	Valor Contábil	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	1.005.503	1.050.837	840.177	880.803	636.912	655.533
Contratos de *Hedge*	311.469	301.119	398.518	395.612	398.112	397.832
Total	**1.316.972**	**1.351.956**	**1.238.695**	**1.276.415**	**1.035.024**	**1.053.365**
Circulante	118.544	119.443	203.824	204.938	213.050	213.528
Longo Prazo	1.198.428	1.232.513	1.034.871	1.071.477	821.974	839.837

Tabela 11: Riscos sobre investimentos

Valores em milhares de R$

	CONTROLADORA			**CONSOLIDADO**		
	Valor Contábil e de Mercado			**Valor Contábil e de Mercado**		
	2005	**2006**	**2007**	**2005**	**2006**	**2007**
Ativos						
Empréstimos (Inclui Debêntures)						
Empréstimos Vinculados IGP-M, Coluna (FGV) e IGP-DI	-	-	-	9.173	8.409	7.973
Títulos de Renda, vinculados a:						
Taxa SELIC	-	-	-	2,604	3.280	3.709
Total	**560.459**	-	-	**11.777**	**11.689**	**11.682**

Circulante	-	-	-	3.962	5.557	1.797
Longo Prazo	560.459	-	-	7.815	6.132	9.885

Tabela 12: **Risco sobre Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional**
CONSOLIDADO – Em milhares de R$

	2005		2006		2007	
	Valor Contábil	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Passivos						
Empréstimos vinculados à TJLP	2.356.113	2.354.519	2.240.615	2.261.198	2.112.204	2.123.308
Debêntures - CDI	547.767	540.356	1.625.9391	1.628.510	1.088.956	1.088.956
Empréstimos vinculados a UMBNDES	272.601	273.318	185.881	185.990	94.713	94.713
Contratos de Hedge em UMBNDES	37.630	27.462	22.087	21.197	-	-
Empréstimos vinculados ao IGP-DI	19.310	19.310	25.501	25.501	26.599	26.599
Empréstimos vinculados ao IGP-M	8.158	8.158	-	-	-	-
Outros Empréstimos (Taxa Fixa)	10.530	10.531	36.472	36.472	25,907	25.907
Total	**3.252.109**	**3.233.654**	**4.136.495**	**4.158.868**	**3.348.379**	**3.359.483**
Circulante	1.083.137	1.077.441	905.740	913.887	283.725	287.264
Longo Prazo	2.168.972	2.156.213	3.230.755	3.244.981	3.064.654	3.072.219

Tabela 13: Contingências Prováveis

Ano findo em 31 Dezembro
Consolidado - em milhões de R$

Natureza	**2005**	**2006**	**2007**
-Trabalhista	567	487	422
-Tributária	165	179	373
-Cível	277	346	399
Provisões	**1.009**	**1.012**	**1.194**
Depósitos Judiciais Vinculados	**(356)**	**(279)**	**(296)**
Total das provisões líquidas de Depósitos Judiciais	**653**	**733**	**898**
Circulante	220	176	198
Longo Prazo	433	557	700

Tabela 14: Contingências Possíveis

Ano findo em 31 Dezembro - em milhões de R$

2005	2006	2007

4.404	3.271	3.786

Tabela 15- Contratos de "*SWAP*"

Os valores e datas de vencimento estão detalhadas a seguir (em milhões de R$):

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO		2007	
		SEC	CVM
Quantidades de contratos	49	S	N
Valores (em milhões de R$)	400		
Datas de vencimento (em milhões de R$)			
Até 1 ano	119		
Acima de 1 ano	281		

Anexo 1 – GVT Holding

Tabela 16 - Disponibilidade e aplicações financeiras:

	Consolidado		
	2005	2006	2007
Caixa e bancos	9.974	8.529	15.140
Aplicações financeiras	55.648	33.648	548.967
Total	65.622	42.177	564.107

Tabela 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Valores em milhares de Reais	
	Consolidado	
	2006	2007
Imposto de renda diferido líquido total	287.740	217.996
Ativo Circulante	54.571	-
Exigível em longo prazo	87.740	163.425

Tabela 18 - Empréstimos e financiamentos (consolidado)

	Valores em milhares de Reais	
	Consolidado	
	2006	2007
Passivo circulante		
Financiadores externos	2.019	1.567
Financiadores locais	75.920	28.395
Total	77.939	29.962
Passivo não circulante		
Financiadores externos	656.228	317.880
Financiadores locais	26.288	106.639
Subtotal	682.516	424.519
Dívidas conversíveis externos	423.516	-
Total	1.106.032	424.519

Tabela 19 – Passivo não circulante

Ano de vencimento:	**em milhares de R$**
2009	25.233
2010	20.429
2011	337.999
2012	20.429
2013	20.429
Total	424.519

Tabela 20 - Composição dos saldos (inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007):

Descrição	**Saldo contábil**	**Valor de mercado consolidado**
Disponibilidades	15.140	1 5.140
Aplicações financeiras	548.967	548.956
Contas a receber	282.752	282.752
Empréstimo e financiamentos:		
Em moeda nacional	135.034	135.034
Em moeda estrangeira	319.447	319.310

Tabela 21 – Compromissos e Contingências

	em milhares de reais	
	2006	2007
Cíveis		
PROCON	86	52
Juizados Especiais	1.581	1.873
Justiça Comum	4.361	4.531
Total cíveis	6.028	6.456
Trabalhistas		
Funcionários	825	1.523
Terceiros	656	1.846
Total trabalhista	1.481	3.369
Tributárias		
Estadual	1.057	3.855
Federal	1.813	13.169
Total tributárias	2.870	17.024
Outras	1.009	5.264
Total	11.388	32.113
Provisão para contingências (circulante)	2.253	2.534
Provisão para contingências (não circulante)	9.135	29.579

Anexo 1 – Tele Norte Leste

Tabela 22 – Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Contas em atraso	**% de perda provisionada**
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

A partir de 181 dias em atraso, as contas a receber e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa são revertidas no balanço patrimonial.

Tabela 23 - Detalhamento dos processos por natureza de risco, líquido de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2007

	2007			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Prováveis	637.626	582.424	727.134	1.947.184
Possíveis	7.273.414	387.124	2.470.693	10.131.231
Remotas	691.791	683.945	375.062	1.750.798
Total	8.602.831	1.653.493	3.572.889	13.829.213

Tabela 24 - Detalhamento dos processos por natureza de risco, líquido de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2006 (consolidado)

	2006			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Prováveis	673.507	924.978	555.126	2.153.611
Possíveis	6.011.933	958.526	1.807.420	8.777.879
Remotas	273.406	1.085.024	625.677	1.984.107
Total	6.958.846	2.968.528	2.988.223	12.915.597

Tabela 25: Composição do saldo, das perdas classificadas como prováveis no período 2006 e 2007, em milhares de R$

	Consolidado	
	2007	**2006**
Tributárias		
ICMS	388.954	286.093
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	79.416	89.100
FUST	54.169	64.525
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	50.350	46.811
ISS	49.027	49.622
FUNTTEL	44.864	28.151
ILL	43.346	41.119
Demais ações	79.128	138.510
Depósitos judiciais vinculados (*)	(151.628)	(70.424)

	637.626	673.507
Trabalhistas		
Horas extras	192.683	371.860
Diferenças salariais	126.402	127.787
Indenizações	89.023	106.639
Multas trabalhistas	81.887	36.746
Adicionais diversos	78.283	121.379
Subsidiariedade	62.579	262.223
Honorários advocatícios/periciais	41.301	23.995
Complemento de aposentadoria	31.937	25.912
Verbas rescisórias	23.415	18.949
FGTS	15.280	9.184
Vínculo empregatício	14.839	884
Demais ações	59.317	23.319
Depósitos judiciais vinculados (*)	(234.522)	(203.899)
	582.424	924.978
Cíveis		
Estimativa ANATEL	303.026	159.868
Juizados Especiais Cíveis	81.163	77.120
Multas ANATEL	67.942	55.200
Demais ações	275.003	262.938
	727.134	555.126
	1.947.184	2.153.611

(*) Conforme Deliberação CVM nº 489/2005.

Tabela 26 – Seguros **em milhares de R$**

	Consolidado	
Modalidade de seguro	**2007**	**2006**
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – Estoques	112.000	
Responsabilidade civil - terceiros (*)	106.278	128.982
Garantia de concessão	31.590	74.080
Roubo - Estoques	30.000	
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

Tabela – 27 -Empréstimos e Financiamentos **em milhares de R$**

	2006	**2007**
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	2.480.326	3.001.170

Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	3.376.836	2,825,644
Saldo de operações com "swap" em moeda estrangeira	1.459.985	1.316.261
Total dos empréstimos e financiamentos	7.317.147	7.143.075
Curto Prazo	1.999.000	1.960.127
Longo Prazo	5.318.147	5.182.948

Tabela 28 – Contratos de derivativos **valores em milhões de R$**

	Valor dos contratos de "derivativos"		Perda com derivativos	
	2006	2007	2006	2007
Controladora				
Aplicação em moeda estrangeira (i)	650	573	(35)	(77)
"Swap´" cambial	525	341	(218)	(142)
Consolidado				
Aplicação em moeda estrangeira(i)	880	893	(49)	(107)
"Swap" cambial	1.916	1.142	(697)	(493)

As operações de "swap" cambial transferem o risco de variação de moedas estrangeiras para variação do CDI.

(i) Os rendimentos de aplicações financeiras em moeda estrangeira são registrados em resultado de operações de "hedge" (vide nota 7)

Tabela 29 – Operações de *SWAP*

	Valor dos contratos		Ganho (perda) com "*hedge*"	
	2006	**2007**	**2006**	**2007**
"*Swap*" de taxa de juros:				
Controladora	68.261	43.986	(8.508)	(5.384)
Consolidado	830.071	537.676	924	3.617

Anexo 1 - Telecomunicações de São Paulo

Tabela 30 – Seguros

Modalidade	Importância Segurada
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	US$8.027.971 mil
Responsabilidade civil facultativo – veículos	R$1.000
Seguro Garantia Anatel	R$9.779,8

Tabela 31 – Contingências **em milhares de reais**

Grau de Risco	Valor Envolvido Telesp	A.Telecom	Total
Remoto	2.448.675	6.542	2.455.217
Possível	-	-	-
Provável	455.554	634	456.188
Total	2.904.229	7.176	2.911.405

Tabela 32 - Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Telesp	A.Telecom/AIX	Total
Remoto	2.416.758	1	2.416.759
Possível	2.696.988	9.429	2.706.417
Provável	229.768	2.384	232.152
Total	5.343.514	11.814	5.355.328

Tabela 33 - Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco	Telesp	A.Telecom	Total
Remoto	968.859	482	969.341
Possível	904.218	68	904.286
Provável	123.723	171	123.894
Total	1.996.800	721	1.997.521

Tabela 34 - Provisões e contingências por natureza

Consolidado	Natureza Trabalhista	Tributária	Cível	Totais
Saldos em 31/12/2006	415.026	285.183	125.692	825.901
Ingressos	43.270	49.953	28.631	121.854
Baixas	(77.669)	(122.419)	(41.586)	(241.674)
Atualização monetária	75. 561	19.435	11.157	106.153
Saldos em 31/12/2007	456.188	232.152	123.894	812.234
Depósitos judiciais	**(114.579)**	**(51.484)**	**(4.894)**	**(170.957)**
Saldos líquidos em 31/12/2007	341.609	180.668	119.000	641.277
Circulante	51.065	51.170	13.649	115.884
Não circulante	290.544	129.498	105.351	525.393

Tabela 35 – Exposição líquida de empréstimos e financiamentos

	Consolidado 2007	2006

	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	943.270	942.531	822.603	816.608
Compromissos de compra	20.550	20.550	65.855	65.855
Posição ativa em "swap" cambial	944.159	947.351	821.625	822.113
Exposição líquida	(19.661)	(15.730)	(66.833)	(60.350)

Tabela 36 – Provisão para devedores duvidosos

	Consolidado	
	2006	2007
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	560.878	733.590

Anexo 1 – Tele Norte Celular

Tabela 37 - Seguros

	Consolidado	
	2006	**2007**
Estoques	15.000	14.373
Bens locados e ativo imobilizado	588.000	567.192
Lucros cessante	324.000	248.482
	======	======
	927.000	830.047

Tabela 38 – (A) Empréstimos e financiamentos denominados em US$ e (B) Aplicações financeiras

(A)

Vencimento da Dívida	**Valor (R$ milhões**)	% denominados em US$
2008	80,9	100%
2009	70,9	100%

(B)

	Consolidado em milhares de R$			
	2006		**2007**	
	Valor Contábil	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Ativos				
Aplicações financeiras	18.407	18.407	5.619	5.619
Investimentos de curto prazo	28.726	28.726	34.953	34.953

Passivos				
Contas a pagar – oper. de *hedge*	39.829	42.883	53.264	52.844
Empréstimos e financiamentos	241.137	248.874	151.788	153.911

Anexo 1 – Telemig Celular

Tabela 39 - Seguros

	Consolidado	
	2006	**2007**
Estoques	35.000	31.127
Bens locados e ativo imobilizado	1.169.000	1.099.637
Lucros cessante	1.032.000	895.745
	========	=======
	2.236.00	2.026.509

Tabela 40 – Endividamento em moeda estrangeira

Vencimento da Dívida	Valor (R$ milhões)	%denominados em US$
2008	-	-
2009	141,7	100%
2010 a 2017	-	-
2018 a 2021	6,2	-

Tabela 41 – Aplicações financeiras

	Consolidado			
	2006		2007	
	Valor Contábil	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Ativos				
Aplicações financeiras	17.349	17.349	7.179	7.179
Investimentos de curto prazo	506.405	506.405	720.268	720.268
Passivos				
Contas a pagar – oper. de *hedge*	48.669	43.539	92.035	91.630
Empréstimos e financiamentos	178.405	171.040	152.175	147.930

Anexo 1- TIM Participações

Tabela 42 - Contingências

	Consolidado			
	Contingências		Depósitos judiciais	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Cível	79.639	46.895	23.220	13.172
Trabalhista	50.008	37.930	31.989	16.395
Tributário	76.159	38.927	47.193	27.853

Regulatório	9.934	4.381	-	-
	215.740	128.133	102.402	57.420

Anexo II

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 43: Demonstração de Resultado **Em milhões de R$**

	2005	2006	2007
Receita Líquida de Vendas e /ou Serviços	10.139	10.297	11.059
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(6.518)	(6.459)	(6.382)
Resultado Bruto	3.620	3.836	4.676
Despesas Operacionais			
Com vendas	(1.656)	(1.471)	(1.485)
Gerais e Administrativas	(1.291)	(1.331)	(1.359)
Receitas Financeiras	850	803	774
Despesas Financeiras	(2.012)	(1.413)	(1.263)
Outras Receitas Operacionais	416	573	561
Outras Despesas Operacionais	(1.052)	(837)	(1.066)
Resultado Operacional	(1.125)	160	838
Receita não Operacional	48	98	115
Despesa não Operacional	(194)	(67)	(119)
Resultado Antes Tributação/Participações	(1.271)	191	834
Provisão para IR e Contribuição Social	373	(108)	(353)
Reversão dos Juros s/ Capital Próprio	775	528	451
Part. De Acionistas Não Controladores	93	(141)	(261)
Lucro/Prejuízo do Período	(30)	470	671

Tabela 44: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro **Em milhões de R$**

	2005	2006	2007
Ativo Total	**17.581**	**17.794**	**17.429**
Ativo Circulante	6.314	7.498	7.435
Disponibilidades	2.614	3.974	3.364
Créditos	2.153	2.128	2.190
Estoques	83	64	33
Títulos Diferidos e a Compensar	1.277	944	805
Depósitos Judiciais	31	119	329
Investimentos Temporários	0	89	475
Títulos Públicos	0	0	54
Outros Ativos	152	174	184

Empréstimos e Financiamentos	4	6	2
Ativo Não Circulante	11.267	10.295	9.993
Empréstimos e Financiamentos	106	3	6
Tributos Diferidos e a Compensar	1.512	1.649	1.793
Títulos de Renda	3	3	4
Depósitos Judiciais	153	430	1.069
Outros Ativos	67	43	95
Ativo Permanente	9.426	8.167	7.026

Passivo Total	**17.581**	**17.794**	**17.429**
Passivo Circulante	5.312	4.852	4.727
Empréstimos e Financiamentos	1.202	1.109	496
Fornecedores	1.788	1.475	1.483
Impostos, Taxas e Contribuições	1.036	888	821
Dividendos a Pagar	500	614	1.017
Provisão para Contingência	220	176	198
Provisão para Fundo de Pensão	45	43	101
Outros	521	547	611
Passivo Não Circulante	5.221	5.853	5630
Empréstimo e Financiamentos	3.367	4.266	3.887
Provisão para Contingência	433	557	700
Provisão para Fundo de Pensão	682	606	587
Outros	739	424	456
Part. de Acionistas Não Controladores	1.801	1.811	1.826
Patrimônio Líquido	5.247	5.278	5.246

Anexo II

GVT (HOLDING) S.A

Tabela 45- Demonstração de Resultado **Em milhões de R$**

	2005	2006	2007
Receita Líquida de Vendas e /ou Serviços	654,2	768,5	980,6
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(428,3)	(451,6)	(530,0)
Resultado Bruto	225,9	316,9	450,6
(Despesas) receitas Operacionais	(155,5)	(339,6)	(232,0)
Com vendas	(109,5)	(119,8)	(169,2)
Administrativas e Gerais	(116,6)	(134,0)	(120,3)
Receitas (despesas) Financeiras Líquidas (2)	70,7	(85,6)	53,1
Outras Receitas (despesas) operacionais	(0,1)	(0,2)	4,4

Lucro (prejuízo) operacional antes de itens extraordinários	70,4	(22,7)	218,6
Itens extraordinários	0,0	(37,1)	(75,2)
Lucro (prejuízo) operacional após itens extraordinários	70,4	(59,8)	143,4
Resultado não operacional	1,8	0,0	(3,6)
Participação de empregados no resultado (1)	(4,9)	(7,0)	(10,9)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	67,3	(66,8)	128,9
IRPJ e CSLL diferidos	57,0	(5,0)	(69,7)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	124,3	(71,8)	59,2

Fonte: IAN – 2007 – (Adaptado pelo autor)

(1) Participações de empregados no resultado estão inclusas nas linhas de "Salários, encargos e benefícios" nas despesas administrativas e gerais, ou seja, consideradas como despesa operacional para cálculo dos resultados operacionais e, conseqüentemente, do EBITDA.

(2) Formada por receitas financeiras com variação, despesas financeiras e amortizações da variação cambial.

Tabela 46 - Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro Em milhões de R$

	2005	2006	2007
Ativo			
Disponibilidades	65,6	42,2	564,1
Contas a Receber	164,0	195,8	282,8
Impostos a Recuperar	11,8	11,5	30,3
Outros Ativos	8,9	14,3	15,5
Imposto de Renda e Cont. Social Diferidos	0,0	0,0	54,6
Total dos Ativos Circulantes	250,3	263,8	947,3
Ativo Realizável em Longo Prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	292,7	287,7	163,4
Imposto a Recuperar	25,6	34,0	43,9
Conta Garantida – Meridiana Cayman	0,0	0,0	17,7
Outros Ativos	12,5	6,4	14,7
Total do Ativo Realizável em Longo Prazo	330,8	328,1	239,7
Ativo Permanente			
Investimentos	0,0	0,0	21,2
Imobilizado	1.102,3	1.093,2	1.463,7
Diferido	0,0	0,0	12,1
Total do Ativo Permanente	1.102,3	1.093,2	1.497,0
Total do Ativo	1.683,4	1.685,1	2.684,0
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	74,7	110,2	130,6
Empréstimos e Financiamentos	171,0	78,0	30,0
Obrigações sociais e fiscais	40,6	48,5	57,9

Impostos diferidos (ICMS)	10,9	25,4	38,0
Provisão para Contingência	1,9	2,3	2,5
Outras Obrigações	1,7	2,3	6,0
Total Passivo Circulante	**300,8**	**266,7**	**265,0**
Passivo Exigível em Longo Prazo			
Empréstimo e Financiamentos	1.050,4	682,5	424,5
Dívidas conversíveis	-	423,5	-
Partes relacionadas	-	45,4	-
Impostos Diferidos (ICMS)	109,6	129,0	147,3
Provisão para Contingência	7,8	9,1	29,6
Outras Obrigações	40,3	27,7	55,2
Conta Garantida – *Meridian Cayman*	-	-	17,7
Total Passivo Exigível em Longo Prazo	**1.208,1**	**1.317,2**	**674,3**
Resultados de Exercícios Futuros			
Receitas antecipadas	20,5	19,0	16,9
Total Resultado de Exercício Futuros	**20,5**	**19,9**	**16,9**
Patrimônio Líquido			
Capital Social Realizado	712,5	712,5	1.376,8
Reservas de Capital	-	-	931,0
Lucros/Prejuízos Acumulados	(558,5)	(630,3)	(571,0)
Total Patrimônio Líquido	**154,0**	**82,2**	**1.727,8**
Total do Passivo	**1.683,4**	**1.685,1**	**2.684,0**

Fonte: IAN – 2007 – (Adaptado pelo autor)

Anexo 4

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 47 - Demonstração do Resultado	**Valores em milhares de R$**		
	2005	**2006**	**2007**
Receita Operacional Bruta	23.686.459	24.232.219	25.153.234
Deduções da receita bruta	(6.939.065)	(7.360.385)	(7.568.920)
Receita Operacional Líquida	**16.747.394**	**16.871.834**	**17.584.314**
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(8.795.837)	(9.360.006)	(9.261.489)
Lucro Bruto	**7.951557**	**7.511.828**	**8.322.825**
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	53.964	163.261	211.458
Comercialização dos serviços	(2.680.225)	(2.592.528)	(2.691.063)
Gerais e administrativas	(1.084.119)	(1.207.178)	(1.225.580)
Outras despesas operacionais, líquida	(772.900)	(757.117)	(510.757)
	(4.483.280)	(4.393.562)	(4.215.942)

Lucro operacional antes do resultado financeiro	**3.468.277**	**3.118.266**	**4.106.883**
Receitas Financeiras	908.249	732.678	960.319
Despesas Financeiras	(2.524.302)	(2.022.349)	(1.384.361)
Resultado financeiro, líquido	(1.616.053)	(1.289.671)	(424.042)
Lucro operacional	**1.852.224**	**1.828.595**	**3.682.841**
Resultado não-operacional	(37.543)	(16.726)	39.555
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações minoritárias	**1.814.681**	**1.811.869**	**3.722.396**
Imposto de renda e contribuição social	(371.197)	(210.040)	(877.289)
Lucro antes das participações minoritárias	**1.443.484**	**1.601.829**	**2.845.107**
Participações minoritárias	(329.371)	(291.874)	(486.619)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**1.114.113**	**1.309.955**	**2.358.488**

Tabela 48 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	**2007**		**2006**	**2007**
Ativo			**Passivo e patrimônio líquido**		
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades	4.687.248	6.689.995	Fornecedores	1.971.464	2.050.640
Contas a receber	3.804.499	3.286.492	Empréstimos e financiamentos	1.999.000	1.960.127
Tributos diferidos e a recuperar	2.113.322	1.170.091	Salários, encargos sociais e benefícios	138.080	197.655
Despesas Antecipadas	335.836	352.187	Tributos a recolher e diferidos	833.261	1.392.159
Estoques	170.760	123.843	REFIS II – Programa de refinancia-Mento fiscal	126.464	134.859
Demais ativos	205.893	158.321	Dividendos e juros sobre o capital próprio	554.395	916.618
			Debêntures	92.868	76.189
			Demais Obrigações	170.173	164.098
	10.374.327	**12.724.160**		**5.885.705**	**6.892.345**
Não circulante			**Não circulante**		
Realizável a longo prazo			**Exigível a longo prazo**		
Empréstimos a controlada	11.123	6.050	Empréstimos e financiamentos	5.318.147	5.182.948
Valores a Receber	281.137	61.306	Tributos a recolher e diferidos	69.167	79.417
Tributos diferidos e a recuperar	2.135.071	2.231.452	REFIS II – programa de Refinanciamento Fiscal	766.128	683.020
Depósitos e bloqueios judiciais	999.187	1.207.841	Provisões para perdas em processo judiciais	2.153.611	1.497.184
Incentivos fiscais	63.792	63.792	Debêntures	2.160.000	2,171.080
Despesas antecipadas	211.171	429.978	Demais obrigações	109.319	134.527
Demais ativos	6.013	28.016			

				10.576.372	**10.198.176**
			Resultado de exercícios futuros	12.902	7.278
	3.707.494	**4.028.445**			
				10.589.274	**10.205.454**
Permanente			**Participações minoritárias**	**2.155.663**	**2.490.106**
Investimentos	96.501	187.900			
Imobilizado	11.733.242	11.528.652	**Patrimônio Líquido**		
Intangível	1.309.222	1.453.472	Capital social	4.688.731	4.688.731
Diferido	369.346	330.035	Reserva de Capital	25.083	25.083
			Reserva de Lucros	4.245.676	5.950.945
	13.508.311	**13.500.059**			
				8.959.490	**10.664.759**
Total do ativo	**27.590.132**	**30.252.664**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**27.590.132**	**30.252.664**

Anexo 5

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A

Tabela 49 - Demonstração do Resultado - Consolidado **Valores em milhares de R$**

	2005	**2006**	**2007**
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	20.350.920	20.796.763	21.183.809
Deduções da receita bruta	(5.955.819)	(6.153.742)	(6.456.247)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**14.395.101**	**14.643.021**	**14.727.562**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(7.716.723)	(7.780.510)	(8.022.760)
Resultado Bruto	**6.678.378**	**6.862.511**	**6.704.802**
Despesas/ Receitas Operacionais	**(4.282.883)**	**(3.741.876)**	**(4.137.952)**
Com vendas	(1.810.377)	(1.924.439)	(2.307.106)
Gerais e Administrativas	(863.920)	(982.623)	(1.000.407)
Financeiras	(1.440.332)	(1.111.055)	(948.932)
Receitas Financeiras	722.191	538.108	503.453
Despesas Financeiras	(2.162.523)	(1.649.163)	(1.452.385)
Outras Receitas Operacionais	419.585	839.924	700.587
Outras Despesas Operacionais	(570.010)	(564.717)	(579.949)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(17.829)	1.034	(2.145)
Resultado Operacional	**2.395.495**	**3.120.635**	**2.566.850**
Resultado Não Operacional	**37.799**	**23.623**	**131.596**
Resultado Antes Tributação/Participações	**2.433.294**	**3.144.258**	**2.698.446**
Provisão para IR e Contribuição Social	(871.347)	(1.108.107)	(977.486)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	980.000	780.000	642.000
Lucro (prejuízo) do Período	**2.541.947**	**2.816.151**	**2.362.960**

Tabela 50 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	**2007**		**2006**	**2007**
Ativo Total	**18.145.880**	**18.924.634**	**Passivo Total**	**18.145.880**	**18.924.634**
Circulante	**4.659.757**	**5.202.262**	**Circulante**	**6.261.573**	**5.775.097**
Disponibilidades	213.036	933.275	Empréstimos e financiamentos	314.026	793.783
Créditos	4.271.650	3.992.370	Debêntures	1.514.514	12.357

Estoques	81.655	125.004	Fornecedores	1.645.770	1.846.232
Outros	93.416	151.613	Impostos, taxas e Contribuição	956.415	908.260
			Dividendos a pagar	653.222	996.997
			Provisões	100.661	115.884
			Dívidas com Pessoas Ligadas	22.762	38.859
			Pessoal, encargos e benefícios	202.233	264.841
			Perdas temporárias com derivativos	316.318	357.186
			Outras obrigações	535.652	440.698
Não circulante	**13.486.123**	**13.722.372**	**Não circulante**	**1.274.193**	**3.244.295**
Realizável a Longo Prazo	1.286.664	1.225.909	Exigível a longo prazo	1.256.723	3.235.560
Créditos Diversos	1.165.527	1.074.285	Empréstimos e financiamentos	509.618	1.003.029
Tributos Diferidos e a recuperar	563.039	539.371	Debêntures	0	1.500.000
Depósitos Judiciais	402.488	534.914	Provisões	576.718	525.393
Aplicações Capitalizáveis	200.000	0	Outros	170.387	207.138
Outros	121.137	151.624	Resultados de Exercícios Futuros	17.470	8.735
Permanente	12.199.459	12.496.463	**Patrimônio Líquido**	**10.610.114**	**9.905.242**
Investimentos	241.697	1.115.264	**Capital Social Realizado**	6.575.198	6.575.198
Imobilizado	10.748.563	10.280.707	Reserva de Capital	2.669.728	2.670.488
Intangível	902.913	861.617	Reserva de Lucros	659.556	659.556
Diferido	306.286	238.875	Lucros/Prejuízos Acumulados	705.632	

Anexo 6
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 51 - Demonstração do Resultado - Consolidado

	2005	2006	2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	605.361	704.265	819.713
Deduções da receita bruta	(173.336)	(267.987)	(333.005)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**432.025**	**436.278**	**486.708**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(255.231)	(299.183)	(317176)
Resultado Bruto	**176.794**	**137.095**	**169.532**
Despesas/ Receitas Operacionais	**(191.206)**	**(266.597)**	**(163252)**
Com vendas	(115.899)	(122.161)	(107.428)
Gerais e Administrativas	(59.395)	(89.155)	(27.416)
Financeiras	(26.321)	(55.281)	(28.408)
Receitas Financeiras	17.826	11.965	9.989
Despesas Financeiras	(44.147)	(67.246)	(38.397)
Outras Receitas Operacionais	10.409	0	0
Outras Despesas Operacionais	0	0	0
Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
Resultado Operacional	**(14.412)**	**(129.502)**	**6.280**
Resultado Não Operacional	**(842)**	**(793)**	**255**

Resultado Antes Tributação/Participações	**(15.254)**	**(130.295)**	**6.535**
Provisão para IR e Contribuição Social	(4.166)	(144)	0
IR Diferido	(24.372)	28.747	0
Participações/Contribuições Estatutárias	0	O	(2.349)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	581
Part. de Acionistas Não Controladores	1.425	25.611	(1.573)
Lucro (prejuízo) do Período	**(42.367)**	**(76.081)**	**3.194**

Tabela 52 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	**2007**		**2006**	**2007**
Ativo Total	**645.877**	**529.211**	**Passivo Total**	**645.877**	**529.211**
Circulante	**193.937**	**158.388**	**Circulante**	**422.288**	**218.083**
Disponibilidades	51.400	44.837	Empréstimos e financiamentos	241.137	80.936
Créditos	126.916	99.449	Debêntures	0	0
Estoques	10.535	9.721	Fornecedores	138.264	83.694
Outros	5.086	4.381	Impostos, taxas e Contribuição	6.577	8.228
			Dividendos a pagar	819	3.297
			Provisões	12.428	10.620
			Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
			Outras obrigações	23.063	31.308
Não circulante	**451.940**	**370.823**	**Não circulante**	**105.397**	**191.231**
Realizável a Longo Prazo	94.933	94.175	Exigível a longo prazo	105.397	191.231
Créditos Diversos	90.712	88.506	Empréstimos e financiamentos	0	70.852
Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	Provisões	54.568	30.514
Outros	4.221	5.669	Dívidas com Pessoas Ligadas	13.159	26.076
			Outros	37.670	63.789
			Resultados de Exercícios Futuros	0	0
			Part. de Acionistas Não Controladores	**30.195**	**31.768**
Permanente	357.007	276.648	**Patrimônio Líquido**	**87,997**	**88.129**
Investimentos	77	77	**Capital Social Realizado**	84.851	84.851
Imobilizado	300.565	236.279	Reservas de Capital	0	0
Intangível	56.365	37.850	Reservas de Lucros	5.928	160
Diferido	0	2.442	Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.782)	3.118

Anexo 7
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 53 - Demonstração do Resultado - Consolidado Valores em milhares de R$

	2005	2006	2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.579.876	1.768.918	2.231.143
Deduções da receita bruta	(430.942)	(575.442)	(853.745)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**1.148.934**	**1.193.476**	**1.377.400**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(554.640)	(607.787)	(713.126)
Resultado Bruto	**595.194**	**585.689**	**664.274**
Despesas/ Receitas Operacionais	**(295.106)**	**(372.405)**	**(388.489)**
Com vendas	(277.599)	(299.523)	(305.956)
Gerais e Administrativas	(148.185)	(110.831)	(113.820)
Financeiras	92.753	37.949	31.287
Receitas Financeiras	145.152	99.732	84.062
Despesas Financeiras	(52.399)	(61.783)	(52.775)
Outras Receitas Operacionais	37.925	0	0
Outras Despesas Operacionais	0	0	0
Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
Resultado Operacional	**299.088**	**213.284**	**275.785**
Resultado Não Operacional	**(4.288)**	**(1.316)**	**2170**
Resultado Antes Tributação/Participações	**294.800**	**211.968**	**277.955**
Provisão para IR e Contribuição Social	(114.149)	(76.759)	(91.483)
IR Diferido	43.326	15.683	10.461
Participações/Contribuições Estatutárias	(17.043)	(14.434)	(18.724)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
Part. de Acionistas Não Controladores	(32.815)	(23.044)	(29.803)
Lucro (prejuízo) do Período	**174.119**	**113.414**	**148.406**

Tabela 54 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	2007		2006	2007
Ativo Total	**1.988.240**	**2.339.158**	**Passivo Total**	**1.988.240**	**2.339.158**
Circulante	**898.115**	**1.155.235**	**Circulante**	**617.109**	**638.778**
Disponibilidades	527.773	730.627	Empréstimos e financiamentos	171.040	0
Créditos	249.281	232.895	Debêntures	0	0
Estoques	16.571	35.278	Fornecedores	306.917	398.483
Outros	104.490	156.435	Impostos, taxas e Contribuição	19.374	15.143
			Dividendos a pagar	45.538	48.852
			Provisões	32.376	40.699
			Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0

			Outras obrigações	41.864	135.601
Não circulante	**1.090.125**	**1.183.923**	**Não circulante**	**93.244**	**291.246**
Realizável a Longo Prazo	328.891	331.975	Exigível a longo prazo	93.244	291.246
Créditos Diversos	293.458	291.679	Empréstimos e financiamentos	0	147.930
Créditos com Pessoas Ligadas	13.158	26.076	Debêntures	0	0
Outros	22.275	14.220	Provisões	27.838	23.831
			Outros	65.406	119.485
			Resultados de Exercícios Futuros	0	0
			Part. de Acionistas Não Controladores	**159.691**	**179.315**
Permanente	761.234	851.948	**Patrimônio Líquido**	**1.118.196**	**1.229.819**
Investimentos	60	60	**Capital Social Realizado**	456.350	515.000
Imobilizado	653.223	730.468	Reserva de Capital	99.102	75.106
Intangível	99.165	108.636	Reserva de Lucros	102.766	62.328
Diferido	8.786	12.784	Lucros/Prejuízos Acumulados	459.978	577.385

Anexo 8

TIM PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 55 - Demonstração do Resultado TIM – Consolidado Valores em milhares de R$

	2005	2006	2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	**3.903.272**	**13.877.559**	**17.214.652**
Deduções da receita bruta	(985.057)	(3.739.312)	(4.773.010)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**2.918.215**	**10.138.247**	**12.441.642**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendido	(1.383.059)	(5.530.000)	(6.731.858)
Resultado Bruto	**1.535.156**	**4.608.247**	**5.709.784**
Despesas/ Receitas Operacionais	**(946.028)**	**(4.693.182)**	**(5.442.430)**
Com vendas	(798.106)	(3.250.951)	(3.890.925)
Gerais e Administrativas	(185.946)	(954.858)	(1.032.793)
Financeiras	63.333	(287.035)	(278.851)
Receitas Financeiras	167.955	447.254	206.226
Despesas Financeiras	(104.622)	(734.289)	(485.077)
Outras Receitas Operacionais	18.600	123.835	80.795
Outras Despesas Operacionais	(43.909)	(324.173)	(320.656)
Resultado Operacional	**589.128**	**(84.935)**	**267.354**
Resultado Não Operacional	(2.260)	2.526	(24.422)
Resultado Antes Tributação/Participações	**586.868**	**(82.409)**	**242.932**
Provisão para IR e Contribuição Social	(144.724)	(116.226)	(166.837)

Imposto de Renda Diferido	4.183	(86.907)	0
Part. de Acionistas Não Controladores	(21.464)	0	0
Lucro Prejuízo do Período	**424.863**	**(285.542)**	**76.095**

Tabela 56 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	**2007**		**2006**	**2007**
Ativo Total	**14.200.105**	**14.546.325**	**Passivo Total**	**14.200.105**	**14.546.325**
Circulante	**4.459.324**	**5.270.150**	**Circulante**	**4.135.122**	**5.038.727]**
Disponibilidade	**1.193.477**	**1.172.665**	Fornecedores	2.726.922	3.143.331
Caixa e equivalentes de caixa	592.565	1.117.410	Empréstimos e financiamentos	340.762	804.011
Aplicações Financeiras	600.912	55.255	Obrigações trabalhistas	92.493	110.553
Créditos	2.522.063	3.029.930	Impostos, taxas e Contribuição	370.264	570.346
Estoques	164.108	278.126	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	472.958	239.508
Impostos e contribuições a recuperar	292.542	495.932	Autorizações a pagar	38.275	34.791
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	50.450	29.429	Outros passivos	93.448	136.187
Despesas Antecipadas	221.008	240.087			
Outros Ativos	15.676	23.981			
Não circulante	**9.740.781**	**9.276.175**	**Não circulante**	**2.178.605**	**1.757.112**
Realizável a Longo Prazo	392.978	354..953	Exigível a longo prazo		
Aplicações financeiras	-	3.989	Empréstimos e financiamentos	1.879.679	1.341.858
Impostos e contribuições a recuperar	285.681	233.482	Provisão para contingências	128.133	215.740
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.429	-	Passivo atuarial	6.083	7..377
Depósitos judiciais	57.420	102.402	Autorizações a pagar	6.542	-
Despesas antecipadas	13.257	7.806	Resultados de Exercícios Futuros		
Outros ativos	7.191	7.274	Obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	158.168	192.137
Permanente	9.347.803	8.921.222	**Patrimônio Líquido**	**7.886.378**	**7.750.486**
Investimentos	6.728	5.148	Capital Social	7.512.710	7.550.525
Imobilizado	7.185.864	7.021.819	Reserva de Capital	135.230	97.415
Intangível	1.922.621	1.704.000	Reserva de Lucros	238.438	102.546

Diferido	232.590	190.255			

Anexo 9

VIVO PARTICIPAÇÕES S.A

Tabela 57 - Demonstração do Resultado **Valores em milhares de R$**

	2005	2006	2007
Receita Operacional Bruta	**10.254.876**	**15.454.673**	**17.644.294**
Deduções da receita bruta	(2.781.810)	(4.517.959)	(5.151.800)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**7.473.066**	**10.936.714**	**12.492.494**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.412.596)	(5.564.168)	(6.623.290)
Resultado Bruto	**4.060.470**	**5.372.546**	**5.869.204**
Receitas (despesas) operacionais	**(4.515.729)**	**(5.918.273)**	**(5.690.734)**
Com Vendas	(2.483.680)	(3.051.070)	(3.532.783)
Gerais e administrativas	657.455	1.099.748	1.189.991
Financeiras	(941.895)	(747.985)	(468.339)
Receias Financeiras	261.106	286.754	196.357
Despesas Financeiras	(1203.001)	(1.034.739)	(664.696)
Outras receitas operacionais	192.529	493.062	324.020
Outras despesas operacionais	(625.228)	(812.532)	(823.641)
Resultado Operacional	**(455.259)**	**(545.727)**	**178.470**
Resultado não operacional	(65.318)	(288.970)	(20.810)
Resultado Antes Tributação/Participações	**(520.577)**	**(834.697)**	**157.660**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(246.066)	859.012	(257.051)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	24.281	0	0
Participação de Acionistas Não Controladores	(166.884)	(7.968)	0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(909.246)**	**16.346**	**(99.391)**

Tabela 58 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Consolidado - em milhares de R$

	2006	2007		2006	2007
Ativo	**17.542.077**	**18.091.216**	**Passivo**	**17.542.077**	**17.091.216**
Circulante	**5.672.494**	**6.821.343**	**Circulante**	**5.699.957**	**6.877.232**
Disponibilidades	1.401.966	2190.990	Empréstimos e Financiamentos	1.541.389	1.444.124
			Debêntures	48.956	539.912
Créditos	2.007.367	2.218.076	Fornecedores	2.627.013	3.069.308
Estoque	282.020	376.624	Impostos, Taxas e Contribuições	453.710	570.972
Outros	1.981.111	2.035.653	Dividendos a Pagar	51.702	22.219
			Provisões	76.758	81.395
			Provisões para Contingências	61.911	81.395
			Provisão para Déficit Atuarial	14.847	0
			Dividas com Pessoas Ligadas	2.099	847

			Outros	898.330	1.148.455
Não circulante	**11.869.583**	**11.269.873**	**Não circulante**	**3.470.374**	**2.916.407**
Realizável a longo prazo	2.668.006	2.551.239	**Exigível a longo prazo**	3.470.374	2.916.407
Créditos Diversos	2.664.316	2.547.549	Empréstimos e financiamentos	1.410.048	1.397.404
Créditos com Pessoas Ligadas	3.690	3.690	Debêntures	1.500.000	1.000.000
Outros	0	0	Provisões	87.312	121.969
			Provisões para Contingências	84.712	118.009
			Provisão para Déficit Atuarial	2.600	3.960
			Outros	473.014	397.034
Permanente	9.201.577	8.718.634	**Patrimônio Líquido**	**8.371.746**	**8.297.577**
Investimentos	979.158	667.482	Capital social	6.347.784	6.347.784
Imobilizado	6.445.479	6.301.389	Reservas de Capital	1.071.316	1.071.316
Intangível	1.642.683	1.660.299	Reserva de Lucros	753.998	878.477
Diferido	134.257	89.464	Lucros/Prejuízo Acumulado	198.648	0

Anexo 10 – Níveis diferenciados de governança.

a) Novo Mercado

O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa, adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.
A valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. Essa é a premissa básica do Novo Mercado.
A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigente do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.
A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias. Porém, esta não é a única. Por exemplo, a companhia aberta participante do Novo Mercado tem como obrigações adicionais:

- Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia (*tag along*).

- Realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado.
- Conselho de Administração com mínimo de 5 (cinco) membros e mandato unificado de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser conselheiros independentes.
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras trimestrais – entre outras: demonstrações financeiras consolidadas e a demonstração dos fluxos de caixa.
- Melhoria nas informações relativas a cada exercício social, adicionando às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras anuais – entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém informações corporativas – entre outras: a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.
- Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc.
- Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas.
- Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores.
- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia.
- Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital.
- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

Além de presentes no Regulamento de Listagem, alguns desses compromissos deverão ser aprovados em Assembléias Gerais e incluídos no Estatuto Social da companhia. Todas as regras estão consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

(fonte: BOVESPA)

b)Nível 2 e 1

Implantados em dezembro de 2000 pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa são segmentos especiais de listagem que foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, simultaneamente, o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Empresas listadas nesses segmentos oferecem aos seus acionistas investidores melhorias nas práticas de governança corporativa que ampliam os direitos societários dos acionistas minoritários e aumentam a transparência das companhias, com divulgação de maior volume de informações e de melhor qualidade, facilitando o acompanhamento de sua *performance*.

A premissa básica é que a adoção de boas práticas de governança corporativa pelas companhias confere maior credibilidade ao mercado acionário e, como conseqüência, aumenta a confiança e a disposição dos investidores em adquirirem as suas ações, pagarem um preço melhor por elas, reduzindo seu custo de captação.

A adesão das Companhias ao Nível 1 ou ao Nível 2 depende do grau de compromisso assumido e é formalizada por meio de um contrato, assinado pela BOVESPA, pela Companhia, seus administradores, conselheiros fiscais e controladores. Ao assinarem o contrato, as partes acordam em observar o Regulamento de Listagem do segmento específico, que consolida os requisitos que devem ser atendidos pelas Companhias listadas naquele segmento, além de, no caso das Companhias Nível 2, adotar a arbitragem para solução de eventuais conflitos societários.

Nível 2

As Companhias Nível 2 se comprometem a cumprir as regras aplicáveis ao Nível 1 e, adicionalmente, um conjunto mais amplo de práticas de governança relativas aos direitos societários dos acionistas minoritários. Por exemplo, a companhia aberta listada no Nível 2 tem como obrigações adicionais à legislação:

- Divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Conselho de Administração com mínimo de 5 (cinco) membros e mandato unificado de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser conselheiros independentes.
- Direito de voto às ações preferenciais em algumas matérias, tais como, transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembléia geral.

- Extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor para os detentores de ações preferenciais (*tag along*).
- Realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação neste Nível;
- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

Além de presentes no Regulamento de Listagem, alguns desses compromissos deverão ser aprovados em Assembléias Gerais e incluídos no Estatuto Social da companhia. Todas as regras estão consolidadas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. (fonte: BOVESPA)

Nível 1

As Companhias Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. Por exemplo, a companhia aberta listada no Nível 1 tem como obrigações adicionais à legislação:

- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras trimestrais – entre outras: demonstrações financeiras consolidadas e a demonstração dos fluxos de caixa.
- Melhoria nas informações relativas a cada exercício social, adicionando às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras anuais – entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa.
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém informações corporativas – entre outras: a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.
- Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc.
- Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas.

- Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores.
- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia.
- Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital.